

Março de 2016

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de Notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, A República, Expansão, Grandes Notícias, Novo Jornal e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, José Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>6</b>
1.1 As dificuldades que o petróleo desabrochou	6
1.2 O aumento do custo de vida	6
1.3 O executivo pode e deve criar mecanismos para aliviar os efeitos	7
1.4 Angola no contexto socio-economico	8
1.5 Protecção social apresenta números inferiores á dimensão do mercado de emprego	9
1.6 Homens abandonam meios rurais “deixando mulheres na pobreza”	9
1.7 Rendimento dos Angolanos	10
1.8 Milhares de famílias pobres recebem apoio	11
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>12</b>
2.1 Fórum analisa Micro-Finanças na promoção do emprego	12
2.2 BNA “mergulha” em padrões internacionais para reduzir “calotes”	12
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>14</b>
3.1 Soyo sem casos de reexportação mercantil	14
3.2 A crise económica actual exige a criminalização do negócio kinguila	14
3.3 Mercado municipal de frutas e hortícolas mostra potencialidades de Benguela	16
3.4 Moto-taxistas do Cunene já habilitados a conduzir	17
3.5 Kupapatas devem pagar imposto e não ser proibidos de trabalhar	17
3.5 Senhoras dominam actividade no mercado informal grossista	18
3.6 Os taxistas têm tarifas muito altas	19
3.7 Público reclama contra a especulação	20
3.8 Casas de câmbio fecham portas e dólar volta a disparar no mercado informal	20
3.9 Mercado do km 30 será encerrado por alguns dias	21
3.10 Menongue tem muitas crianças a trabalhar	22
3.11 Clínicas ilegais de medicina natural serão encerradas	23
3.12 Informalidade e impostos	23
3.13 O Início	24
3.14 Perda para o Estado	25
3.15 Comissão Administrativa agrava pena contra venda ambulante	25
3.16 Plantas medicinais invadem passeios dos hospitais de Luanda	26
3.17 Comunicado	26
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>27</b>
4.1 MINFIN cativa verbas do OGE por causa do preço do petróleo	27
4.2 Angola na cauda da SADC nos gastos públicos com a saúde	27
4.3 Dívida pública atingirá 60% do PIB em 2017 e receita petrolífera valerá só 10%	29
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>30</b>
5.1 Administrador do Cazenga com fraca simpatia dos munícipes	30
5.2 Excesso de sobas em Luanda é preocupante	30
5.3 O censo populacional em angola, densidade por habitante e actividade económica	31
5.4 Executivo apresenta proposta de lei	32

5.5	Comissões de moradores	33
-----	------------------------	----

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 34

6.1	Alguns edifícios já comercializados	34
6.2	Mobilidade urbana em Luanda carece de medidas urgentes	34
6.3	Politec investe USD 5 milhões na construção da Urbanização Boa Vida	35
6.4	Condomínio Boa Vida investe 500 milhões de dólares	36
6.5	Metade dos moradores do Kilamba já começou a pagar prestações em atraso	36
6.6	Moradores do Condomínio Glakeni dizem-se enganados pelo senhorio	37
6.7	Preços da habitação e escritórios recuam mais de 30% mas a queda não terminou	38
6.8	Preços da habitação e escritórios recuam mais de 30% mas a queda não terminou	38
6.9	Preços em queda em Luanda	40
6.10	Programa sectorial responde objectivos	40
6.11	Projecto “Boa Vida” nasce na via expresso	41
6.12	Um período "difícil que tornará mais forte quem for mais flexível	42
6.13	Acto central na Huíla com entrega de casas	42
6.14	Imposto Predial Urbano	43
6.15	Oferta habitacional aumenta em Malange	44
6.16	Promete ajudar ultrapassar dificuldades económicas	44
6.17	Sector que aposta na construção de casas	45
6.18	Construção de casas sociais continua	46
6.19	Imogestín premeia competência	47
6.20	Mais de um milhão de angolanos afectados pelas mudanças climáticas	47
6.21	“Nunca a Imogestín disse que havia dívidas da Sonip”	48
6.22	“Apesar de todos os esforços que o Estado faz em proporcionar habitação ao cidadão este produto não é acessível há uma boa franja da população”	51
6.23	Prémios para engenheiros e arquitectos	51

## 7. TERRA 53

7.1	Terra, um problema sensível	53
7.2	Cidadãs detidas ilegalmente pelo PCU já em liberdade	53
7.3	Governo deve impedir construções em zonas de risco	54
7.4	Huíla identifica zonas de maior risco	54
7.5	Negócio de terreno em Luanda em que há logro ou trapaça	55
7.6	Milhares de árvores foram plantadas na Huíla	56
7.7	Terreno fantasma custou a vida de quatro chineses	57

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 59

8.1	A chuva e os esgotos entupidos	59
8.2	UNITA diz que o surto veio do lixo	59
8.3	A saúde e o saneamento básico	60
8.4	Água salobra afugenta moradores do bairro Hoji-ya-Henda	61
8.5	Escola “Nova” do Sambizanga cercada de lixo	62
8.6	Dias de lixo, quando acabará?	63
8.7	As precárias condições de saneamento básico e a produção e reprodução dos vectores de doenças	63
8.8	Saneamento básico deficiente desemboca em calamidade	64
8.9	Novo modelo para a recolha de resíduos	65
8.10	Mobilização geral contra as lixeiras	65
8.11	A guerra do lixo	66
8.12	Dundo tem novo modelo de recolha de lixo	67
8.13	O regresso do lixo	67

8.14	Cuidado vem aí a cólera vamos morrer todos	68
8.15	“Desconseguiram” chamaram os chineses	68
8.16	PR põe ordem no cerco e desactiva posto comando de Higino	69
8.17	Governador quer Luanda limpa	70
8.18	Campanha de limpeza é fiscalizada	70
8.19	Ministro de Estado e o governador de Luanda acompanham campanha de limpeza	71
8.20	Lixo" ataca" Bairro da polícia	71
8.21	Sistema de distribuição é ampliado no Huambo	71
8.22	Água potável chega à comuna de Cavunga	72
8.23	Trabalhadores da EPAL ameaçam outra greve	72
8.24	Torneiras voltam a jorrar água potável	73
8.25	Retomado abastecimento de água potável	74
8.26	Reforçado abastecimento de água	75
8.27	Distribuição de água abrange mais zonas	75
8.28	Fornecimento de água potável cumpre metas	76
8.29	Água potável chega as zonas rurais do Lubango	77

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 79

9.1	participação das mulheres nos órgãos da administração pública	79
9.2	Hospital sanatório assegura tratamento	79
9.3	Marginais tomam conta do município	79
9.4	Polícia perde batalha	80

## 10. AMBIENTE 83

10.1	Angola cria unidade de crimes ambientais	83
10.2	ONU no Combate á seca na província do Cunene	83
10.3	Efeitos da seca	84
10.4	Prevenção de calamidades em seminário	85

## 11. MIGRAÇÃO 86

11.1	Comércio entre Angola e China cai quase 50%	86
11.2	Menos trocas comerciais com a China	86
11.3	Angola tem uma política migratória nacional	87
11.4	Protecção legal analisada em seminário	88
11.5	Angola alberga trezentos mil imigrantes ilegais	88
11.6	Muitos Portugueses não regressam a Portugal por orgulho e vergonha	89

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 91



# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 As dificuldades que o petróleo desabrochou

*Jornal O País*

*4 De Março de 2016*

*Texto: Domingos Bento*

Duas semanas são passadas desde que as equipas de fiscalização do ministério do Comércio e da polícia económica inspeccionaram os preços dos produtos com vista a pôr termo à especulação e aos elevados preços praticados pelos agentes económicos. Porém, de lá para cá, pouco mudou. Os preços continuam a disparar, fustigando em grande escala a vida da grande maioria da população que vê o seu poder de compra incessantemente reduzido.

Ignorando a medida e a tentativa do governo em repor a normalidade dos preços, num mercado visivelmente "descontrolado", os agentes comerciais "penduram-se" na descida da cotação do barril de petróleo e à falta de divisas para justificar o aumento na ordem dos 50% do preço de produtos e serviços.

Ressentida, a população reclama da vida que anda cada vez mais cara. Nas ruas, nos lares e nos táxis as conversas giram em torno, agravadas pelos baixos ordenados. Em conversa com O PAIS, Pedro João, agente de segurança de uma empresa privada, disse que a situação está insustentável. "Estou na linha vermelha. Imagine, meu irmão, ganho um salário de 27 mil kwanzas, tenho seis filhos a estudar e as coisas andam muito caras. Pago a renda de casa a 15 mil/mês e ainda tenho a esposa adoentada. Aonde vou parar", questiona -se o cidadão com semblante triste.

É também de dificuldades e contas que a vida de Miguel Domingos, 45 anos de idade, tem sido feita ultimamente. Ele tem uma filha com um tumor na garganta. E para o tratamento na África do Sul, o funcionário público precisa urgentemente de dólares. Mas, este anda cada vez mais raro. As divisas, só aparecem nas ruas por via das "kinguilas" e dos conhecidos "mamadus" (cidadãos oeste-africano) que "esfregam" as mãos de contentes diante a grande escassez da nota.

A elevada procura e a fraca oferta dá azo a especulação: por isso, os agentes informais vendem,

sob o impávido olhar das autoridades, uma nota de 100 dólares a 35 mil kwanzas.

"Os nossos bosses dos bancos também estão a nos vender caro. É o país que está mal", atestou Dialow Sekê, comerciante maliano.

Para um país fortemente dependente das importações, o desaparecimento do dólar está a dificultar o exercício económico de dezenas de empresas que se vêm cada vez mais incapazes de continuar a exercer as suas actividades num mercado que vai dando provas de inúmeras incertezas. Nos últimos dias, muitas empresas fecharam as suas portas, estrangeiros abandonam o país e chefes de famílias são afectados pelo desemprego que vai somando pontos.

"Angola já não é o mercado fértil dos sonhos que todos nós augurávamos. Não nos resta outra saída senão fechar as portas. Lamento realmente os jovens que trabalham connosco e que entrarão no desempregado. Mas não podemos fazer nada", lamentou Jorge Gomes, gestor hoteleiro português.

Também, devido a dificuldade de importação dos produtos, a maior parte das cantinas dos cidadãos Oeste-africano que operam nos bairros de Luanda estão a encerrar as suas portas. Muitos dos seus proprietários estão a regressar aos seus países de origem e outros mudam de actividade.

"Desde que o petróleo desceu estamos a passar mal. Não conseguimos importar produtos para a cantina. E assim não compensa. É por isso que estamos a abandonar o negócio das cantinas porque não está a render. Está muito difícil", explicou Jhon Malief, comerciante.

## I.2 O aumento do custo de vida

*Jornal O País*

*4 De Março de 2016*

*Texto: José Matuta Cuato*

O ano de 2016 está a ser marcado por um acentuado aumento do custo de vida, concretizado pela subida da generalidade dos preços dos bens e serviços acompanhado da redução do rendimento disponível das famílias.

O pico inflacionário que vem ocorrendo ao longo deste primeiro trimestre de 2016 e está directamente associado a produtos e serviços para os quais não há um substituto como o combustível, tarifa de energia eléctrica e da tarifa de transporte colectivo que impactam directamente no orçamento das pessoas, sem olvidar a desvalorização do kwanza.

Neste cenário, os mais atingidos são as famílias de renda mais baixa. Pois, são elas quem fazem frente a estas crescentes despesas e acabam comprometendo uma grande parcela da sua renda.

Por outro lado, o ajuste fiscal que tem sido feito principalmente pelo aumento de imposto onera muito as famílias. "Há outras maneiras de se promover o ajuste fiscal, uma delas é a redução da máquina pública a fim de reduzir despesas, nomeadamente a partir de concessões, leilões, privatizações, e também na tributação por via patrimonial.

O conjunto dessas acções e outras pode fazer com que o ônus do ajuste fiscal não impacte tanto sobre a população e assim possa produzir resultados.

Além da inflação e o endividamento das famílias, outro problema é fraco crescimento económico que objectivamente dificulta investimentos públicos e diminui o poder de acção do executivo. Há pouca margem de manobra, porque com crescimento diminuta, a arrecadação de impostos também diminui e que pode comprometer a melhoria dos serviços públicos e com isso aumentar a indignação dos angolanos numa altura em que se avizinham as eleições de 2017.

O grande desafio, é baixar o preço dos produtos, principalmente os da cesta básica. E a resposta está obviamente na produção nacional. Para isso, o governo deve fazer a sua parte, nomeadamente na criação infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento, reduzir os níveis de corrupção e clarificar e simplificar as regulamentações' promover a iniciativa privada de forma a alargar a classe empresarial.

A tão propalada diversificação da economia deve sair do discurso. Como dizia alguém "fazer mais e falar menos". Porque é evidente que a economia Angolana tem de reduzir a sua dependência do sector petrolífero, apesar desta dependência ter reduzido nos últimos 10 anos. Redução esta que revelou -se insignificante para aquilo que são os objectivos traçados. Para isso, temos que começar por combater os obstáculos que tem dificultado este processo, incluindo infra-estruturas inadequadas, instituições frágeis, meios financeiros e tecnológicos limitados e políticas públicas que asfixiam o espírito empresarial, limitam a concorrência e aumentam o custo das actividades comerciais.

Temos um longo caminho a percorrer e longo trabalho pela frente, para que Angola deixe de importar pelo menos aquilo que constitui a cesta básica das famílias. Mas, este trabalho é para ontem!

Com os aumentos em maior parte dos gastos fixos da população, a única saída agora é controlar o consumo, porque o executivo mostra -se indisponível para uma negociação com as entidades patronais na base da concertação social a um ajuste/aumento de salário.

É desejável dar mais dinheiro as pessoas para poderem comprar, porque se não comprarem, o comércio não vende. E se a lojas não venderem, põem em risco a receita fiscal do Estado e o emprego.

### **I.3 O executivo pode e deve criar mecanismos para aliviar os efeitos**

*Jornal Grandes notícias*

*4 De Março de 2016*

*Texto: Beleze Tchimbabwalã*

Por isso, trata-se de uma questão conjuntural e deve ser entendida por todos.

Isto implica dizer que todos nós temos que estar dispostos a fazer sacrifícios ao invés de resmungarmos e apontar o dedo acusador ao executivo.

Mas a questão é: o que o executivo pode e deve fazer para suavizar os efeitos da crise financeira que o país vive actualmente?

Em primeiro lugar devemos ter em mente que o executivo é constituído por pessoas imperfeitas e por isso estão sujeitos a falhas. Este handicap dos homens que tratam da governação coloca-os numa condição de submissão parcial.

Implica humildade por parte deles.

A experiência nos ensina que o homem humilde acaba sendo recompensado com sabedoria e enaltecimento; já os soberbos acabam em desgraça. Assim sendo, o governante deve saber escutar e filtrar bem o que escuta para daí tirar o máximo proveito para a sua administração. Ele pode fazer isso por sair às ruas, ouvir e ver "in loco" como a sua população vive, tomar nota e partir para a acção.

A nossa função como jornalistas é ajudar o executivo a "ver" a situação real das populações e contribuir com as nossas opiniões públicas para que o executivo resolva as situações.

Hoje as populações que na maior parte dependem do salário estão a passar por várias dificuldades e as consequências estão a vista de todos. Pais há que ainda não conseguiram matricular os filhos, alguns lares já foram desfeitos, a prostituição está a aumentar assustadoramente, especialmente a nível da camada jovem que já está a contar com a concorrência de meninas de até 11 anos de idade em alguns casos.

O nível de delinquência também está a subir. Houve um caso num dos bairros de Luanda em que o meliante simplesmente levou uma panela de feijão que estava em plena cozedura no fogão. Mal menor, o que indica fome.

Existem muitas consequências que advêm do atraso dos salários. Se ficar um mês sem salários já é uma grande dor de cabeça, imagine-se 90 dias de jejum...

Em função da nossa realidade, somos de opinião que o governo não precisa levar o fardo sozinho porque pode recorrer a alguns comerciantes, tantos os de grande porte como os de menos, como por exemplo os supermercados Jumbo, Kero, Maxi e outras para aliviar a situação dos atrasos salariais. Como assim?

Tendo em mente que quando os trabalhadores não têm salários o seu poder de compra cai e consequentemente os empresários não vendem e mesmo que vendam alguma coisa é na maior parte das vezes insignificante em função das suas obrigações mensalmente em termos de débitos; "E nos momentos difíceis que vemos quem são os nossos amigos ou parceiros": diz um adágio popular. O executivo pode arranjar políticas que funcionam por forma a que estas entidades aceitem fornecer os seus serviços aos clientes por este indicados a serem atendidos por si. Exemplo: o Ministério das pescas envia uma lista de seus funcionários a serem atendidos no Supermercado Jumbo. A referida lista terá dados fundamentais do beneficiário incluindo o valor que ganha mensalmente. As despesas do beneficiário não devem, como é óbvio, ultrapassar o seu "crédito" para aquele mês. As pequenas empresas e até mesmo as quitadeiras também podem alistar-se para fornecer os seus serviços por juntarem-se às grandes empresas.

Exemplo: a quitadeira Joana do mercado do 30 ou congolenses, alia-se ao Jumbo fornecendo os seus produtos com os respectivos valores totalizados para que na devida altura receba o que lhe é devido sem qualquer problema.

Este tipo de crédito deve incidir especialmente na área dos produtos básicos que de certeza suavizariam o sofrimento das populações. Mas a questão é como

o executivo faria os respectivos pagamentos aos seus colaboradores?

Em princípio esta é uma questão que os especialistas em economia podem muito bem resolver. Mas nós queremos dar a nossa modesta opinião. Em função do atendimento no final do mês, o Supermercado X teria na sua conta um saldo equivalente "aos créditos que cedeu.

Além disso, visto que o executivo controla ou pode facilitar a aquisição dos produtos no exterior do país, então estes parceiros estariam na linha da frente para receberem as verbas para o efeito.

Na verdade queremos dizer que tem de haver responsabilidade e as pessoas que tiverem de conduzir este processo devem estar cónscios de que se falharem por causa da lei da gasosa, oportunismo, desvios, para não dizer corrupção, serão exemplarmente punidos. As punições não devem limitar-se a exonerações ou mudanças de cargos. Deve-se punir o transgressor de tal forma que o seu substituto nem queira ouvir a palavra corrupção.

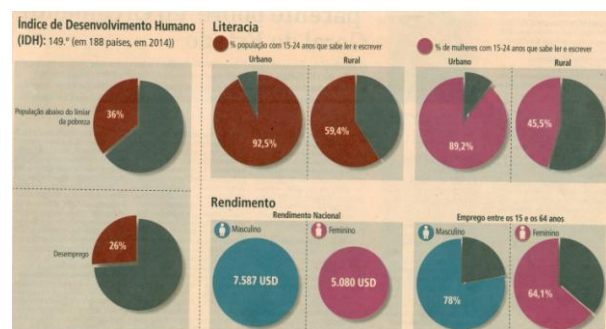
Se o executivo agir assim, a crise pode durar mais um pouco, mas as populações, que é o grande motivo da existência do executivo, verão o seu sofrimento diminuído.

Sim o governo pode e deve arranjar soluções para diminuir o sofrimento das populações apesar da crise. É para isto que foram eleitos e além disso o executivo não se deve esquecer que o mais importante é resolver os problemas do Povo.

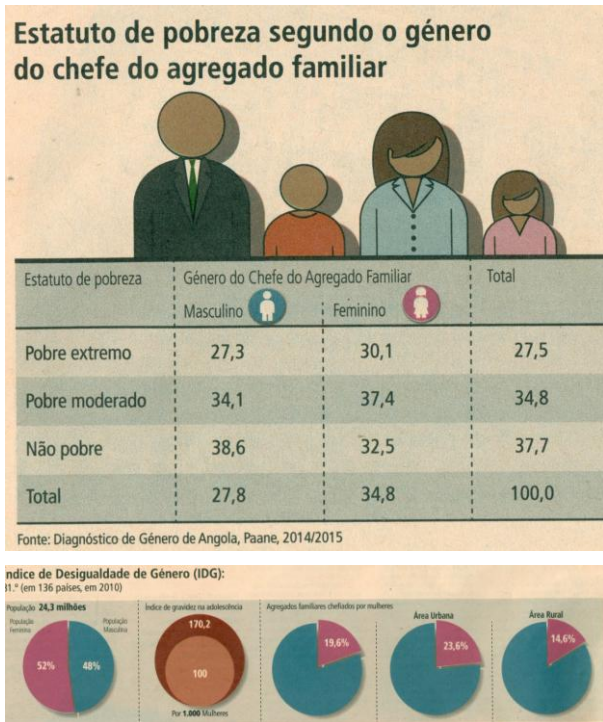
## I.4 Angola no contexto socio-economico

4 De Março de 2016

*Jornal Expansão*







### I.5 Protecção social apresenta números inferiores á dimensão do mercado de emprego

*Jornal Manchete*

25 De Março de 2016

Texto: *Moreira Simão*

Uma grande parte da população economicamente activa ainda não se encontram acoberto pela Protecção Social Obrigatória, sendo este, um dos grandes desafios a vencer, declarou nesta terça-feira, em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Sebastião Mixinge.

De acordo com o responsável que falava no acto da abertura do seminário sobre a "Expansão da base contributiva da segurança social", apesar do seu carácter imperativo para os trabalhadores por conta de outrem e, por conta própria, e acolher funcionários do Estado, continua a registar um número de segurados muito inferior à dimensão real do mercado de emprego e do trabalho. Por esta razão defendeu a necessidade de se reflectir e avançar sem que isso ponha em risco a segurança e a robustez que hoje a Segurança Social apresenta.

Sustentou de igual modo, medidas inovadoras e práticas que se assegurem maior facilidade na inscrição ou vinculação ao sistema das micro, pequenas e médias empresas.

A despesa com o pagamento anual de prestações sociais entre 2005 e 2015 tem vindo aumentar progressivamente, assegurou o director-geral do INSS, esclarecendo, no entanto, que para ter prestações de valor adequado às expectativas e direitos criados, é fundamental que todos sejam obrigados a cumprir as suas responsabilidades, pagando as suas contribuições conforme o preceituado na lei.

"É nosso dever aperfeiçoar a acção para conseguir impedir com eficácia o comportamento de fuga à declaração de trabalhadores e ao pagamento de contribuições", salientou Sebastião Mixinge, explicando que a taxa social de contribuição no país é de 3% para o trabalhador e 8% para o empregador, respectivamente, o que perfaz uma taxa de 11 %, sendo esta uma das taxas mais baixas do mundo.

### I.6 Homens abandonam meios rurais "deixando mulheres na pobreza"

*Jornal Expansão*

18 De Março de 2016

Texto: *Neusa João*

O empobrecimento da sociedade "tem na mulher o seu rosto principal" e em especial na que está integrada nos meios rurais, alerta o director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). Quem abandona estes meios, geralmente, lembra Belarmino Jelembi, são os homens "deixando as mulheres em profunda pobreza"

"Não se pode desejar grandes avanços em termos de equidade se a sociedade continuar a registar os níveis de desigualdade sociais conhecidos independentemente do género", diz o responsável da ADRA, que tem liderado vários projectos de desenvolvimento da mulher rural.

"Não se resolve o problema da mulher rural com iniciativas casuísticas, como cartão 'Kikuya', nem com ofertas de enxadas em actos públicos", ironiza, acrescentando que, "as pessoas trabalham e devem estar inseridas no processo produtivo".

Segundo o relatório 'Diagnóstico de Género de Angola', publicado pelo Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE) em colaboração com a União Europeia, em 2015, nas zonas rurais aumentam as disparidades entre géneros.

"A participação na vida política e económica ainda é preponderantemente masculina", diz o documento. "Apesar de as mulheres estarem em maioria nas associações rurais e cooperativas, na maior parte das vezes desempenham papéis secundários, permanecem silenciosas e não estão organizadas para participar", prossegue.

O relatório destaca que "as mulheres têm na agricultura um papel importante, mas os desafios que enfrentam neste sector são ainda mais difíceis de enfrentar". Porquê? Primeiro, pelo facto de "as condições de vida serem, a vários níveis, mais difíceis em meio rural do que em meio urbano". E depois, porque "as diferenças entre géneros se acentuam ainda mais em meio rural".

O relatório reconhece que o Governo desenvolveu uma série de instrumentos de apoio a este segmento da população, nomeadamente, o 'Programa de Apoio à Mulher Rural', no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Mas lembra que há vários desafios que ainda não foram ultrapassados.

Segundo o documento, um dos desafios a superar é a "falta de investimentos na agricultura familiar", até porque, embora a mulher seja a "principal produtora do meio rural, não é proprietária da terra. "A morosidade nos processos de legalização das cooperativas, os custos elevados e o fraco apoio por parte das administrações" é outro dos problemas, destaca o PAANE, que lembra que "os programas de alfabetização, energia e água potável não cobrem adequadamente as zonas rurais".

A estes desafios soma-se "a baixa taxa de alfabetização das mulheres, a maior limitação no acesso à educação e a falta de documentos (cédula pessoal e bilhete de identidade), o que, entre outras questões, impede o reconhecimento da posse da terra", diz o organismo.

Segundo o documento, a proporção da população com 15-24 anos que sabe ler e escrever é de 92,5% em meios urbanos, e de 59,4% em rurais. As mulheres surgem pior, com 89,2% e 45,5%, respectivamente.

"A partir do 'Processo de Auscultação da Mulher Rural' realizado em 2014, ficou identificado que, no domínio económico e produtivo, existe necessidade de aumentar as produções familiares, a reabilitação de vias de acesso que ligam as comunas e municípios, criação de centros de formação profissional, bem como a disponibilização de inputs e meios mecanizados para a prática da agricultura", recorda o relatório do PAANE.

"Já no campo de acesso aos serviços básicos, há necessidade de construção de mais escolas para todos os níveis, expansão do programa de alfabetização e aperfeiçoamento da distribuição de energia eléctrica e água potável", adianta.

## I.7 Rendimento dos Angolanos

*Jornal O País*

*7 De Março de 2016*

*Texto: Luís Faria*

O rendimento de cada angolano vai emagrecer este ano em relação a 2015. Os USD 4.536 de rendimento anual médio estimados pela empresa de análise BMI Research como sendo, em termos médios, o rendimento de cada angolano em 2015 vão reduzir-se este ano, para USD 3.097. No entanto, nas suas previsões para 2017 e 2018, o 'Africa Monitor' da BMI Research, a que OPAÍS teve acesso, antecipa uma recuperação do rendimento médio 'per capita' no próximo ano (para USD 4.097) e no seguinte (para USD 4.224).

O seu relatório sobre Angola, a BMI Research, uma empresa de análise do grupo Fitch, que é conhecido pelas suas notações de risco, diz acreditar que dos problemas que a economia angolana enfrentará durante os próximos cinco anos sairão as mudanças esperadas na sua estrutura', considerando que uma grande parte do impulso para a mudança virá das depreciações/desvalorizações sustentadas' do kwanza.

O documento da BMI Research sublinha que a redução da receita petrolífera conduziu a um défice na conta corrente em 2014, o que aconteceu pela primeira vez desde 2009. Um défice que irá alargar-se para 18,9% do PIB em 2016, traduzindo a escassez de fluxos de moeda estrangeira em direcção ao país.

A empresa de análise lembra que Angola, depois de atingir elevadas taxas de evolução devido aos elevados preços do petróleo, com a economia a crescer 15% em 2005, conhece agora, com o colapso dos preços da matéria-prima, a 'dolorosa verdade' do reverso do clima de crescimento que viveu. A economia angolana é, a seguir à do Iraque, a que tem as suas exportações mais concentradas numa única matéria-prima.

E face a esta fraca diversificação, segundo os analistas da BMI Research, o crescimento do produto interno será limitado, nos próximos três a cinco anos, por baixos preços do petróleo e pelo facto do 'boom' da produção petrolífera, esperado para 2016/2017; não se concretizar.

O produto real crescerá, em média, a um ritmo de 2,7% anualmente entre 2019 e 2021. As implicações deste crescimento mais lento incluem o agravamento dos défices da conta corrente, maiores pressões sobre a moeda no sentido da desvalorização e menos receitas orçamentais, adianta o documento. E os analistas da BMI Research antecipam que, à medida que os investidores forem interiorizando que não haverá recuperação 'significativa' dos preços do petróleo num 'futuro previsível', o afluxo de investimento externo ao país não será suficiente para sustentar a acentuação do défice da conta corrente, uma situação para que o ambiente de negócios, pobre, está longe de contribuir positivamente.

Sem a captação de suficiente volume de capital externo, as pressões sobre o kwanza são inevitáveis, e a prova, refere o documento, está na desvalorização que a moeda nacional registou no final de 2015 e no início de 2016.

Contudo, a BMI Research vê aspectos positivos na desvalorização cambial, já que um kwanza mais fraco 'trará um impulso tão necessário à indústria não petrolífera', tornando-a mais competitiva nos mercados externos, o que contribuirá para a diversificação da economia. A empresa de análise admite que a cotação da moeda nacional poderá ser de Kz 230 para cada dólar no final de 2020.

A BMI Research elabora análises integradas sobre a macroeconomia, a indústria e os mercados financeiros que são utilizadas por empresas multinacionais, governos e instituições financeiras nas suas estratégias e decisões de investimento. Possui escritórios em Londres, Nova Iorque, Singapura, Hong Kong, Dubai e África do Sul.

## **1.8 Milhares de famílias pobres recebem apoio**

*Jornal de Angola*

*5 De Março de 2016*

*Texto: Delfina Victoriano*

Não é combater a pobreza no seio das famílias. O cartão "Kikuia" serve apenas para apoiar as pessoas mais vulneráveis, principalmente mulheres que exercem o papel de líderes de famílias, com destaque

para viúvas, órfãos, idosos e pessoas com doenças crónicas.

A directora do Comércio, Hotelaria e Turismo sublinhou que os beneficiários, em troca dos cartões com valores monetários, realizam uma actividade de rendimento no sentido de criar habilidade profissional para o autosustento após alguns anos.

O programa foi criado para ser instalado nos municípios do Cuito, Camacupa, Chinguar, Chitembo, Cuemba e Nharêa, a partir do cadastramento das famílias.

O cartão "Kikuia" foi lançado em Fevereiro, nos municípios do Cuito, Chitembo e Chinguar, tendo beneficiado milhares de famílias residentes nas aldeias. A sector do Comércio está a implementar vários projectos relacionados com a recuperação dos produtos nacionais para a comercialização nas grandes cidades, com o objectivo de reduzir a importação, explicou Ludmila Ferreira.

O "Papagro" é um programa de aquisição directa dos produtos locais aos camponeses para escoar para as grandes cidades, principalmente a capital do país.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Fórum analisa Micro-Finanças na promoção do emprego

*Jornal O país*

*10 De Março de 2016*

*Texto: Hélder Caculo*

O evento está a ser promovido pela Zoe Small Business, associação sem fins lucrativos que promove educação financeira, e vai juntar empreendedores, instituições de micro crédito, seguradoras, reguladores e instituições governamentais que intervêm nos programas de promoção de empreendedorismo e combate à pobreza. Durante o evento serão analisados entre outros temas, "Os Riscos de Financiamento de Pequenos Negócios em Época de Crise", "Dificuldades de Recuperação de Crédito em Época de Crise", o "Impacto dos Pequenos Negócios no Crescimento do PIE" e o "Papel do Micro seguro na Sustentabilidade dos Pequenos Negócios".

Em entrevista a O PAÍS, Isaac Cangundo, director executivo da Zoe Small Business, justificou os temas em função do quadro económico que o país vive.

"Vivemos uma crise económica e financeira que já dura um ano, a economia estagnou e precisa de um novo impulso. Os grandes negócios estão condicionados por imposição das circunstâncias, mas há mercado para os pequenos negócios", disse.

Segundo o responsável, o evento tem como principal objectivo promover os pequenos negócios e permitir uma maior aproximação dos empreendedores às instituições financeiras.

"São também os pequenos negócios que precisam de financiamento, num momento em que as instituições financeiras restringiram drasticamente a concessão do crédito. E os temas em discussão ganham relevância neste contexto", disse Isaac Cangundo.

O micro seguro volta a ganhar destaque neste ano, numa perspectiva de sustentabilidade. Os pequenos negócios são realizados em contextos de riscos. O seguro pode ajudar a mitigar estes riscos. Para Isaac Cangundo, o maior entrave da sustentabilidade dos pequenos negócios, continua ser a gestão financeira.

"Os pequenos negócios têm uma particularidade em que o proprietário é o gestor, e às vezes este cenário cria um conflito na gestão dos fluxos de caixa, uma ferramenta importante na gestão financeira.

Queremos mobilizar os nossos empreendedores a adoptarem padrões de gestão financeira saudáveis que impulsionem a sustentabilidade dos seus negócios", concluiu.

Sobre a ZOE

A Zoe Small Business é uma organização sem fins lucrativos que promove a educação financeira, Micro-Finanças e empreendedorismo. Tem estado a desenvolver vários trabalhos juntamente com a Comissão do Mercado de Capitais, e Banco Nacional de Angola. Realiza periodicamente acção de formação e concede empréstimos.

### 2.2 BNA “mergulha” em padrões internacionais para reduzir “calotes”

*Jornal Expansão*

*24 De Março de 2016*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

A redução do crédito malparado na economia pode explicar-se por um conjunto de factores que concorrem para este fim, começando pelo colapso do antigo Banco Espírito Santo (BESA), que forçou o banco central, através Departamento de Supervisão Prudencial das instituições financeiras (DSI), a avaliar rigorosamente a qualidade dos activos dos agentes financeiros do sector, explica o economista Jaime Fortuna.

As medidas do BNA, segundo o responsável, foram focadas nas recomendações dos acordos de Basileia III "que determina os padrões de qualidade dos indicadores do sistema financeiro-monetário da economia" e têm como pano de fundo forçar os bancos a aumentarem as suas reservas de capitais para se protegerem de crises. Para o efeito, triplicaram as suas reservas de protecção. Aumentou-se de 2% para 4,5% capital mínimo de alta qualidade, envolvendo apenas as acções ordinárias e os lucros retidos, para "reduzirem os níveis de exposição ao risco e adoptarem medidas prudenciais", pelo facto de o ambiente macroeconómico do País, provocado pela actual crise, não ser dos melhores.

Operadores negoceiam com clientes

A queda do crédito malparado na economia angolana está "fortemente correlacionada com as negociações que os bancos comerciais vêm efectuando com os mutuários para a reestruturação dos créditos tomados, para que desta forma os tomadores que se encontravam em situação de incumprimento

passassem a um patamar de bom pagador", garante o economista Jaime Fortuna.

No entendimento do docente universitário, a reestruturação dos créditos vem permitindo que os tomadores de créditos "paguem parcelas menores em prazos mais dilatados".

Os clientes que têm aceitado este tipo de proposta saem da condição de incumpridores e passam a cumpridores. "Devemos reconhecer o esforço que o Departamento de Supervisão Prudencial das instituições financeiras (DSI) vem implementando para a melhoria da qualidade da carteira de crédito dos bancos e estes últimos, por sua vez, a sua capacidade de renegociação e recuperação dos créditos concedidos".

Mas esta explicação que não convence o também economista Celso Borja, que não entende como tem sido possível o crédito malparado baixar neste contexto. "O facto de se ter registado variação no crédito malparado, não significa necessariamente que os credores estejam a cumprir com os seus compromissos financeiros com a banca, numa altura em que restrições atingem o orçamento de quase todas as famílias em Angola. Seria um paradoxo", afirma. A temática "provisões para cobranças duvidosas e crédito incobrável" é inevitável em períodos conturbados ou de recessão, entende Celso Borja.

"É natural esperar também que os bancos comerciais pressionem mais os clientes com créditos vencidos e os tentem persuadir a honrarem os seus planos financeiros, para evitarem precisamente este procedimento", diz o economista.



## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Soyo sem casos de reexportação mercantil

*Jornal de Angola*

*3 De Março de 2016*

*Texto: Vanusa Cabimba*

A saída dos produtos da cesta básica pela fronteira com a República Democrática do Congo foi suspensa no Soyo há duas semanas, depois do Ministério do Comércio decretar o fim da reexportação desses bens para os países vizinhos, declarou terça-feira o chefe de Secção da Polícia Económica daquele município.

Afonso Nzuzi afirmou ao Jornal de Angola que, além da suspensão das licenças de reexportação, estão em curso acções de sensibilização aos comerciantes, para se obter maior compreensão sobre a necessidade da retenção dos produtos alimentares no país. Antes desta medida, os comerciantes reexportavam para a República Democrática do Congo quantidades elevadas de bens de primeira necessidade, como arroz, açúcar, feijão, óleo, massa alimentar e leite.

O Jornal de Angola apurou que maior interesse dos comerciantes era a obtenção de dólares, moeda com a qual é feita a maior parte das transacções entre negociantes dos dois países.

O chefe de Secção da Polícia Económica no Soyo frisou que, até terça-feira, não foram constatados actos de desobediência. "Se desobedecermos a esta orientação, nós, os angolanos, seremos os mais prejudicados. Haverá fome por escassez de produtos e, conseqüentemente, a subida dos preços", referiu.

As medidas previstas para acabar com esse tráfico incluem a apreensão das mercadorias e a prisão dos incumpridores por contrabando, acrescentou Afonso Nzuzi.

#### Fiscalização reforçada

A subida galopante de preços dos produtos da cesta básica no município do Soyo, província do Zaire, causou reacções negativas que motivaram a criação de emergência de uma Comissão Técnica de Serviços, constituída por Inspectores do Comércio, INADEC e Polícia Económica.

O director municipal dos Assuntos Económicos do Soyo, Rosário Pombal, que orientou o encontro no qual foi criada a comissão, anunciou que há cerca de

uma semana o seu pelouro leva a cabo um aturado trabalho para reforçar a fiscalização e controlar os preços.

A comissão privilegia, numa primeira fase, visitas de oito grossistas que operam no Soyo, ao que se segue a verificação das operações dos retalhistas.

### 3.2 A crise económica actual exige a criminalização do negócio kinguila

*Jornal A República*

*4 De Março de 2016*

*Texto: Arquimedes Nganga*

A nossa banda, a kumbulândia já foi uma terra onde jorrava bué de kumbu, de todas as fontes do líquido preto.

É mano, na kumbulândia havia kumbu de verdade, mas não é massa de se coçar, era kumbu de te criar ambição, ainda que tivesses espirito de bom samaritano (mas é claro, isso seria se fosses vizinho do kumbu). Mas agora, o povo da kumbulândia está a passar mal, muito mal, porque os preços dos bens alimentares sobem de forma galopante dia após dia, e o povo está a sentir-se enforcado. Roberto "Okay mano, o preço do líquido preto baixou, mas não ficamos automaticamente com escassez de stock em tudo que importamos, então porquê que o povo está a passar mal?" Arquimedes "É que a subida dos preços dos produtos todas as semanas, corresponde a uma baixa de salário dos cidadãos todas as semanas, mas é que todas as semanas, mo mano! Os salários dos funcionários têm sofrido uma redução semanal, sem eles faltarem ao serviço, já viste uma situação deste tipo alguma vez, em terras da kumbulândia?", Roberto "Não entendo a causa da subida dos preços dos produtos, e pelo que sei o valor da taxa cambial do dólar nos bancos não variou de forma considerável, a justificar estes preços, então qual é a verdadeira causa da subida dos preços? Arquimedes- "Boa pergunta campeão, mas eu sou recém-chegado a nossa banda, não estou bem dentro do assunto, para melhor apurar os factos vou perguntar ao meu kamba." Roberto- "A quem?", "Ao Mário Carlos, o famoso Marito, o antigo Zé Michael!"

Arquimedes- "Como é puro tudo na boa, aqui em casa tudo bem, há gás?", Mário Carlos- "Oh mo mano, vamos empurrado o barco, gás há, mas agora a maka são os mambos para se usar com o gás!"- Arquimedes- "Eu sei meu grande, é sobre isto que queria ter um bate papo contigo, tipo entrevista para me elucidares melhor sobre essa falta de dodós de que os importadores tanto queixam-se e está a

despoletar esta subida de preços sem controlo". Vamos supor, que eu sou um JORNALISTA e que vou ENTREVISTAR-TE, okay mano?", MC- "na boa mano, atira aí que eu faço a recepção do esférico e depois, vou tentar fazer-te um passe com peso e medida, pará que possas ter todos os factos." Arquimedes- "P'ra começar puro, houve a baixa do preço do petróleo, fazendo com que as receitas do estado em dólares ficassem muito reduzidas, certo? Mas o preço do dólar nos bancos comerciais, não se alterou tanto de forma a justificar esta desenfreada subida de preços, semana, após semana, dos bens alimentares e todos os outros produtos. Tendo em atenção, que o preço de tudo subiu exorbitantemente, sem que ainda houvesse escassez de produtos no mercado, como se explica isso?"

Mc-"A questão é a seguinte mo mano, com a baixa do preço do petróleo, como já disseste, isto fez diminuir as receitas do estado em termos de divisas, de forma a poder continuar a proporcionar os operadores comerciais, os importadores, com as divisas necessárias para desenvolverem a sua actividade de importação de bens alimentares e produtos para o país em níveis aceitáveis." Arquimedes- "Mc, queres dizer com isto, que os importadores continuaram a ter acesso às divisas para importação, sem problema nenhum, mas não às mesmas quantias que tinham antes, devido à queda do petróleo, é este o caso?"

Mc-"Não meu puro, pela informação que tem sido veiculada, os importadores quando vão aos bancos comerciais, não têm tido acesso aos dólares, lhes tem sido dito nos próprios bancos que não há dólares, os bancos dizem não ter dólares para fornecerem aos importadores para que eles possam fazer as importações."

"Arquimedes-" Calma aí campeão, o dólar baixou apenas, não paramos de vender petróleo. Esta resposta só faria sentido se não estivéssemos a vender petróleo por um longo período de tempo, para os bancos poderem dizer que já não têm dólares e...". Mc-"O que se passa é o seguinte, os importadores vão aos bancos comerciais em busca da moeda de importação, quando lá chegam é lhes dito não haver dólares suficientes para satisfazer os seus pedidos, e eles naturalmente não querendo que o seu negócio vá abaixo procuram por formas alternativas de adquirir a moeda.

E assim dirigem-se ao mercado paralelo, onde encontram os dólares nas chamadas das kinguilas, que lhes vendem o dólar ao triplo da taxa cambial dos bancos. Uma vez que eles comprem o dólar altíssimo isso força-lhes a venderem os seus produtos também a preços altos." Aqui "Mas, esta não apanhou bem, nos bancos não há dólares para os importadores

comerciais, mas eles indo as tais kinguilas no mercado ilegal de divisas, encontram o dólar, repara que esse tipo de mercado, é chamado de mercado negro porque é ilegal. Então como se explica o surgimento dos dólares nas mãos das kinguilas, como é que elas têm acesso aos dólares?" Mc-" humm, essa é que é a maka, que estamos com ela, mo mano! As kinguilas são cidadãs de extracto social baixo, desempregadas que não têm qualquer vínculo com nenhum banco ou empresa, mas o que mais admira é que elas aparecem com avultadas somas de dólares e kwanzas. Naturalmente se elas aparecem com essas avultadas somas, e particularmente divisas é porque alguém lhas dá! Então é necessário fazer um trabalho profundo das fontes dessas mulheres, para se estancar ou acabar com essa prática. "Arquimedes" Então pressupõe-se que as fontes das kinguilas, sejam indivíduos bancários em alta posição. Certo? Mas também não poderão ser empresários de alta finança, indivíduos abastados que usam o negócio kinguila de forma a triplicar as suas finanças, dólares e kwanzas? Porque não? Mc "Na minha óptica, a principal fonte são mesmo os bancários. Porque são os bancos que detêm as divisas, vejamos por exemplo, estamos numa fase critica, em que os dólares praticamente desapareceram do mercado, ma vez que até os empresários vêm publicamente queixar-se que têm dificuldades em conseguir divisas para o exercício das suas actividades. Não conseguem ter acesso aos seus próprios dólares, nas suas contas bancárias, nem para pagarem os estudos e subsistência dos filhos no estrangeiro, tratamento de saúde no estrangeiro de familiares, entre outras necessidades. Mas indo ao mercado paralelo encontramos as mesmas divisas, dólares, que não estão acessíveis nos bancos mas estão acessíveis nas mãos das kinguilas.

Este facto dá evidência que a fonte é de facto bancária. Os bancos, pelo que nos chega aos ouvidos, dizem aos importadores e á quem solicita dólares que há uma escassez de divisas, e que não lhes podem ser úteis de momento, mas o grande contracenso é que quando viemos a rua, encontramos essas divisas, nas mãos de individuais que não têm qualquer vínculo com os bancos, como é possível que individuais desse extracto social, terem avultadas somas de dólares e os próprios bancos, não? Será que as kinguilas são bruxas voadoras que na calada da noite vão aos bancos, entram nas caixas fortes e retiram de lá as divisas, os dólares, e no dia seguinte pela manhã desenvolvem a sua actividade como kinguilas e são tão eficientes, que os bancos nem dão pela falta dos dólares, eu interrogo-me?

E não são só as ditas kinguilas, porque sou forçado a concluir que alguns comerciantes e indivíduos do oeste de Africa, ligadas as mesquitas, também sejam

bruxos voadores com acesso as caixas fortes, porque são do conhecimento público que eles também são detentores de avultadas somas de divisas, e fazem a mesma prática das kinguilas e nesta altura em que há escassez de divisas nos bancos! Arquimedes "Mc, pelo que vejo, os importadores só tendo acesso aos dólares nas mãos das kinguilas, eles são forçados a comprá-los no preço estabelecido pelas kinguilas fazendo com o valor do câmbio estabelecido pelo B.N.A seja, anulado e vigore a taxa de câmbio estabelecido pelas kinguilas, na importação de produtos para o país, não é? Mc-"Exactamente por isso é que há, a necessidade de se tomar medidas para se parar com esta prática, que está a estrangular o país financeiramente e socialmente."

Arquimedes- "Me, não ves a grande ironia nisto tudo"? É que isso mostra que as kinguilas são maiores que até o próprio banco nacional de Angola, o nosso BNA, como é isso possível? Isso é um desrespeito ao próprio executivo angolano, que é sobreposto, ultrapassado, humilhado quando é governado comercialmente pelas bruxas voadoras que fornecem as divisas as kinguilas! Que ditam o valor do dólar nas importações do país. Tens toda razão Mc, quando dizes que há necessidade de se parar com essa prática, que desrespeita o executivo angolano, mostrando que estão acima do executivo. Uma vez que ainda que o ministério do comércio, tente fiscalizar os preços dos produtos não irá resolver nada. Sendo do conhecimento geral que a raiz do problema da subida exorbitante dos preços é os negócios kinguila. Os bancos comerciais e casas de câmbio são as únicas casas legais, para a aquisição de divisas e troca de moedas. Sendo as kinguilas praticantes de um negócio ilegal, sendo na verdade uma prática criminosa a que elas estão a exercer, a olhos vistos. E é tão criminosa que está a destruir a estrutura económica e social do país, estando nós já em crise. MC, a meu ver, como não estamos bem certos de quem são os fornecedores das kinguilas, uma vez que ainda não se constatou de facto quem são as bruxas voadoras. E como esta actividade é criminosa, a polícia tem o dever e obrigação de agir robustamente, prendendo as kinguilas.

Iniciando um processo criminal contra elas, para que as kinguilas sejam obrigadas a revelar as bruxas voadoras, que têm ido às caixas fortes nos bancos (ou se a fonte é outra), que lhes tem fornecido as divisas que elas detêm.

Para assim expor e criminalizar as bruxas voadoras que estão a desrespeitar o executivo e a desestabilizar, boicotar e anular todas as medidas que o executivo tem tomado, para amenizar os efeitos da crise da baixa do preço do petróleo. Entenda-se que o Comandante geral polícia da, não necessita de

nenhuma lei parlamentar nem o aval dos governadores das províncias, para empreender uma acção de aoreensão as kinguilas e das divisas em sua posse, uma vez que á actividade delas é em si ilegal, violando a lei, e assim CRIMINOSA. Todos temos, bem presente, que agora mais do que nunca há a necessidade de criminalizar e acabar com negocio kinguila, prendendo as bruxas voadoras e julgá-las. Para parar com a subida desenfreada dos preços de aquisição de bens e produtos.

1- Não havendo negócio kinguila, o único local de aquisição de divisas será o banco e as casas de câmbio.

2-A taxa de câmbio determinada pelo B.N.A, é que será utilizada para a aquisição das divisas para importação de bens alimentares e produtos.

3- Se as bruxas voadoras, têm o seu quartel-general nos bancos, então os iml2.0rtadores irão ter acesso as divisas necessárias a preço legal, para as suas importações fazendo assim, com que os preços dos produtos baixem consideravelmente, uma vez que as bruxas voadoras estarão exterminadas. Quiçá mano, onde está a dificuldade em executar-se isso? Até já no, "Carta Aberta a O.M.A.

### 3.3 Mercado municipal de frutas e hortícolas mostra potencialidades de Benguela

*Jornal Economia e Finanças*

*4 De Março de 2016*

*Texto: Xavier António*

Com a construção e reabilitação das estradas, em todo o território nacional, fruto da estabilidade que o país vive, o campo abriu-se à cidade. Diariamente, entram em vários centros comerciais do país, vários camiões com mercadoria diversa, com realce para a agrícola, com o objectivo de abastecer as zonas urbanas, também conhecidas como "centros de consumo".

Neste particular, destaca-se o mercado municipal de frutas e hortícolas de Benguela, local onde muitas vendedoras ganham o seu pão, com comercialização de vários produtos agro-alimentares.

Localizado entre a avenida 10 de Fevereiro e a rua José Estêvão, junto ao Estádio Nacional de Benguela, o espaço é também ponto obrigatório e de referência para muitos munícipes, que por lá passam, quando o assunto é comprar "boa fruta" para a mesa e hortícolas para a confecção dos alimentos.

Com um sorriso nos lábios e esbanjando o ar da sua graça, Filomena Nunda contou à reportagem do JE que é uma "veterana" na venda de frutas e hortícolas, mas está neste local há pouco mais de seis meses. Na sua bancada, de mais de dois metros quadrados, comercializa maçã, banana, tangerina, melancia, limão e outros produtos hortícolas como cebola, tomate e pepino.

Vontade de vencer

Sem rodeios, assumiu à nossa reportagem que vive e sustenta a família graças a este negócio, acrescentado que normalmente compra os produtos no bairro da Caponte. Quando a produção interna não responde à oferta, recorre à importação de produtos que são oriundos da Namíbia, como é o caso da manga, maçã, tangerina, uva, ameixa e pêsego.

Sobre os preços, a nossa interlocutora destaca que para a banana variam de 100 até 1000 kwanzas. Já a manga, varia entre 100 a 500, enquanto a melancia 500 a 1.000. "O fim-de-semana é o período de mais clientela", reconhece.

Por seu turno, Cecília Maria, comercializa pimento, cenoura, tomate, batata e outros produtos. Segundo ela, estes produtos são oriundos de fazendas locais. Realçou que, nesta época chuvosa, há escassez de tomate, cebola e pimento. Garante que com este negócio consegue manter o sustento da família, até porque está neste negócio há muitos anos, mas confessa que tem vontade de um dia voltar a estudar.

Na ocasião, a comerciante Luciana Tchulo afirmou que os grandes abastecedores do mercado municipal são as fazendas locais, que fornecem desde o repolho, couve, cenoura a tomate e outros.

"Compramos a caixa de tomate a 6 mil kwanzas, a beringela quatro 200, a caixa de cebola a 2.500 e o monte de batata a 500", revelou. A vendedora frisou igualmente que, no fim do dia, consegue lucrar entre 5 a 10 mil kwanzas.

Por sua vez, Isabel Quinta, moradora do bairro da Graça, confessou que os produtos são de qualidade. Geralmente, recorre ao local duas vezes por semana. Segundo ela, o espaço é higiénico e organizado.

Horário

O mercado funciona das 7 às 20 horas, todos os dias. O custo para ocupar uma bancada é de 100 kwanzas. Assim é o dia-a-dia deste mercado que com os produtos comercializados denuncia, no bom sentido, a qualidade de vida nas terras das "Acácias Rubras".

### 3.3 Moto-taxistas do Cunene já habilitados a conduzir

*Jornal de Angola*

*6 De Março de 2016*

*Texto: Elatério Silipule*

Um grupo de 26 Moto-taxistas da província do Cunene recebeu sexta-feira, numa cerimónia em Ondjiva, província do Cunene, as licenças de condução, depois de frequentarem um curso de três meses promovido pela direcção provincial de Viação e Trânsito em parceria com a Associação de Moto-taxistas e Transportes de Angola (AMOTRANG).

Os Moto-taxistas, vulgarmente conhecidos por "kupapatas", receberam também capacetes e coletes reflectores, devidamente numerados, para permitir a identificação.

O comandante da Unidade de Trânsito, superintendente Salvador dos Santos, disse na cerimónia que o objectivo do curso é dar preparação aos motociclistas para acabar com a condução ilegal e combater a sinistralidade rodoviária. O oficial da Polícia Nacional disse esperar que o grupo de Moto-taxistas coopere na diminuição do índice de sinistralidade rodoviária na província do Cunene.

Salvador dos Santos justificou o apelo aos Moto-taxistas, por serem os maiores causadores de acidentes de viação na província.

O oficial da Polícia Nacional exigiu o respeito pelas regras de trânsito e recomendou aos Moto-taxistas que circulem sempre com o capacete de protecção e acompanhados de documentos pessoais, designadamente a carta de condução e licença para o exercício da actividade profissional.

Até à data, 69 Moto-taxistas do Cunene foram habilitados a exercer a profissão, depois de receberem lições de condução e do Código da Estrada.

### 3.5 Kupapatas devem pagar imposto e não ser proibidos de trabalhar

*Jornal Grandes Noticias*

*11 De Março de 2016*

*Texto: Belezê Tchimbwanlã*

Entretanto, a maior parte dos moto-boys ou Kupapatas, exerce a sua actividade de forma ilegal, ou seja, sem documentos para o efeito.



Por isso, a intenção do governo de Luanda é proibir a referida actividade. Em nossa opinião, a actividade em si não é problema nenhum, muito pelo contrário, com tal serviço exercido' os moto-boys prestam uma ajuda valiosa ao Estado em termos de transportação. Portanto ali onde o autocarro público e outros táxis não penetram' as motorizadas chegam sem problema algum. Então não vemos grandes motivos de se paralisar a actividade.

Na verdade, esta actividade nunca vai parar a menos que as populações deixem de precisar de tais transportes.

Assim quem lucraria ou lucrará com esta medida serão os famosos "Pin e Puk" ou outros agentes da Policia de giro que tem a missão de impedi-los de trabalhar.

Como estamos numa fase onde todo o tostão é necessário, o mais sensato é que os referidos indivíduos paguem os seus impostos. De resto, as questões técnicas das motorizadas e outros pormenores negativos devem ser da responsabilidade da polícia de trânsito fiscalizar. Entretanto para a aquisição ou o pagamento dos impostos não se deveria impor muita burocracia. Assim como se consegue comprar com muita facilidade um cartão de recarga telefónico, também o governo deverá criar as mesmas condições para o pagamento dos impostos. Hoje muitas pessoas não pagam os seus impostos porque existe muita burocracia.

A pessoa tem de perder dias nos bairros fiscais para o fazer e tratar um monte de papelada. Estas dificuldades que as pessoas encontram fazem com que não paguem os impostos, preferindo "entender-se" com o "cobrador" de impostos.

Quem perde com tudo isto é o Estado. Não podemos continuar a cometer os mesmos erros. Se a pessoa está a realizar um trabalho digno que não coloque em perigo o cidadão, então não vemos necessidade de impedi-las de trabalhar. Por outro lado, mesmo que haver algum perigo as populações devem saber discerni-lo e evitar o uso do referido recurso para se movimentarem. Outro ângulo da questão é que com tal medida impeditiva, o governo estaria a criar ou a fechar mais alguns postos de trabalho que já ajudam a saciar a fome de muitas famílias.

O mesmo se aplica a outras actividades como as das famosas zungueiras. Elas também podem e devem ser sensibilizadas a pagar os seus impostos para a melhoria de suas próprias vidas. No entanto além de serem impedidas de venderem em alguns locais, os cidadãos ou as pessoas que compram os produtos em

tais locais também devem ser penalizados. Como assim?

Por exemplo se um cidadão é apanhado a comprar algo das zungueiras numa zona proibida, ele também deve ser exemplarmente punido. Com esta medida o governo estaria a dissuadir os cidadãos de fomentarem as vendas em tais locais. Portanto, visto que "o mais importante é resolver os problemas do povo" e não aumentá-los, então temos de usar a cabeça na resolução de tais problemas. A bola está nas mãos do executivo.

### 3.4 Senhoras dominam actividade no mercado informal grossista

*Jornal Economia e Finanças*

*11 De Março de 2016*

*Texto: Francisco Inácio*

O sol levanta-se cedo nos arredores do mercado do Kikolo, no município de Cacuaco, a Norte de Luanda. Com ele se levantam também, quase que em simultâneo, milhares de mulheres empreendedoras que todos os dias interrompem o sono sagrado e abandonam o conforto dos seus lares para dar vida a um dos mercados informais mais populares de Angola, designado por mercado do Kikolo.

Elas vêm de todos os cantos do país e além-fronteiras, principalmente de países vizinhos como a RDC e o Congo Brazzaville, além de mulheres do oeste africano bastante calejadas e aventureiras quando o assunto é negócio.

Numa ronda efectuada pelo JE, no meio de um frenesim que lembra um formigueiro em plena actividade de labuta, percorre-mos os meandros do mercado do Kikolo, implantado entre barracas de chapas de zinco ou contentores adaptados, a meio de charcos e ruelas apertadíssimas, dispostas num zig-zag capaz de fazer perder qualquer comprador novato.

Ruelas abarrotadas de gente que comprava ou vendia um pouco de tudo e parecia não se importarem com o calor sufocante no seu interior. "Aqui, o importante é o negócio, o dinheiro", disse sorrindo e limpando o suor do rosto a simpática Mariazinha como era tratada pelas amigas ao seu redor. Ela veio da província de Benguela para comprar e posteriormente revender a última moda de cabelo humano, vulgo "cabelo brasileiro".

Assim como a Mariazinha, grande parte das mulheres que se desloca ao Kikolo fá-lo com o intuito de comprar cabelo humano, pois o local é referência



nacional como fornecedor primário deste produto que é importado de países como a Índia, Brasil e China.

Não é por acaso que a secção de vestuário, cabelos e cosméticos é uma das mais concorridas do mercado. Este facto justifica a massiva presença de mulheres, no mercado do Kikolo, tanto de compradores, como de vendedores. As mulheres dominam a actividade empreendedora do local que já é por muitos considerado como o coração da economia informal do país, substituindo o então Roque Santeiro.

Mas cabelo não é tudo. As "donas" do mercado do Kikolo vendem diversas mercadorias com destaque para material de construção, produtos alimentares dos campos do Bengo e Cuanza Sul, bijuterias e quinquilharias diversas importadas da China ou da República Democrática do Congo, de onde vêm a maioria das comerciantes estrangeiras, que são as principais fornecedoras dos milhares de revendedoras (zungueiras e retalhistas) espalhadas pelas praças e artérias das cidades de Luanda, Benguela, Huíla, Huambo, Uíge e de outras províncias com menor expressão em termos de presença.

Também nos mercados do Sabadão, sito em Cacuaco, e do Quilómetro 30, localizado em Viana, constatámos também uma presença maioritária de mulheres. Os homens concentram-se sobretudo nas actividades que requerem força braçal, como moageiras, serralharia, transporte de mercadorias, vendas de mobiliária, etc.

O director municipal das Actividades Económicas do Cacuaco, Paulo dos Santos, não tem dúvida de que as mulheres são as principais agentes mobilizadoras da actividade comercial do mercado do Kikolo, que estima haver mais de seis mil vendedores controlados pela administração do referido mercado. "A proporção entre homens e mulheres é de 85 por cento a favor das mulheres, ou seja, 15 por cento dos vendedores são homens, sendo que a maioria é, de facto, constituída por mulheres", afirma Paulo dos Santos. "Elas são o suporte do sustento das famílias e principais agentes dinamizadoras do mercado informal", concluiu.

Questionado sobre a pouca higiene, desorganização e assaltos no local, o dirigente garantiu que está em execução um plano de reordenamento, organização e expansão do mercado. "Nós não estamos alheios às dificuldades existentes. Por isso, estamos a trabalhar para garantir melhores condições de exercício da actividade comercial nos próximos tempos", afirmou.

Mulheres querem independência financeira

Luzia Chitongola, 40 anos, é vendedora de cal no Kikolo há 17 anos, tendo começado a actividade empreendedora aos 16 anos. No mês dedicado à mulher, ela aproveitou a efeméride para apelar às outras mulheres no sentido de não ficarem muito dependentes dos homens.

"Uma mulher deve ser trabalhadora para conseguir sustentar o seu lar e não esperar sempre do marido, porque o país está em crise e muitos homens estão a ficar sem os seus empregos. Se a mulher não se mexer, quem vai dar de comer às crianças?", questionou.

Por sua vez, Piedade José, 43 anos, vendedora de peixe seco, lamentou o momento difícil que o país atravessa e a baixa nas vendas, mas encorajou outras mulheres a empreenderem e a buscarem a independência financeira. "Houve tempos que, devido ao comércio, consegui viajar várias vezes para a China em busca de oportunidades de negócio. Ganhei mais dinheiro, porque antes dependia dos armazéns para comprar e revender", disse, acrescentando que por causa da falta de divisas no mercado deixou de importar para voltar a depender novamente dos grandes importadores. "Meu sonho é ter meu próprio armazém. Se os estrangeiros têm porquê que não posso ter?", deixou a pergunta no ar com uma expressão de dúvida e ansiedade.

### 3.5 Os taxistas têm tarifas muito altas

*Jornal de Angola*  
12 De Março de 2016



### 3.6 Público reclama contra a especulação

*Jornal de Angola*

17 De Março de 2016

Texto: Justino Vitorino e Mário

Clemente

A venda de produtos com prazos de validade expirados e a especulação são as principais reclamações recebidas pelo núcleo do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) no Huambo, disse na terça-feira o representante daqueles serviços.

Afonso Chicucuma disse, em conferência de imprensa, que no primeiro trimestre, o núcleo do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor recebeu 15 reclamações, fez 12 acções de aconselhamento e visitou 39 estabelecimentos industriais, hoteleiros e comerciais.

Afonso Chicucuma explicou que o núcleo continua a desenvolver actividades para desencorajar vendedores desonestos e garantir o consumo de qualidade, como a realização de visitas a centros comerciais e palestras nas escolas, para que os consumidores conheçam os seus direitos.

Afonso Chicucuma denunciou comerciantes de má-fé que evacuam as suas mercadorias em mau estado de conservação nos municípios e localidades mais distantes dos órgãos de inspecção para obter lucro fácil. Nem todas as reclamações dos consumidores constituem infracções e que muitos dos dados que chegam ao núcleo "são falso alarme", disse Afonso Chicucuma.

#### Certificação de empresas

O delegado do Instituto nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) no Huambo anunciou que, em 2015, aquele organismo certificou 330 empresas - 236 micro, 68 pequenas e 26 médias empresas habilitando-as à obtenção de financiamento bancário.

Domingos Chianga disse ao Jornal de Angola que a certificação das empresas é feita de acordo com o número de trabalhadores e os níveis da facturação ao longo de um exercício, em processos validados na Direcção Nacional do Instituto, em Luanda.

#### Cursos gratuitos

O Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas concede cursos gratuitos de empreendedorismo no Huambo, dirigidos às pessoas

que querem abrir pequenos negócios, anunciou o delegado provincial daqueles serviços.

Domingos Chianga declarou que o interesse do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas é o de dotar os interessados do potencial académico que lhes permita trabalhar com mais eficácia.

"O Instituto nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas pretendem que as pessoas se sintam capazes de gerir actividades comerciais, já que a nossa província é abundante em recursos que podem dar oportunidades de negócios em sectores como a agricultura, indústria e aquicultura", concluiu Domingos Chianga.

A formação de empreendedores é um dos requisitos para as empresas obterem empréstimos de programas institucionais.

### 3.7 Casas de câmbio fecham portas e dólar volta a disparar no mercado informal

*Jornal Agora*

18 De Março de 2016

Texto: Martins Chambassuco

São dias difíceis e faltam os dólares, enquanto na rua 1 dólar está a ser vendido a 402 kwanzas e a banca comercial, utopicamente, mantém a taxa dos 16.

O ambiente é preocupante e os gestores destas casas falam em despedimentos, justificando a acção com a redução do negócio e sentem-se abandonados pelo Banco Nacional de Angola (BNA) há dois meses deixou de fazer vendas directas aos cambistas.

A crise é apontada como o grande factor, mas reclamam maior fiscalização, para que se estabeleçam os equilíbrios necessários no mercado formal de divisas.

Grande parte das casas de câmbio, reconhecidas e licenciadas pelo BNA para a compra e venda de moeda estrangeira, está com a actividade paralisada, e as dificuldades de acesso ao dólar persistem; a comunicação com o regulador do sistema financeiro, nos últimos cinco meses, é praticamente inexistente.

A Associação das Casas de Câmbio reconhece a difícil situação por que estão a passar os associados, mas denuncia, igualmente, existirem esquemas que estão a favorecer uns, deixando os outros sem espaço de manobra.

Ainda não estão cadastradas as empresas do sector que deixaram de exercer a sua actividade, mas o certo é que, das mais de 70 licenciadas, 60% funciona a meio gaz com paralisações à mistura e um constante "não há dólares".

A realidade é do domínio da associação e garante que o cenário pode agravar-se, uma vez que as informações não são animadoras e o mais provável é o encerramento das empresas em série, o que poderá aumentar número de desempregados.

A crise cambial que o País vive já afectou outros sectores, com a construção a liderar as estáticas nos despedimentos, bem como as petrolíferas.

A falta de liquidez das empresas faz com que as casas de câmbio cheguem a tomar tais medidas pelo fraco rendimento do negócio.

Não há, no horizonte, um prazo para se reverter a situação, porque as oscilações do mercado estão indexadas ao preço do barril de petróleo no mercado internacional. Em contrapartida, os associados avançam que pode haver uma solução que passa por reforçar as medidas de fiscalização aos bancos comerciais que mais parecem casas de câmbio do que propriamente instituições financeiras.

O BNA tem vindo, nos últimos dias, a apostar em políticas restritivas de venda de divisas às casas de câmbio e a singulares, mas, na semana passada, nenhum dólar vazou para o mercado financeiro, o que agravou a taxa de câmbio no mercado paralelo e aumentou a procura pelos dólares.

Numa ronda efectuada pelo Agora, em Luanda, foi possível notar o encerramento de algumas casas de câmbio, em consequência da crise cambial que afectou a economia angolana.

Embora as dificuldades nos negócios remontem a 2013, em função do instrutivo do BNA que ordenava às agências a venda de divisas a quem tivesse bilhetes de viagens, neste primeiro trimestre de 2016 a situação piorou e poucos acreditam que as empresas suportem os encargos com o pessoal.

As várias intervenções do Banco Central retiraram o negócio às casas de câmbio, favorecendo o mercado informal, onde uma nota de 100 dólares está a ser vendida a 42 mil kwanzas, contra os cerca de 16 mil nos bancos comerciais.

A crise dos dólares é um problema, segundo descrito, que está a afectar milhares de angolanos, não só para os que tentam viajar para o exterior, mas também para todos aqueles que se dedicam à importação de bens e serviços.

O BNA há muito deixou de aceitar a venda para garantir o levantamento posterior de divisas por parte das casas de câmbio. Até agora, estas casas apenas podiam comprar dólares aos bancos comerciais, mas, devido à crise cambial e financeira, as instituições bancárias aleçam não ter divisas em quantidade suficiente para essa negociação.

A situação actual de falta de divisas, em função da procura, aumenta as necessidades de moeda estrangeira que Angola tem para garantir as importações de alimentos, matéria-prima e máquinas.

A moeda nacional continua a desvalorizar-se 72% em relação ao dólar, em virtude da crise económica causada pela queda do preço do crude no mercado internacional. Apesar de o Banco Nacional de Angola ter criado um programa para enfrentar a crise cambial, o acesso ao dólar continua difícil.

No mercado paralelo, nas ruas de Luanda, 1 dólar está em alta, estando a negociar acima dos 400 kwanzas.

### 3.8 Mercado do km 30 será encerrado por alguns dias

*Journal O País*

*18 De Março de 2016*

No fim do encontro, a directora do Gabinete de Saúde de Luanda, Rosa Bessa disse que o mercado do Quilómetro 30, em Viana continua a ser o epicentro da epidemia de malária e febre-amarela. Por esta razão, informou que este mercado será encerrado por alguns dias para se permitir fazer arruamentos e desinfestação em toda sua extensão, estando-se neste momento a se fazer estudo com administração municipal para se determinar a data exacta do seu fecho.

Neste ano, segundo Rosa Bessa, os casos de malária subiram para 100 mil casos, contra os 90 mil casos registados no ano de 2015. Para inverter a questão do absentismo laboral, a responsável da Saúde de Luanda disse que os hospitais e centros de saúde das periferias funcionarão com dois turnos, ou seja, "teremos um turno da manhã que vai até às 14:00h e outro que irá até às 18:00h, porque pensamos que as consultas durante o dia todo nos pequenos centros vão aliviar as urgências nas grandes unidades".

Importa referir que durante um encontro com o Conselho de Auscultação de Viana, Higino Carneiro tinha manifestado a intenção de encerrar em definitivo o mercado, uma decisão da qual acabou por recuar.

### 3.9 Menongue tem muitas crianças a trabalhar

*Jornal de Angola*

*19 De Março de 2016*

*Texto: Carlos Paulino*

O aumento do número de crianças e jovens que se dedicam à venda ambulante e lavagem de carro na cidade do Menongue preocupa a Direcção Provincial do Instituto Nacional da Criança.

A directora provincial do INAC, Aida Manuel, disse ao jornal de Angola que, de acordo com um recente levantamento feito pela instituição, mais de 50 crianças exercem esse tipo de actividade na capital do Cuando Cubango, número que tende a crescer, devido ao baixo nível de vida de muitas famílias da região. Aida Manuel referiu que a maioria das crianças interpeladas a lavar carros na rua disse exercer a actividade para ajudar as famílias e outras afirmaram que os pais não têm dinheiro para arcar com os seus estudos, o que as leva a trabalhar durante um período do dia.

Aida Manuel disse que o muito do trabalho dessas crianças tem como objectivo conseguirem dinheiro para a compra de bebidas alcoólicas para os pais.

A directora provincial do INAC destacou os riscos para a saúde que correm as crianças ao passarem o dia todo na rua, expostas ao sol e à chuva e com alimentação precária.

Existe ainda o perigo de envolvimento em práticas delituosas como resultado do consumo de bebidas alcoólicas e de drogas.

Mereceu ainda reparo da directora a recorrente utilização, pelas próprias famílias, de menores em actividades de grande desgaste físico, como a pastorícia e a agricultura, assim como a venda nos mercados e na via pública. Muitas dessas crianças não têm tempo para ir à escola e as que vão têm fraco rendimento no final do ano lectivo, disse a directora. Acrescentou que se os pais pretendem ensinar os filhos a tratar da lavoura e do gado, devem saber gerir o tempo para não prejudicar o desenvolvimento escolar dos filhos. A passagem de conhecimentos não constitui violação dos direitos da criança, pois se trata de uma forma de preservação da sua cultura, referiu.

Durante a ronda pelos principais locais de lavagem de carros na cidade de Menongue, a reportagem do Jornal de Angola constatou que muitas crianças e adolescentes que se dedicam a esta actividade abandonaram os estudos. Os locais onde é maior a presença de lavadores de carros são a barragem de

Cambumbe, lagoa do Tucuve, bairro da Feira, São José (ponte sobre o rio Laúca) e Cuenha (ponte sobre o rio Cuebe). Justino Yeta, de 16 anos, lava carros na barragem de Cambumbe há cinco anos e desde essa altura deixou a escola. Afirmou que os pais não tinham dinheiro para pagar os seus estudos e havia dias que nada tinha para ele e os irmãos comerem. Pedro Armando, 14 anos, disse que, embora seja obrigado a lavar carros para ajudar a mãe, porque o pai tem outra mulher, continua a estudar. De manhã, frequenta a quarta classe. Pedro Armando lamentou o facto de muitos colegas optarem pela lavagem de carros para sustentar vícios, como fumar e beber. Muitos já foram detidos por crimes de furto devido à influência do álcool da droga, disse.

A directora provincial do INAC disse que, durante o ano passado, a instituição registou 89 casos de violência contra a criança, dos quais 46 de fuga à paternidade, 13 de ofensas corporais e oito de abuso sexual. As vítimas foram menores de um aos 14 anos. Os transgressores foram encaminhados ao Centro de Aconselhamento Familiar, Serviços de Investigação Criminal e Tribunal Provincial para a devida responsabilização.

Aida Manuel disse ainda que, em 2015, a Direcção Provincial do INAC registou 37 casos de crianças em conflito com a lei, dos quais 25 por furto, sete por ofensas corporais voluntárias e cinco por danos materiais. No Cuando Cubango estão criadas 11 redes de protecção e promoção dos direitos da criança, das quais uma provincial, seis municipais, uma comunal e três comunitárias.

A directora provincial do INAC referiu que, apesar de se registar uma diminuição no número de casos de violência contra a criança no Cuando Cubango, ainda é fraca a participação das pessoas na denúncia das ocorrências, sobretudo nas comunidades rurais, por falta de conhecimento sobre os direitos da criança. Apontou que a criação de redes comunitárias permite que a informação flua, porque quanto mais se passar a informação mais denúncias há.

A presença nas escolas de menores com bebidas alcoólicas, drogas e objectos contundentes é outra grande preocupação do INAC no Cuando Cubango, disse Aida Manuel. O INAC está a trabalhar com os Serviços de Investigação Criminal, sobretudo com o Departamento de Delinquência Juvénil, para inverter o actual quadro de contornos alarmantes nas escolas da cidade de Menongue.

Para Aida Manuel, é importante que os pais e encarregados de educação mantenham um diálogo permanente com os educandos e acompanhem o seu comportamento na escola.



### 3.10 Clínicas ilegais de medicina natural serão encerradas

*Jornal O PAÍS*

22 De Março de 2016

Texto: Romão Brandão

Até ao momento, em todo o país, apenas 3 clínicas que exercem medicina tradicional têm a devida licença do Ministério da saúde, num universo de 61 mil médicos registados. Segundo o Inspetor-geral da saúde, que falava durante o encontro sobre a integração da medicina natural e convencional, estão em vias de licenciamento mais 15 clínicas, um número bastante ínfimo para o grosso de cidadãos que exerce este tipo de medicina.

O responsável da instituição que tem a competência de licenciar as unidades hospitalares avisou, na presença dos presidentes da Câmara Profissional dos Terapeutas de Medicina Tradicional Natural, Alternativa Convencional em Angola (CATEMETA) e da Câmara dos Médicos Tradicionais de Angola (COMETRA), que no último trimestre fará o encerramento das clínicas de medicina tradicional ilegais.

Reforçando esta afirmação, Alexandre Kapapelo, chefe do Departamento de Inspeção Hospitalar do referido ministério, disse que tem sido feito um exercício no sentido da criação da política de medicina tradicional, assim como a respectiva legislação, pelo que trabalham com as duas câmaras no sentido de legalizar estas instituições. "Em meados do último trimestre deste ano nós vamos proceder, em colaboração com as câmaras, ao encerramento das unidades de medicina natural que estejam ilegais", enfatizou.

O licenciamento em Luanda é feito na Inspeção da Saúde. Os fitoterapeutas das outras províncias poderão legalizar as suas clínicas junto as Delegações Provinciais da Saúde.

Segundo Kitoko Maiavanga, presidente da CATEMETA, é uma orientação que deve ser cumprida e, por isso, a sua instituição está neste momento a mobilizar os praticantes deste tipo de medicina em todo país, faltando apenas as províncias do Zaire, Kuando Kubango e Cabinda.

Constitui ainda preocupação para o também conhecido terapeuta Avó Kitokó, que se valorize os praticantes deste tipo de medicina, pelo que acha ser fundamental que se aprove a sua legislação. "Para que se legalize a clínica, primeiro o indivíduo deve ter uma declaração da câmara. Desde 1 de Setembro de 2015 que teve início este processo de legalização e

quem não estiver legal vai deixar de exercer a actividade. É importante frisar que teremos a colaboração do INADEC neste processo de encerramento das clínicas ilegais", disse.

Todos os praticantes de medicina natural estão esperançados na aprovação da legislação que regula a sua actividade. Para o presidente da Câmara dos médicos tradicionais de Angola, Jorge Xavier, não tardará que "o actual ministro da Saúde, que foi representante da OMS em África, e em vários países africanos implementou o programa de integração da medicina natural e convencional" tome alguma providência. O responsável, acredita que o nosso país verá a referida integração ainda este ano, uma vez que em encontros anteriores isto foi orientado, para além da aprovação da legislação que regula a actividade de medicina natural; da promoção da investigação científica nas universidades e da aprovação da política de medicina tradicional.

A câmara foi criada precisamente para garantir esta ligação entre a medicina tradicional e a convencional, em vários níveis, porém, "sem a legislação fica difícil colocar em prática. O novo ministro fez este trabalho em todos os países africanos, por isso, acreditamos que agora ele tem mais força de fazer isso no seu próprio país", sublinhou. Considerações sobre a deontologia profissional nos domínios da medicina convencional e da natural também foram feitas pelo Inspetor Geral da Saúde, Miguel Oliveira, por acreditar que muitos médicos atropelam a deontologia profissional.

### 3.11 Informalidade e impostos

25 De Março de 2016

*Jornal Economia e Finanças*

Texto: Andrade Ambrósio

As questões sobre a informalidade e imposto são elementos a serem devidamente acautelados, sobretudo neste estágio delicado da nossa economia. Assim sendo, a meu ver, não estão em falta programas e atitudes por parte daqueles que nos governam, com vista a se mitigar as actividades económicas informais, e a se engordar a base tributária do nosso país. Mas, ainda assim, assiste-se nos dias em que vivemos, um elevado índice de informalidade na economia e a fraca cultura tributária de muitas pessoas e empresas, dentre elas, legalmente constituídas. Em suma, mais formalismo na economia, equivale a maior tributação. No final, todos saímos a vencer.

Entendo a informalidade económica como sendo o exercício económico à margem do controlo do



Estado, e que não contribui na sustentabilidade macroeconómica do país, e nem mesmo é capaz de garantir o "amanhã" dos agentes económicos que vivem dela, embora constitui a "tábua de salvação" destes, proporcionando ganhos pontuais ou aparentes aos agregados familiares.

Portanto, os exemplos de informalidade económica são nomeadamente: as empresas ilegais ou devedoras do fisco, e a existência no seio destas (mesmo que legalmente constituídas) de trabalhadores não pagadores de impostos, o comércio ambulante e tantas outras relações comerciais e financeiras entre fornecedores, clientes ou consumidores, onde não haja uma contrapartida à luz da lei, a favor dos cofres do Estado.

Por outro lado, a custódia dos activos monetários fora do sistema financeiro, bem como o não pagamento de taxas, consequente da utilização e usufruto de um bem público (estrada, parque de estacionamento, água, energia, etc.), também fazem parte da informalidade.

Como se pode perceber, a informalidade económica é bastante transversal e complexa. Porquanto, de extenso modo, o desemprego e as insuficiências do sistema financeiro costumam engodar a sua disseminação. Porém, há quem (trabalhadores e vendedores) a prática, por opção própria, pois encaram de biscate, apelidado de "dinheiro rápido", como sendo a melhor forma de sobrevivência.

Ademais, muitos trabalhadores formais, na ânsia de tornarem factuais os seus projectos, também costumam abraçar as práticas económicas informais (à guisa de exemplo, a kixikila, etc).

Entretanto, a informalidade, além de ser "pedra no sapato" quanto ao desenvolvimento do sistema financeiro na medida em que desincentiva a demanda pelos seus serviços (...), também põe em risco a sustentabilidade macroeconómica do país.

Assim sendo, bem-haja a iniciativa do Banco Nacional de Angola (BNA) de sensibilização, a favor da literacia financeira da população e o ex-programa do Executivo para a Reforma Tributária - PERT (embora não sendo conhecedor a letras da questão, me parece haver melhorias técnica e jurídico-administrativa nas repartições fiscais).

Contudo, o recente decreto Executivo 111/16, assinado pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, a 23 de Fevereiro, também poderá ajudar na cultura do formalismo e fundamentalmente de pagamento de impostos.

É incrível que se abra mais espaços de auscultações ou facilidades aos empreendedores, empresários e sobretudo àqueles do mercado informal, pois mais projectos direccionados a este sector para ajudar a atenuar os vários constrangimentos, precisam-se.

Estes projectos devem visar dentre eles, a promoção do empreendedorismo, da concorrência leal e uma maior competitividade no mercado, assim como promover o aumento das alternativas ou fontes de financiamento dos projectos.

É ainda fulcral que se alavanque a taxa de empregabilidade, se municipalize as repartições fiscais e as empresas fundamentalmente de forma mais actuante, permanente e rigorosa (embora nota-se já algumas dessas tendências nos últimos tempos por causa da crise.

### 3.12 O Inicio

*Jornal A Capital*  
30 De Março de 2016

Num momento em que o preço do petróleo estava alto poucas razões existiam ao nível da receita para aprovar uma reforma deste tipo", esclareceu, sublinhando que nas condições presentes, a entrada em vigor do novo pacote tributário "é fundamental para o próprio Estrado".

Converter negócio informal

Nesse mesmo esforço, o Executivo angolano vai igualmente avançar com medidas para disciplinar o exercício da actividade comercial em Angola e tem vindo a anunciar acções com vista a reconversão do comércio informal para o formal.

A medida visa, para já, o mesmo objectivo: aumento das receitas tributárias não petrolíferas, por via de um programa que envolve os governos provinciais, naquilo que tem a ver com o levantamento das cantinas existentes nas respectivas áreas de jurisdição.

O propósito é o de viabilizar o processo de transferência dos operadores do comércio informal para galerias comerciais a serem criadas com tal finalidade. E a intenção não é nova, tendo sido, em tempos, avançada pelo secretário de Estado do Comércio, Álvaro Paixão Júnior, que, na altura, orientou igualmente os governos provinciais "a proibirem a transformação das residências em lojas".

O Ministério do Comércio vai, por isso, investir em galerias comerciais, para absorver os agentes do comércio informal, uma iniciativa que se enquadra no

programa de reconversão do comércio informal para o formal.

O sector tutelado por Rosa Pacavira pretende, assim, pôr ordem no circo, implementando acções com o propósito de trazer também para a formalidade as pessoas que se dedicam à venda de produtos diversos nos centros urbanos.

A par disso, o Executivo tem vindo já a servir-se de um programa denominado "Meu negócio minha vida", que prevê a criação de espaços infra-estruturas para acolher os vendedores que alegam falta de lugares nos mercados disponíveis.

### 3.13 Perda para o Estado

*Jornal A Capital*

*30 De Março de 2016*

O comércio informal é, na visão e especialistas, uma actividade sem resultados visíveis para erário público.

"Uma economia não se faz com mercados informais erguidos por aí ou por acolá, mas sim com instituições formais credíveis capazes de gerar mais-valia para a economia tanto em impostos como em qualidade de produtos", sublinhou o economista Alcides Gomes em análise produzida a propósito do fenómeno.

Segundo o especialista, os mercados informais propiciam a circulação de enormes quantidades de dinheiro fora do circuito normal da economia, o que, no seu entender, "pode ser um meio fácil para esquemas de lavagem de dinheiro ou de branqueamento de capitais, de financiamento ao terrorismo e até mesmo de desestabilização do Estado".

Todavia, é o sector informal que entre nós garante a sobrevivência de grande das famílias angolanas, a olhar para a ainda elevada taxa de desemprego no país.

Em função disso, o empresário Mário Tavares acredita que o mercado informal vai continuar a ter um peso significativo na economia angolana, sobretudo naquilo que tem a ver com a absorção da mão-de-obra desocupada.

Dados do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) indicam que o sector informal angolano abrange 93 por cento da população activa rural e 51 por cento daquela que vive em zonas urbanas.

Só em Luanda, as actividades económicas realizadas fora do sector formal garantem a sobrevivência a cerca de 73 por cento da população nesta cidade, representando uma redução do peso do sector estruturado da economia, de acordo com tais dados.

Angola continua, por isso, a ser um dos países da África Subsariana com maior nível de informalidade económica. Dados disponíveis situam em 60% o peso da economia paralela, cenário que o Executivo pretende inverter, por via da formalização de toda a actividade geradora de renda.

É que, segundo a AGT, a economia paralela pouco ou nada contribui em termos de receitas fiscais não petrolíferas, quando, nessa fase de particular aperto, seria a grande muleta do Estado para a actual crise financeira.

### 3.14 Comissão Administrativa agrava pena contra venda ambulante

*Jornal O PAÍS*

*31 De Março de 2016*

Comissão Administrativa de Luanda decidiu ontem agravar para dois salários mínimos, avaliados em 45 mil nove Kwanzas, o valor mais baixo das multas que serão pagos pelos cidadãos que insistirem em vender nas ruas da cidade, assim como aqueles que comprarem dos referidos vendedores. A medida abrange ainda todos aqueles que receberem armazenarem os produtos vendedores ambulantes em transgressão administrativa.

A comissão Administrativa adverte que os infractores poderão ser igualmente responsabilizados criminalmente com uma pena de até três meses de prisão. De acordo com uma nota do seu gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa, o pelouro agora presidido pelo general Higino Carneiro explica que a Comissão está a "reforçar as acções de fiscalização e punição das transgressões administrativas" no âmbito da Lei n.º12/11, de 16 de Fevereiro, que aprova a Lei das Transgressões Administrativas, particularmente no que se refere à venda ambulante em todo o território do município cidade de Luanda".

"O comportamento correcto a atitude disciplinada dos cidadãos permite uma convivência salutar em comunidade, com base no respeito da Lei e dos princípios da civilidade", garante o comunicado, acrescentando que "o combate à venda ambulante desordenada é crucial para a organização de uma Luanda moderna onde todos se sintam bem.

### 3.15 Plantas medicinais invadem passeios dos hospitais de Luanda

*Jornal O PAÍS*

*31 De Março de 2016*

*Texto: Milton Manaça*

Comissão Administrativa de Luanda decidiu ontem agravar para dois salários mínimos, avaliados em 45 mil nove Kwanzas, o valor mais baixo das multas que serão pagos pelos cidadãos que insistirem em vender nas ruas da cidade, assim como aqueles que comprarem dos referidos vendedores. A medida abrange ainda todos aqueles que receberem armazenarem os produtos vendedores ambulantes em transgressão administrativa.

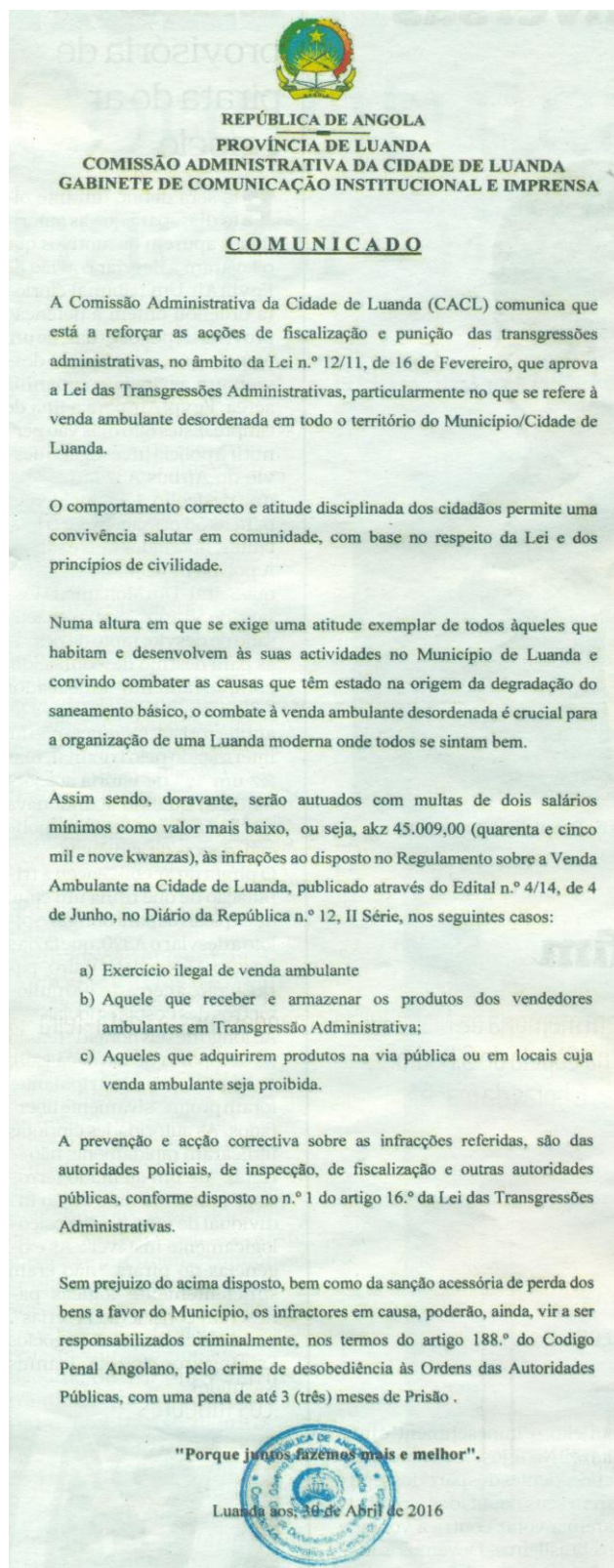
A comissão Administrativa adverte que os infractores poderão ser igualmente responsabilizados criminalmente com uma pena de até três meses de prisão. De acordo com uma nota do seu gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa, o pelouro agora presidido pelo general Higino Carneiro explica que a Comissão está a "reforçar as acções de fiscalização e punição das transgressões administrativas" no âmbito da Lei n.º12/11, de 16 de Fevereiro, que aprova a Lei das Transgressões Administrativas, particularmente no que se refere à venda ambulante em todo o território do município cidade de Luanda".

"O comportamento correcto a atitude disciplinada dos cidadãos permite uma convivência salutar em comunidade, com base no respeito da Lei e dos princípios da civilidade", garante o comunicado, acrescentando que "o combate à venda ambulante desordenada é crucial para a organização de uma Luanda moderna onde todos se sintam bem.

### 3.16 Comunicado

*Jornal de Angola*

*31 De Março de 2016*



**REPÚBLICA DE ANGOLA**  
**PROVÍNCIA DE LUANDA**  
**COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CIDADE DE LUANDA**  
**GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA**

**COMUNICADO**

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) comunica que está a reforçar as acções de fiscalização e punição das transgressões administrativas, no âmbito da Lei n.º 12/11, de 16 de Fevereiro, que aprova a Lei das Transgressões Administrativas, particularmente no que se refere à venda ambulante desordenada em todo o território do Município/Cidade de Luanda.

O comportamento correcto e atitude disciplinada dos cidadãos permite uma convivência salutar em comunidade, com base no respeito da Lei e dos princípios de civilidade.

Numa altura em que se exige uma atitude exemplar de todos aqueles que habitam e desenvolvem as suas actividades no Município de Luanda e convindo combater as causas que têm estado na origem da degradação do saneamento básico, o combate à venda ambulante desordenada é crucial para a organização de uma Luanda moderna onde todos se sintam bem.

Assim sendo, doravante, serão autuados com multas de dois salários mínimos como valor mais baixo, ou seja, akz 45.009,00 (quarenta e cinco mil e nove kwanzas), às infrações ao disposto no Regulamento sobre a Venda Ambulante na Cidade de Luanda, publicado através do Edital n.º 4/14, de 4 de Junho, no Diário da República n.º 12, II Série, nos seguintes casos:

- a) Exercício ilegal de venda ambulante
- b) Aquele que receber e armazenar os produtos dos vendedores ambulantes em Transgressão Administrativa;
- c) Aqueles que adquirirem produtos na via pública ou em locais cuja venda ambulante seja proibida.

A prevenção e acção correctiva sobre as infracções referidas, são das autoridades policiais, de inspecção, de fiscalização e outras autoridades públicas, conforme disposto no n.º 1 do artigo 16.º da Lei das Transgressões Administrativas.

Sem prejuizo do acima disposto, bem como da sanção acessória de perda dos bens a favor do Município, os infractores em causa, poderão, ainda, vir a ser responsabilizados criminalmente, nos termos do artigo 188.º do Código Penal Angolano, pelo crime de desobediência às Ordens das Autoridades Públicas, com uma pena de até 3 (três) meses de Prisão .

**"Porque juntos, fazemos mais e melhor".**

Luanda aos: 29 de Abril de 2016



## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 MINFIN cativa verbas do OGE por causa do preço do petróleo

*Jornal Visão*

*12 De Março de 2016*

Ministério pode cativar até 40% em bens e serviços, 15% em transferências correntes e até 80% em aquisição de bens de capital fixo.

O governo está a recorrer a cativações de verbas do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016, que previa gastar, como medida de prudência face ao agravamento da quebra das receitas com a exportação do petróleo.

A informação foi confirmada pelo ministro da Economia, Abrahão Gourgel, acrescentando que as cativações do OGE que estão a ser feitas "são suficientes" nesta fase, tendo em conta a evolução da cotação do barril de crude no mercado internacional.

Um decreto presidencial a que a Lusa teve acesso alude ao comportamento do preço do barril de petróleo no mercado internacional, que "tende a causar distorções nas estimativas orçamentais do exercício económico de 2016" o que obriga à adopção de "mecanismos que permitam ao governo adaptar os níveis de execução das despesas à efectiva capacidade de tesouraria do Estado".

Em concreto, o documento autoriza o ministro das Finanças a cativar créditos orçamentais iniciais das despesas de funcionamento de até 40 por cento em bens e serviços, até 15 por cento em transferências correntes e até 80 por cento em despesas de aquisição de bens de capital fixo.

"O executivo teve de recorrer às cativações como uma forma de monitorar a evolução dos preços, que é muito instável no mercado internacional, e por essa razão não recomenda que se façam alterações bruscas nos pressupostos do orçamento sem que haja uma evolução que nos confirme que será esse o novo patamar [cotação do petróleo]", disse, por sua vez, o ministro da Economia.

Só em 2015, as receitas com a exportação de petróleo caíram para menos de metade face ao ano anterior,

deixando o país mergulhado numa profunda crise financeira, económica e cambial.

O OGE voltou este ano a ser de austeridade, com cortes e contenção, mas a execução está ameaçada, desde a sua aprovação, em Dezembro, pela constante quebra da cotação do barril de crude.

O documento foi elaborado pelo governo estimando receitas fiscais com a exportação de petróleo no próximo ano, em média, a USD 45 por barril, mais USD 5 do que ao OGE para 2015. Contudo, desde o início do ano, essa cotação já chegou a estar a menos de USD 30 por barril.

Orçado globalmente - receitas e despesas de igual valor - em Kz 6.429.287.906.777 (USD 44,4 mil milhões), o Orçamento prevê um défice de 5,5 por cento e um crescimento económico nacional, face a 2015, de 3,3 por cento. É descrito pelo governo como de manutenção da austeridade, devido à crise da cotação do petróleo, que só no ano passado obrigou ao corte de um terço das despesas.

O governo prevê um crescimento de 48 por cento na riqueza criada pelo petróleo no país em 2016, para mais de USD 24,5 mil milhões, segundo a proposta do OGE.

Nas previsões do governo, o Produto Interno Bruto (PIB) de Angola - toda a riqueza produzida no país - deverá subir em 2016 mais de 23,2 por cento, face ao ano anterior, atingindo os Kz 14,218 biliões (USD 98,4 mil milhões).

Deste total, o PIB relativo à componente petrolífera corresponderá, na previsão do governo, a Kz 3,301 biliões (USD 22,8 mil milhões), tendo em conta dados constantes do relatório de fundamentação do OGE.

Este crescimento reflecte-se igualmente nas exportações de crude, que em 2016 deverão atingir os 689,4 milhões de barris (perto dos 1,9 milhões de barris por dia), um aumento de quase 3 por cento num ano.

### 4.2 Angola na cauda da SADC nos gastos públicos com a saúde

*Jornal Expansão*

*24 De Março de 2016*

*Texto: Neusa Salgado*

O Governo angolano destina apenas 7,7% do Orçamento Geral do Estado (OGE) à função saúde, a percentagem mais baixa da SADC, acrónimo inglês



de Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 2013 que abrangem 10 dos 15 Estados-membros da organização.

O ranking dos gastos com a saúde na região é liderado pela Suazilândia, onde a fatia da saúde nas despesas públicas chega aos 18,1%, seguida do Malawi, com 16,2%. O Lesoto fecha o pódio com 14,5%. A maior e mais desenvolvida economia da SADC, a África do Sul, canaliza 14% dos gastos públicos para a saúde.

A declaração de Abuja, cidade nigeriana, de que Angola é signatária recomenda que os países dediquem à saúde pelo menos 15% dos respectivos OGE, praticamente o dobro do que o país gasta actualmente.

As verbas alocadas ao sector da saúde pelo governo angolano permanecem muito baixas não apenas em relação aos padrões internacionais mas também às necessidades.

Angola vive uma crise sanitária de graves proporções, com destaque para Luanda onde um cocktail composto por lixo e chuva provocou uma corrida aos hospitais que não têm condições nem orçamento para atender à procura.

Os nove hospitais de referência de Luanda, Josina Machel, Américo Boavida, Lucrecia Paim, Prenda, Augusto Ngangula, Pediátrico David Bernardino, Neves Bendinha, Sanatório, Medicina e Reabilitação e Psiquiátrico - têm, no conjunto, em 2016, um orçamento de 28,4 mil milhões. O envelope financeiro que é menos de um terço do destinado à Casa de Segurança do Presidente da República, contemplada com um orçamento de 90,5 mil milhões Kz este ano.

Segundo números da comunicação social, o número de óbitos na capital angolana chega aos 500 por dia, o que, a confirmar-se, é praticamente o dobro da média nacional em 2018. Neste ano a taxa de mortalidade em Angola, segundo o Banco Mundial, foi de 14 por mil, uma das mais elevadas do mundo. Como Luanda tem cerca de 6,5 milhões de habitantes estamos a falar de 91 mil mortes anuais, ou 250 por dia.

Apelo lacinante

Uma parte importante dos óbitos são crianças. Uma médica do hospital David Bernardino que lançou um lacinante apelo nas redes sociais falou em quase três dezenas de mortes. "Preciso que me arranjem material hospitalar como luvas, seringas, curitas, soro e tudo o que puderem arranjar para as nossas crianças no hospital Pediátrico. Estamos mesmo mal aqui.

Ontem perdemos 27 crianças", exemplificou no apelo que chegou ao Expansão no dia 14 de Março.

O hospital Pediátrico David Bernardino tem, em 2016, um orçamento de 2,4 mil milhões Kz, mais de 60% dos quais para pessoal. O hospital Josina Machel é a unidade sanitária que mais verbas recebem do OGE, 7,2 mil milhões Kz, dos quais cerca de um terço para pessoal.

A febre-amarela é uma das causas de morte que mais atenção mediática tem suscitado, falando-se em mais de 150 mortes. Também houve um aumento nos casos de malária, cólera e diarreia crónica em Luanda e em outras cidades, em parte devido a um colapso nos serviços de saneamento e na colecta de lixo, disseram autoridades de saúde.

A malária continua a ser a principal causa de morte no País, com mais de 16 óbitos por dia. De acordo com números do coordenador do Programa Nacional de Controlo da Malária, Filomeno Fortes, divulgados nesta segunda-feira, "Angola regista anualmente três milhões de casos clínicos [malária], numa população de mais de 24,3 milhões, e 6.000 óbitos anuais".

MINFIN tranquiliza

O Expansão questionou o Ministério das Finanças sobre, se o sector da saúde seria afectado pelos cortes anunciados pelo Governo para fazer face à descida do preço do petróleo. Segundo o director do Gabinete de Comunicação Institucional do Ministério das Finanças, Adebayo Vunge, "o Executivo continua a conferir ao sector social a prioridade devida, prova disso, depois da Argélia, Angola ocupa uma posição cimeira na região em termos de despesa per capita no domínio da saúde. Certamente, colocam-se ainda desafios no sentido de melhorar a qualidade da despesa e reduzir as ineficiências no sector".

Dados da OMS revelam que as despesas com saúde por habitante em Angola rondaram os 355 USD em 2013, o sétimo valor mais elevado da SADC. Daquele valor o Estado financia cerca de 237USD.

Quanto às cativações de verbas do OGE são maioritariamente do investimento público.

Adebayo Vunge reconhece que embora o orçamento esteja o seu terceiro mês de execução, há suficiente espaço orçamental para assegurar as necessidades do Sector, "em virtude ser necessário aportar recursos adicionais além dos limites inicialmente definidos, o Executivo há de fazê-lo com prioridade devida".

### 4.3 Dívida pública atingirá 60% do PIB em 2017 e receita petrolífera valerá só 10%

*Jornal O PAÍS*

*30 De Março de 2016*

*Texto: Luis Faria*

A Fitch Ratings, uma das três principais agências de rating a nível mundial, passou a sua perspectiva para a economia angolana de estável para negativa mantendo a notação de risco da emissão de dívida angolana a longo prazo em 'B+' e a de curto 'B'. A agência também manteve o 'tecto' do país, no que se refere à classificação de risco em 'B+'. A Fitch justifica este 'downgrade' das perspectivas em relação à economia angolana com a deterioração das perspectivas para a evolução do preço do petróleo, assinalando que o declínio do valor da matéria-prima agravou-se desde a última avaliação da economia angolana efectuada pela agência, em Setembro de 2015. Se então a agência estimava que o preço do barril, este ano, se situaria, em média, em USD 60 por barril, a previsão de agora é consideravelmente mais baixa, ficando-se em USD 35 por barril.

A forte resposta das autoridades angolanas ao choque externo e a existência, que contribuiu para moderar a erosão das reservas cambiais e o significativo montante de depósitos detidos pelo Governo são assinalados pela Fitch. A Fitch Ratings prevê que o défice orçamental de Angola aumentará para 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, sendo que, para 2015, a estimativa é de que tenha correspondido a 1,6%.

As receitas petrolíferas, que corresponderam a 33% do PIB no período entre 2004 e 2014, cairão para 10% do PIB em 2016 e 2017. A agência nota ainda que a despesa pública terá recuado, em termos do seu peso no produto, 15 pontos percentuais em 2015, para 26,4%, devido, em larga medida, aos cortes efectuados nas despesas de capital e nos subsídios mas interroga-se se as autoridades, caso a situação no mercado petrolífero se mantenha deprimida, conseguirão proceder a mais cortes na despesa sem avolumar os designados 'atrasados'.

A Fitch estima que a dívida pública bruta aumentou para 47,4% do PIB no final de 2015, o que representa um acréscimo de quase 17 pontos percentuais em relação ao termo de 2014, reflectindo a depreciação do kwanza e outros factores de índole financeira. Embora o peso da dívida sobre o produto ainda se encontre abaixo de 53% do PIB, o limite para a actual notação de risco, a Fitch prevê que ela aumente em função do défice orçamental e da depreciação

cambial (cerca de 45% da dívida pública está de nominada em moeda estrangeira), aproximando-se de 60% do PIB em 2017. Em suma, o colapso nos preços do petróleo infligiu um duro golpe nas reservas sobre o exterior de Angola, não obstante uma contracção muito forte das importações, prevendo que o défice da balança corrente se alargue para 14% do PIB em 2016, depois de um défice de 7,8% em 2015 e de um grande excedente em 2013. Em Setembro de 2015, a Fitch reviu a notação de risco de Angola, tanto em moeda local como em moeda estrangeira, fazendo-a descer um degrau e passando-a de 'BB-' para 'B+'. Também o 'tecto' do país, no que refere à classificação de risco, passou, na altura, para 'B+', não podendo qualquer entidade angolana notada ultrapassar este limite.

As perspectivas, no entanto, mantiveram-se estáveis e a notação de curto prazo permaneceu 'B'. Ao proceder à revisão, a Fitch sublinhava que a dependência de Angola dos hidrocarbonetos a deixa exposta a fortes quebras no preço do petróleo, o que tem como resultado o aumento da dívida pública, a descida do nível de reservas e o abrandamento do crescimento económico.

A Fitch reconhece, entretanto, que as autoridades angolanas reagiram atempadamente ao choque externo, 'apertando' a política monetária e fiscal e permitindo que a taxa de câmbio desvalorizasse significativamente. Uma resposta, segundo a agência, 'contribuiu para que se mantenha uma perspectiva estável' para a economia angolana. Perspectivas essa que foi agora alterada.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Administrador do Cazenga com fraca simpatia dos munícipes

*Jornal Manchete*

*4 De Março de 2016*

*Texto: Moreira Mário*

O administrador do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, há muito perdeu a simpatia dos seus munícipes, razão pela qual os mesmos prognosticam caso o governador de Luanda, Higinio Carneiro venha exonerar o mesmo, não deixará saudade alguma visto que de acordo com os habitantes daquela localidade, o seu consulado tem sido marcado por uma gestão danosa.

N a semana passada, o governador de Luanda, Higinio Carneiro procedeu a exoneração de seis elementos do Governo Provincial de Luanda, entre eles quatro administradores:

Manuel Caterça, administrador de Viana, Filipe Barros Espanhol, administrador de Belas, Domingos Assis Fortes, administrador da Quiçama e Mara Baptista Kioza, administradora do distrito urbano do Sambizanga.

Higinio Carneiro voltou a prometer nesta terça-feira, 1, novas mexidas nos próximos dias nas direcções das administrações municipais e não só.

Pelo que algumas vozes acreditam que provavelmente o administrador do Cazenga deverá ser um dos escolhidos, uma vez que nos últimos tempos os munícipes vêm pedindo a sua exoneração.

Tany Narciso foi indicado no cargo de administrador do Cazenga em finais de 2007, altura em que Job Castelo Capapinha era o governador da Província de Luanda. Por ele terão passado cinco governadores e sobreviveu a todas intempéries que iam sendo movidas por cada inquilino do Palácio da Mutamba nas principais estruturas do governo de Luanda. Isso suscitava certa curiosidade aos munícipes que tentavam entender as razões que mantinham o aludido administrador no posto. Não é para menos que o consideram como sendo um indivíduo muito esperto, pois, sempre soube "embrulhar" os seus superiores hierárquicos quando estes propõem, deslocar-se ao município em visita de campo.

O exemplo mais recente aconteceu aquando da visita do governador Higinio Carneiro a aquela municipalidade, o administrador não mais fez senão tapar os olhos do governador. Segundo informações posta a circular nas redes sociais, dois dias antes da visita do dirigente, o administrador meteu a sua equipa técnica no terreno para dar uma outra imagem ao município, sobretudo nas ruas onde iria passar a comitiva do governador. Em tempo recorde o lixo desapareceu no Cazenga em menos de 48 horas. Também alguns anos atrás quando o Presidente da República José Eduardo dos Santos efectuou, em duas ocasiões, visitas de constatação ao andamento das obras das principais vias de acesso do município, Tany Narciso bisou as mesmas manobras. E, como se não bastasse, inclusive mandou retirar os quebra-molas existentes ao longo da rua dos Comandos para acomodar o chefe, no momento em que iria passar no local.

Os munícipes têm vindo a lamentar pelo de o Cazenga enfrentar problemas graves de recolha de lixo distribuição de energia e água, saneamento básico, limpeza e segurança, mas que o administrador pouco ou mesmo nada tem feito para minimizar a situação.

Por exemplo, no bairro 11 de Novembro, concretamente nas zonas da Mabor, na Sonel e imediações do mercado dos Kwanzas, os moradores queixam-se da falta de água para consumo. Desde que foram colocados contadores nas casas há mais de três anos, até agora o precioso líquido não jorra nas torneiras.

É também ponto assente as construções anárquicas de armazéns um pouco por todo o município, com maior incidência na zona do Hjoia-Henda cuja autorização é da própria administração municipal. Uma questão simples é que estes estabelecimentos comerciais depois de entrarem em funcionamento pagam uma taxa mensal a administração municipal, não se sabendo exactamente o destino que é dado aos referidos valores.

### 5.2 Excesso de sobas em Luanda é preocupante

*Jornal O PAÍS*

*21 De Março de 201*

*Texto: Alberto Bambi*

Em declarações a OPAÍS, o responsável revelou que o número de bairros existentes nestas circunscrições não justifica a existência da quantidade da autoridade

tradicional. Apontou que a Quiçama e o Icolo e Bengo, municípios que considerou como tendo poucas comunidades, contam com 246 sobas, sendo 128 na primeira circunscção e 118 na segunda.

Miguel Neto, que é também o soba grande do município de Belas, disse ser incompreensível esse número, alegando haver localidades muito próxima das outras. "Não é possível haver 50 sobas em aldeias próximas", precisou.

Referiu ser necessário as autoridades competentes colocarem cobro à proliferação de sobas para se manter melhor controlo no seio das aldeias e/ou povoações ao nível da província.

Denunciou que há sobas que são empossados pelas administrações municipais em troca de parcelas de terras nas suas áreas de jurisdição, alguns dos quais sem o perfil. Disse que a escolha dos sobas não tem seguido a regra (que a fonte evitou revelar), realçando que alguns são escolhidos por cunho político, contrariando o que dizem os estatutos.

Outra situação que também preocupa a fonte tem a ver com a vinda a Luanda de alguns anciãos supostamente mandatados por responsáveis do aparelho do Estado. "Há os que vêm de outras províncias para se instalarem numa povoação e apresentarem-se como sobas", afirmou Miguel Neto, tendo denunciado a existência de uma associação clandestina de sobas, onde muitos destes estão filiados. A fonte defendeu que cada soba devia estar na sua terra de origem para cuidar do seu povo e não o contrário, como se assiste hoje. "Cá em Luanda, há mesmo muitos sobas que não são de geração".

"Um soba de Malanje está aqui a fazer o quê, se nasceu lá? como é que vai contar a história de uma área de Luanda?", interrogou-se o ancião. Segundo a fonte, "um soba tem de ter a sua povoação, tem de ter a sua área e ser nativo da mesma localidade, porque é aí onde ele conta a sua história", reforçou. Fardamento adulterado Informações apuradas de outros sobas que pediram o anonimato, dão conta de que o fardamento das autoridades tradicionais é costurado no mercado informal a mando de qualquer que se ache soba. Esta situação está a enfermar a classe e os sobas pedem a intervenção do Governo da Província de Luanda (GPL), com o qual já pensam ter um encontro, a fim de se abordar sobre os falsos sobas.

### 5.3 O censo populacional em angola, densidade por habitante e actividade económica

*Jornal O PAÍS*

*29 De Março de 2016*

O relatório apresentado na semana passada traz-nos informações sobre a taxa de desemprego, a taxa da população activa, taxa de inatividade, a distribuição da população por províncias e municípios bem como a sua distribuição entre as zonas rurais e zonas urbanas.

Até há poucos anos as estimativas da dimensão total da população angolana rondavam entre os 16-18 milhões, estas eram as melhores previsões que existiam, já que, durante mais de 30 anos, não se realizou um censo populacional, nem inquéritos tão abrangentes como o IEEP de 2009. Por isso, era necessário confiar em teorias demográficas para encontrar o número total da população. Algumas delas sugeriam que a população total podia ser encontrada dobrando o número total da população eleitoral (equivalente à população adulta), que sugeriu em 2008-2012 uma dimensão da população no intervalo supra citado. Contudo, os dados actuais vêm revelar que a população total de Angola está em 26 milhões (25.789.024,00). Este número demonstra a existência de um desvio acima de 5 milhões face às anteriores estimativas, demonstrando claramente a importância e necessidade da realização do censo, mesmo que este implique custos financeiros elevados.

Porém, o tamanho da nossa população não é um grande tema, se comparado com alguns vizinhos e com economias similares. A República Democrática do Congo, por exemplo, tem mais de 50 milhões de habitantes e a Nigéria tem uma população superior a 150 milhões de habitantes. Um dos resultados que ressalta deste relatório é precisamente a densidade populacional.



Se fizéssemos um mapa em três dimensões com montanhas em pico a representar a concentração da população em Angola perceberíamos que o morro do Moco mudaria de local, a província de Luanda condensa cerca de 27% da população total e mais de 56% da população economicamente activa, quando as províncias logo a seguir são as de Benguela, Huila, Huambo, Kwanza Sul, Uíge e Bié que, com Luanda, concentram cerca de 72% da população total do país. Entretanto, mesmo no grupo das sete, há três províncias que têm menos população que a maior parte da população dos maiores municípios de Luanda. Como a agravante, por incrível que pareça, de as mesmas não serem as maiores em termos de extensão territorial, onde figuram as províncias do Moxico e do Kuando Kubango.

Estes indicadores não são uma grande surpresa para a maioria dos angolanos, já que, à semelhança do que acontece à volta do mundo, as populações tendem concentrar-se em volta dos centros que têm maior densidade de produção económica. Segundo várias estatísticas, Luanda condensa mais de 70% da atividade económica e, se juntarmos a Luanda, o Kwanza Sul e Benguela, a percentagem sobe para 90%, segundo o livro do professor Alves da Rocha, sobre desigualdades e assimetrias regionais em Angola. Este fenómeno também é explicado por teóricos do desenvolvimento económico. Segundo os mesmos a migração do campo para a cidade acontece quando o rendimento médio das actividades económicas.

## 5.4 Executivo apresenta proposta de lei

*Jornal O PAÍS*

*30 De Março 2016*

*Texto: Adelina Inácio*

O Executivo apresenta hoje no Parlamento a proposta de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento da Comissão de Moradores, que prevê que, ao nível dos municípios, sejam criadas autarquias locais.

O diploma, a ser discutido na generalidade, trata da organização e estruturação dos bairros e povoações e o modo de participação e intervenção dos cidadãos na solução dos problemas da comunidade. A proposta de lei prevê a tutela administrativa sobre as comissões de moradores, que consiste na verificação do cumprimento das regras e procedimentos para a sua criação e na verificação do cumprimento da lei.

A proposta de lei esclarece que não é permitida a criação de mais de uma comissão de moradores na

mesma circunscrição territorial, em obediência ao princípio da unicidade.

O documento esclarece que o Poder Executivo pode, em caso de violação grave da Constituição, das leis em vigor e da democracia interna, determinar a destituição dos órgãos sociais das comissões de moradores. A proposta de lei prevê a solução de problemas comuns, a promoção da solidariedade e da cooperação na comunidade e a defesa dos interesses comuns dos moradores.

O diploma explica que nestes escalões vão ser apresentados os problemas de interesse imediato dos cidadãos e das empresas, com destaque para o abastecimento de água, energia eléctrica, recolha de resíduos sólidos e saneamento básico. A proposta, de iniciativa legislativa do Executivo, foi submetida a discussão pública e esclarece que o exercício das atribuições e competências obedece ao princípio da subsidiariedade em relação aos órgãos da Administração Local do Estado e das Autarquias Locais em matérias como a limpeza e manutenção de espaços verdes e ruas, controlo da construção ilegal e da ocupação ilícita de prédios rústicos e vigilância sanitária.

Ainda hoje, os deputados discutem e votam, na generalidade, as propostas de lei sobre o Regime de Harmonização da Codificação. Num projecto de Resolução Nacional e sobre a Comissão de Fixação da informação do Balanço de Alteração de Residência dos Execução do Orçamento Geral do Cidadãos. Estão agendados para Estado do terceiro trimestre de discussão e votação o Projecto de 2015, e um outro que aprova, para Lei de Autorização Legislativa que autoriza o Titular do Poder Executivo a legislar sobre os procedimentos e os Incentivos para Adequação dos termos Contratuais e Fiscais aplicáveis às concessões onde sejam efectuadas descobertas marginais. De acordo com a agenda, devem igualmente ser votados um projecto de Resolução que aprova a informação do Balanço de Execução do Orçamento Geral do Estado do terceiro trimestre de 2015, e um outro que aprova, para ratificação pelo Presidente da República, o Pacto de Não-Agressão e legislar sobre os Procedimento de Defesa da Comunidade da União Africana.

Amanhã tem lugar o debate mensal da Assembleia Nacional, cujo tema é a Situação política, Económica e Social do país, proposta pelo grupo parlamentar da CASA-CE.

## 5.5 Comissões de moradores

*Jornal O PAÍS*

*31 De Março de 2016*

*Texto: Neusa Filipe*

A proposta de lei sobre a Organização e Funcionamento da Comissão e Moradores, aprovada, ontem com cento e trinta e seis votos a favor e trinta e quatro votos contra, é da iniciativa do Ministério da Administração do Território e foi justificada pelo titular da pasta, Bornito de Sousa, com o argumento de que a referida lei implica a participação activa dos moradores na resolução dos problemas comuns da sociedade. Para o responsável, os recentes problemas da saúde pública' a "identificação e controlo do grau de criminalidade e de outras formas de violação da lei e da ordem pública", levaram a que fosse posta em discussão a presente lei. Bornito de Sousa salientou de que a organização das autarquias não prescinde da organização a nível dos bairros, mas que serão constituídas somente ao nível municipal.

O líder da bancada parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior justificou o voto contra, defendendo que as comissões de moradores só devem existir em espaços onde haja órgãos de poder local e nunca órgãos de poder central. Por seu turno, o deputado Lindo Bernardo Tito, da CASA-CE justificou a posição da si organização política afirmando que por não se ter ainda aprovado a lei do poder local, não se pode extrair parte dessa lei para ser aprovada. Ele defendeu que comissões de moradores deve ser vistas como uma forma de Organização do poder local.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Alguns edifícios já comercializados

*Jornal de Angola*

11 De Março de 2016

Texto: Arcângela Rodrigues

Os primeiros edifícios construídos no âmbito do empreendimento "Baía de Luanda" já foram comercializados, estando inscritos vários clientes para a segunda fase, informou ontem o presidente da Comissão Executiva do Projecto Baía de Luanda, Miguel Carneiro.

Miguel Carneiro fez a apresentação dos projectos comerciais e residenciais ao governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, que ontem visitou as obras do empreendimento Baía de Luanda".

O presidente da Comissão Executiva do projecto deu a conhecer que o centro residencial do empreendimento está a ser construído junto ao hotel "Panorama", estando já concluídas 60 por cento das infra-estruturas.

"Alguns edifícios já foram erguidos e estamos a preparar-nos para dar início à segunda fase" de construção das habitações, afirmou Miguel Carneiro, acrescentando que a segunda fase prevê a construção de 1.000 apartamentos.

"Os apartamentos são de diversas tipologias e os preços vão de 300 mil a 380 mil dólares", indicou o presidente da Comissão Executiva do Projecto Baía de Luanda, que está a negociar a venda e o financiamento imobiliário com instituições bancárias.

Segundo Miguel Carneiro, a zona comercial em toda a extensão da baía já foi criada e vai ser desenvolvida em cinco fases. As primeiras lojas, disse, já foram abertas e a primeira fase está em período de conclusão.

"O Projecto Baía de Luanda tem uma extensão de 3, I quilómetros de extensão", precisou Miguel Carneiro, acrescentando que as infra-estruturas ficam concluídas no final deste ano, mas, a construção dos apartamentos vai continuar. As obras estão a cargo das empresas "Mota-Engil", "Teixeira Duarte", "Soares da Costa" e "Griner".

Na Baía está a ser edificado o distrito financeiro da cidade de Luanda, será constituído não apenas por

instituições bancárias, mas também por empresas do ramo financeiro, centros de negócios com qualidade, entre outros.

Dos 20 edifícios previstos, o primeiro já encontra-se em fase de avançada de construção e aguarda-se pelo início de outros, enquanto comercializa-se os espaços disponíveis ainda existentes para o mesmo efeito.

### 6.2 Mobilidade urbana em Luanda carece de medidas urgentes

*Jornal O País*

16 De Março de 2016

Texto: Domingos Bento

Mover-se de um lado para outro na cidade de Luanda ainda é um exercício bastante difícil para a grande maioria dos cidadãos que escolheram a capital do país para viver e trabalhar. A deficiente rede viária, os engarrafamentos e o mau estado dos passeios criam enormes embaraços à mobilidade dos seus habitantes que, volta e meia, clamam por mudanças urgentes.

Todavia, para contrariar esses embaraços que dificultam a mobilidade urbana, especialistas brasileiros do sector dos transportes e trânsito defenderam ontem, em Luanda, durante um seminário sobre transportes públicos, melhorias urgentes que contribuam para um maior movimento da cidade e aumento da produtividade.

De acordo com Marcos Vinício, professor brasileiro do curso de Transportes e Trânsito, para uma melhor mobilidade urbana em Luanda é preciso um melhoramento significativo da rede viária, dos passeios, iluminação pública e a aposta num sistema de transporte público eficaz e eficiente que iniba as pessoas de usarem viaturas particulares nas horas de pico. Segundo o especialista, esses itens já estão a ser usados em muitas cidades do mundo e têm servido de autênticos aliados na fluidez urbana e os efeitos se reflectem na maior qualidade de vida dos habitantes.

"Quando as pessoas têm à sua disposição uma linha de transporte público funcional, elas não terão a necessidade de usar os carros particulares. Isso evita engarrafamentos e cria maior mobilidade. Mas, para isso, todo o sistema viário deve funcionar", frisou.

Para Marcos Vinício, diferente Cios que existem hoje em Luanda, os transportes públicos devem ser uma mais-valia no processo da mobilidade urbana, transportando as pessoas com segurança, conforto e rapidez a um preço que esteja ao alcance de qualquer habitante.

"Se a ideia é implementarmos uma melhor mobilidade urbana, então os transportes públicos não podem ser uma dor de cabeça ao ponto de serem vistos como um inferno. Eu, enquanto cidadão, devo me sentir bem dentro de um autocarro ou outro meio público", explicou.

De acordo ainda com o professor, todas as medidas criadas com vista a garantir maior mobilidade urbana devem estar acompanhadas de uma doze de educação para se evitar situações constrangedoras, assim como os atropelamentos que são muito frequentes em Luanda.

"Quanto mais educação as pessoas tiverem, menos punição terão. É preciso educar as pessoas para garantir melhor educação na via".

Já Artur Dias, outro palestrante brasileiro no seminário sobre transporte público, organizado pela empresa Macon, esclareceu que Luanda deve adoptar políticas de mobilidade urbana que assentem na liberdade e respeito pelas normas da boa convivência social. Na voz do especialista, à semelhança de outras cidades do mundo, a capital do país deve criar condições que permitam a deslocação dos cidadãos de um ponto para outro sem interrupções nem limitações.

"É preciso que todos sintam-se parte da cidade. E isso começa pelas infra-estruturas que devem estar preparadas para acolher quaisquer tipos de pessoas e meios", disse.

### 6.3 Politec investe USD 5 milhões na construção da Urbanização Boa Vida

*Jornal O País*

*1 De Março de 2016*

*Texto: Brenda Sambo*

A nova Urbanização Boa Vida é um complexo habitacional com condomínios fechados e independentes, localizado no município de Belas, na via Expresso, numa área extensiva de 722 mil metros quadrados, equivalente a 72 hectares. Do lado esquerdo situa-se a área comercial com 112 lojas duplex, com S4 metros quadrados no piso de baixo e S4 metros quadrados no de cima. Do lado direito, ergue-se um edifício de 2 pisos para escritórios, onde se encontra o comité do MPLA.

O eixo principal da via será coberto de vários serviços, desde escolas, com patente internacional, um hotel, duas creches, quadra desportiva, ginásio, salão de festas, clínica e também a SPA, e outros serviços. Este complexo, onde foram investidos USD

S milhões, oriundos de fundos próprios, é composto por cinco condomínios, sendo um deles denominado "Country State". Cada condomínio, que possui uma entrada independente e muro divisório, à entrada contará com uma área de lazer e a sua quadra desportiva.

Segundo o vice-presidente da Politec Investimentos, a infra-estrutura representa um novo conceito de uma pequena cidade satélite, construída dentro do novo plano urbanístico da cidade de Luanda, que vai proporcionar novas condições e benefícios tanto para os moradores da Urbanização Boa Vida como para as pessoas que vivem ao redor, através dos serviços implementados dentro da urbanização. Nenhum outro projecto privado possui as mesmas condições de diversificação, desde lojas de conveniência, supermercados, escolas, farmácias etc, sendo muito mais compacto que a cidade do Kilamba.

O novo empreendimento, ainda em construção, apresenta preços 30% a 40% abaixo do preço do mercado, um dos argumentos que utiliza face à concorrência.

Comercialização, preços e investidores

De momento, apenas se encontram a ser comercializados dois dos condomínios.

A primeira tipologia de casa, é a T3 denominada T3 'Terria'. Tem uma área de 70 metros quadrados, estando representada num lote de 360 a 540 metros quadrados. A T3 duplex, que também serve de casa modelo, é a que já se encontra erguida de momento. Refira-se que o maior apartamento dos quatros condomínios é o T5, com uma área de construção de 440 metros quadrados, podendo estar enquadrado num lote de 900 a 1.800 metros quadrados.

A gerente comercial da Politec Investimentos, Gisela Silva, ao referir-se à qualidade do imóvel bem como aos preços propostos, adiantou que, para além da energia da rede, os condomínios serão equipados com um gerador de reserva, e também um tanque de 10 mil litros por cada residência, tendo cada condomínio segurança e gestão independente. O saneamento básico da Urbanização Boa Vida ficará a cargo de uma empresa especializada. Gisela Silva acrescentou que, para além de residir, o morador passará a usufruir de todos os serviços existentes no projecto como agências bancárias, restaurantes, pastelarias, lavandarias, centro comercial, escola, clínica e SPA, que estarão no eixo principal da Urbanização Boa Vida.

A infra-estrutura propõe formas especiais de pagamento para o seu extenso leque de produtos. O



pagamento é feito de três formas, podendo ser a pronto ou a prestações ou ainda através de recurso ao crédito bancário. A renda resolúvel ainda não está ser praticada. Quanto aos preços, variam entre USD 300 mil (um T3) e USD 1 milhão, no caso do T5.

No que concerne à adesão das pessoas ao projecto, Gisela Santos disse que tem sido "massiva e positiva, desde o momento que foi lançada a pedra há dois anos, pois o projecto está a ser construído de acordo com os gostos dos angolanos. São casas espaçosas com grande conforto, com algo que o angolano procura, o espaço". Adiantou que neste momento 90% do centro comercial se encontra vendido e será entregue daqui a 15 dias, assim como também se encontram erguidas 315 casas que serão entregues em Julho de 2017, salvo algumas cuja entrega será feita em Janeiro e Fevereiro do próximo ano. Quando concluído, o projecto contará com cerca de 1.000 residências. A Politec está aberta a possíveis investidores que queiram investir na Urbanização Boa Vida, referiu ainda Gisela Silva.

#### 6.4 Condomínio Boa Vida investe 500 milhões de dólares

*Novo Jornal*

*4 De Março de 2016*

*Texto: Dulcineia Lufua*

Um projecto imobiliário denominado Boavida, avaliado em 500 milhões de dólares, foi apresentado esta semana, em Luanda, por uma consultora do ramo.

Localizada na Via Expresso, a primeira faseado empreendimento que será lançado em Julho de 2017, contará com cinco condomínios, num total de 732 lotes e centros comerciais que comportarão 112 lojas, 3 creches, ginásios, salas de cinema, escolas, hotéis, além de um sistema de segurança 24 sob 24 horas.

Este projecto arquitectónico está a cargo da empresa Politec, tendo já sido vendidos 90% dos espaços do centro comercial, cujas instalações estão na fase final e os restantes imóveis numa percentagem de 70 por cento também já comercializados ao longo de 2015 e no princípio do ano em curso.

"Aqui o cliente terá a possibilidade de escolher o lote onde se situará a sua casa. Um apartamento do tipo T3 custará 401 mil dólares. O modelo T3 462.690 dólares e o T4, 1.019.801 dólares, sendo que os valores variam segundo a área de localização do lote",deram a conhecer Ellen Silva durante a cerimónia de apresentação do projecto pela consultora.

Por seu lado, o vice-presidente da Politec, Wojchiech Dowbor, revelou-se pessimista quanto à concorrência no sector imobiliário, dada a actual situação de crise que o País atravessa, onde, "só irão sobreviver empresas que estudaram o mercado e que fizeram projectos para o comprador nacional conhecendo a sua cultura e a forma de viver em Angola".

De acordo com Dowbor, o material utilizado na empreitada é quase na totalidade importado, mas resta ainda um ano e meio para a conclusão das casas sendo importante agora investir mais na produção nacional, nomeadamente no cimento e ferragens. A empresa está a negociar uma linha de crédito com a Polónia, da qual fazem parte dois bancos polacos, no sentido de viabilizar a importação de material de acabamento sem elevados desembolsos.

#### 6.5 Metade dos moradores do Kilamba já começou a pagar prestações em atraso

*Jornal Expansão*

*4 De Março de 2016*

*Texto: Neusa João*

Cerca de metade dos moradores da centralidade do Kilamba já começou a pagar as prestações em atraso referentes a 2015, revelou ao Expansão o porta-voz da Imogestim. Segundo Mário Guerra, " os pagamentos estão a ser feitos em kwanzas, ao câmbio da data de assinatura dos contratos", conforme previsto, e os moradores que insistirem em não entregar as prestações atrasadas "poderão ver os seus contratos rescindidos".

"Os pagamentos já não estão indexados ao dólar americano", lembrou o porta-voz, garantindo que "as cobranças serão efectuadas sempre nestes moldes".

Quanto aos moradores que continuarem sem pagar nos próximos meses, disse, "a Imogestim vai rescindir os contratos".

A Comissão de Moradores, a Associação Angolana dos Direitos dos Consumidores (AADIC) e alguns moradores, recorde-se, reuniram em Fevereiro, tendo ficado decidido que apenas seriam feitos os pagamentos das prestações de 2016.

De acordo com a AADIC, os moradores não podem ser considerados responsáveis pelas cobranças em atraso por parte da Imogestim, pelo que a empresa responsável pela gestão da centralidade não pode exigir o pagamento nos moldes previstos, ou seja, através da liquidação de duas prestações por mês.

Na reunião, que teve como palavra de ordem "Vamos pagar sim, mas com justiça", ficou acordado que, ao fazerem os pagamentos, os moradores devem referir que estão a liquidar prestações de 2016, devendo ficar com uma cópia do bordereaux do banco entregue à Imogestin.

"A Imogestin faz o Executivo acreditar que os moradores não querem pagar, mas tal não constitui a verdade. Desde o princípio do processo que dissemos que vamos pagar, mas com justiça. Não aceitamos imposições ilegais", lê-se na acta da reunião, a que o Expansão teve acesso.

Imogestin recusa bordereaux

De acordo com o coordenador-geral da Comissão de Moradores, Manuel Victoriano, a Imogestin, entretanto, está a recusar receber os bordereaux entregues por quem apenas está a pagar prestações de 2016.

No entanto, confrontado com esta afirmação, o porta-voz da Imogestin disse não ter como confirmar, alegando que estas são "questão que tem a ver com a área comercial".

"Os moradores não vão pagar duas prestações mensais, porque a Lei do Arrendamento não o prevê", garantiu ao Expansão Manuel Victoriano, acrescentando que "pela condição social que o País vive, não temos como pagar dois meses de uma vez".

Na reunião de Fevereiro, a Comissão sugeriu aos moradores a elaboração de um dossier sobre o problema das prestações em atraso para enviar à Provedoria de Justiça, Tribunal Constitucional, Procuradoria-Geral da República, Assembleia Nacional, Casa Civil e Gabinete do Presidente da República, entre outros.

## 6.6 Moradores do Condomínio Glakeni dizem-se enganados pelo senhorio

*Jornal O País*

*4 De Março de 2016*

*Texto: André Mussamo*

Os moradores do projecto habitacional Glakeni, sito no Zango II acusam a entidade promotora do projecto de lhes ter vendido "gato por lebre".

Segundo os mesmos, as casas do projecto de iniciativa privada com custos a rondar entre os 80 e os 100 mil dólares não reúne condições de habitabilidade e o proprietário recusa-se a completar

os serviços e benefícios prometidos à data do contrato.

O espaço residencial, com 420 casas apenas cerca, de 100 estão habitadas fazendo com que a higienização das restantes residências passa a ser outro problema para os moradores confrontados com a efusão de lixo e capim.

Dizem que o projecto vive sérios problemas de fornecimento de electricidade, tendo neste momento dois transformadores eléctricos avariados, com debilidades na recolha de resíduos sólidos, com fraca limpeza e saneamento, um deficitário fornecimento de água e a insegurança generalizada por falta de vedação ou policiamento regular.

Manuel Rodrigues, eleito em assembleia como coordenador da comissão de moradores, diz que inicialmente a vivencia no complexo podia ser descrita como de "mil maravilhas", até que despoletaram os problemas, o de mais grave dos quais deles é o fornecimento de electricidade.

Os moradores dizem que, por instrução do proprietário do condomínio, inicialmente não pagavam o consumo de electricidade até que à dada altura foram surpreendidos com uma cobrança de 2 mil e quinhentos kwanzas/mês, operação que entretanto durou pouco.

A seguir, foram instruídos para que celebrassem contratos com a então EDEL, todavia, contactada, a mesma empresa de distribuição de electricidade de Luanda, terá recusado celebrar tais contratos, alegando que a zona era "um projecto privado, pelo que a empresa não tinha responsabilidade de fornecer o serviço".

De lá para cá, tem sido uma parada de troca de "galhardetes" entre moradores e o detentor do projecto a quem acusam de "ignorar" as suas reclamações. "O senhor Pedro Neto da Glakeni tem se evitando ao diálogo com a comissão de moradores que representa as pessoas às quais a sua empresa vendeu as casas", Manuel Rodrigues.

Glakeni declina responsabilidade

Contactada, a direcção da imobiliária Glakeni esclarece que é de facto detentora do complexo residencial e que celebrou contratos com entidades públicas e privadas para a construção de casas a serem vendidas aos seus funcionários.

Quanto à promessa de "água e luz", a empresa reconhece que tal benefício vem designado no contrato celebrado mas, esclarece que "aqueles serviços são fornecidos e geridos por empresas

públicas. Enquanto empreiteira, proporcionamos a infra-estrutura, e à data da ocupação os moradores deviam celebrar os respectivos contratos de consumo" com a então EDEL e a EPAL, o que não fizeram.

"Apesar de não ser responsabilidade das construtoras montar a infra-estrutura de média tensão, por exemplo, no fornecimento de electricidade, a Glakeni, tendo em conta a morosidade registadas optou por custear tais investimentos na esperança de ser ressarcida mais tarde" esclarece uma fonte da empreiteira.

A Glakeni reconhece estar em falta no domínio da limpeza das casas desabitadas e a recolha dos resíduos sólidos ao longo do perímetro do complexo, mas considera que está a equacionar uma solução para breve, tal como está engajada uma vez mais na procura de alternativas para os dois transformadores de média tensão avariados.

"Lamentados os constrangimentos, apesar de grande parte deles não serem de directa responsabilidade da Glakeni, mas prometemos que em breve o quadro muda" refere a fonte da construtora que acrescenta ainda que nunca fechou as portas ao diálogo e diz-se estar ao corrente dos passos que são dados pela comissão de moradores' que considera ser "um parceiro indispensável para a procura de soluções aos problemas decorrentes da vivência em condomínio".

## 6.7 Preços da habitação e escritórios recuam mais de 30% mas a queda não terminou

*Jornal Expansão*

*4 De Março de 2016*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

A procura de habitação está a cair em Luanda, fruto da crise económica e financeira, e da saída de muitos expatriados da cidade, levando à baixa de preços, afirmam especialistas do sector.

Também no segmento de escritórios há menos procura. Em ambos os casos, os preços por metro quadrado, para arrendamento ou venda, chegaram a recuar mais de 30% desde o ano passado. Os especialistas ouvidos pelo Expansão alertam que a queda vai continuar, porque os preços são "desajustados".

Em 2014, por exemplo, o preço por metro quadrado de um apartamento novo de tipologia T3, no centro de Luanda, podia atingir 11.800 USD. Actualmente(ver infografia nas páginas seguintes),

está estimado em 8 mil USD, uma queda de quase 33%, segundo contas do Expansão baseadas no Relatório de Mercado Imobiliário da Abacus, referente a 2014, com uma actualização de valores feita pela Proimóveis.

Também no centro, o custo por metro quadrado de um apartamento usado, em 2014, podia chegar a 8.000 mil USD; hoje, o valor não ultrapassa os 5.500 USD, uma queda de 31%, em linha com a de imóveis novos.

Em Talatona, a Sul de Luanda, cenário não é diferente. Residências T3 cujo metro quadrado podia valer 7.000 USD, hoje estão a ser comercializadas por 6.000 USD - menos 14%.

Ao Expansão, Cléber Corrêa, director-geral da Proimóveis, garante que a queda nos preços se regista "em todos os segmentos do mercado imobiliário", com realce para o arrendamento de casas antigas. Mas, afirma, no seguimento prime o cenário é semelhante. "É a lei da oferta e da procura em acção. Quando a procura diminui, o preço também baixa, tendo em conta que a oferta aumenta", explica.

Segundo Cléber Corrêa, as zonas que mais registam desvalorizações nos preços dos projectos habitacionais são aquelas que estão fora do 'casco urbano', como Camama, Benfica e Viana. "Quanto mais longe o imóvel estiver do centro, menor é a procura e também menor é o preço", diz o especialista.

## 6.8 Preços da habitação e escritórios recuam mais de 30% mas a queda não terminou

*Jornal Expansão*

*4 De Março de 2016*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

A procura de habitação está a cair em Luanda, fruto da crise económica e financeira, e da saída de muitos expatriados da cidade, levando à baixa de preços, afirmam especialistas do sector.

Também no segmento de escritórios há menos procura. Em ambos os casos, os preços por metro quadrado, para arrendamento ou venda, chegaram a recuar mais de 30% desde o ano passado. Os especialistas ouvidos pelo Expansão alertam que a queda vai continuar, porque os preços são "desajustados".

Em 2014, por exemplo, o preço por metro quadrado de um apartamento novo de tipologia T3, no centro

de Luanda, podia atingir 11.800 USD. Actualmente(ver infografia nas páginas seguintes), está estimado em 8 mil USD, uma queda de quase 33%, segundo contas do Expansão baseadas no Relatório de Mercado Imobiliário da Abacus, referente a 2014, com uma actualização de valores feita pela Proimóveis.

Também no centro, o custo por metro quadrado de um apartamento usado, em 2014, podia chegar a 8.000 mil USD; hoje, o valor não ultrapassa os 5.500 USD, uma queda de 31%, em linha com a de imóveis novos.

Em Talatona, a Sul de Luanda, cenário não é diferente. Residências T3 cujo metro quadrado podia valer 7.000 USD, hoje estão a ser comercializadas por 6.000 USD - menos 14%.

Ao Expansão, Cléber Corrêa, director-geral da Proimóveis, garante que a queda nos preços se regista "em todos os segmentos do mercado imobiliário", com realce para o arrendamento de casas antigas. Mas, afirma, no seguimento prime o cenário é semelhante. "É a lei da oferta e da procura em acção. Quando a procura diminui, o preço também baixa, tendo em conta que a oferta aumenta", explica.

Segundo Cléber Corrêa, as zonas que mais registam desvalorizações nos preços dos projetos habitacionais são aquelas que estão fora do 'casco urbano', como Camama, Benfica e Viana. "Quanto mais longe o imóvel estiver do centro, menor é a procura e também menor é o preço", diz o especialista.

Acabou-se o "tempo da "bonança em Angola"

"O tempo da abonança já se foi. Hoje, em Angola, dificilmente se vende uma vivenda por mais de dois milhões USD, como no passado", diz ao Expansão um agente do sector que prefere manter o anonimato. Este, garante, "é o momento de o mercado se ajustar".

No passado, exemplifica, o arrendamento de vivendas em zonas como o Miramar ou Alvalade "podia ter um custo mensal de 45 mil USD. Hoje, só paga este valor quem quer, porque há cada vez mais opções em regiões diferentes".

"O mesmo acontecia nas rendas de apartamentos na Maianga ou Vila Alice, zonas onde os preços rondavam os cinco mil USD por um T2. Hoje, já não são cobrados estes valores, porque há mais opções", adianta.

O poder de aquisição "baixou significativamente desde o início de 2015", devido à constante queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional,

lembra Woljtek Dowbor, vice-presidente da Poltec Investimento, empresa que opera no mercado imobiliário nacional há mais de 15 anos.

Por outro lado, a saída do País de muitos expatriados tem feito com que o mercado de arrendamento de escritórios e residências "tenha vindo a retrair-se", acrescenta,

"O mercado imobiliário estava principalmente focado nas petrolíferas e noutras grandes empresas, tanto para habitação como escritório. Hoje, estas empresas, sobretudo as petrolíferas olham de forma mais atenta para cada kwanza que gastam", explica o responsável.

Angola está "desfasada" do mundo

Resultado: "O único mercado com alguma oportunidade de ser comercializável, nesta conjuntura, é o que se situa ente os 1.500 a 3.000 mil USD por metro quadrado, mas é muito difícil conseguir este preço tão baixo com boa qualidade", refere.

Para o empresário, o actual contexto "é completamente diferente" dos anos de 'ouro' do sector imobiliário nacional, quando era possível vender a bruto imóveis a preços entre 5.000 e 6.000 USD por metro quadrado. "Actualmente, quem assim pensa comete um grande erro de cálculo, erro de avaliação de risco", alerta.

Para Cléber Corrêa, a redução na procura - que foi 'arrastada' pela saída de estrangeiros - deve-se a um conjunto de factores, destacando-se razões cambiais. "As empresas, devido ao problema cambial e à consequente falta de liquidez no mercado, dispensaram muitos expatriados, fazendo sobrar imóveis", afirma.

O especialista considera que o ajustamento do mercado vai continuar "uma vez que os preços em Angola ainda são muito desfasados dos praticados no resto do mundo".

Acabou-se o "tempo da "bonança em Angola"

"O tempo da abonança já se foi. Hoje, em Angola, dificilmente se vende uma vivenda por mais de dois milhões USD, como no passado", diz ao Expansão um agente do sector que prefere manter o anonimato. Este, garante, "é o momento de o mercado se ajustar".

No passado, exemplifica, o arrendamento de vivendas em zonas como o Miramar ou Alvalade "podia ter um custo mensal de 45 mil USD. Hoje, só paga este valor quem quer, porque há cada vez mais opções em regiões diferentes".



"O mesmo acontecia nas rendas de apartamentos na Maianga ou Vila Alice, zonas onde os preços rondavam os cinco mil USD por um T2. Hoje, já não são cobrados estes valores, porque há mais opções", adianta.

O poder de aquisição "baixou significativamente desde o início de 2015", devido à constante queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, lembra Woljtek Dowbor, vice-presidente da Poltec Investimento, empresa que opera no mercado imobiliário nacional há mais de 15 anos.

Por outro lado, a saída do País de muitos expatriados tem feito com que o mercado de arrendamento de escritórios e residências "tenha vindo a retrair-se", acrescenta,

"O mercado imobiliário estava principalmente focado nas petrolíferas e noutras grandes empresas, tanto para habitação como escritório. Hoje, estas empresas, sobretudo as petrolíferas olham de forma mais atenta para cada kwana que gastam", explica o responsável.

Angola está "desfasada" do mundo Resultado: "O único mercado com alguma oportunidade de ser comercializável, nesta conjuntura, é o que se situa entre os 1.500 a 3.000 mil USD por metro quadrado, mas é muito difícil conseguir este preço tão baixo com boa qualidade", refere.

Para o empresário, o actual contexto "é completamente diferente" dos anos de 'ouro' do sector imobiliário nacional, quando era possível vender a bruto imóveis a preços entre 5.000 e 6.000 USD por metro quadrado. "Actualmente, quem assim pensa comete um grande erro de cálculo, erro de avaliação de risco", alerta.

Para Cléber Corrêa, a redução na procura - que foi 'arrastada' pela saída de estrangeiros - deve-se a um conjunto de factores, destacando-se razões cambiais. "As empresas, devido ao problema cambial e à consequente falta de liquidez no mercado, dispensaram muitos expatriados, fazendo sobrar imóveis", afirma.

O especialista considera que o ajustamento do mercado vai continuar "uma vez que os preços em Angola ainda são muito desfasados dos praticados no resto do mundo".

## 6.9 Preços em queda em Luanda

*Jornal Expansão*  
4 De Março 2016

Escritórios				
Zonas	Estado	Venda/m <sup>2</sup>	Venda actual	Arrendamento (mês/m <sup>2</sup> )
Prime	Novo	8.000-11.900	6000 - 8000	150-200
	Usado	5.000-9.000	4000 - 6000	90-135
Central	Novo	7.100-2.500	6000 - 7000	90-160
	Usado	3.500-5.000	2500 - 3500	80-120
Praia do Bispo	Novo	N.D	N.D.	N.D
	Usado	N.D	N.D.	N.D
Talatona	Novo	5.500-7.300	média 6500	95-110
	Usado	N.D	3500 - 5000	90-100

Valores praticados: Venda e Arrendamento									
Habituação	Estado	Apartamentos				Moradias			
		Venda/m <sup>2</sup>	Venda actual	Arrendamento (mês/m <sup>2</sup> )	Arrendamento (mês)	Venda/m <sup>2</sup>	Arrendamento (mês/m <sup>2</sup> )	Arrendamento (mês)	
Luanda Sul/Talatona	Novo	4.500-7000	3500 - 6000	4.000-8.500	N.D.	4.800-8.000	7.000-20.000	N.D.	
	Usado	N.D.	2500 - 3500	3.500-7.500	1.000 usd/quarto	N.D.	6.000-18.000	2.000/quarto	
Luanda velha	Novo	8.400-11.800	6500 - 8000	12.000-20.000	3.000 a 4.000/quarto	N.D.	N.D.	N.D.	
	Usado	4.500-8.000	3000 - 5500	4.000-13.000	2.000 a 3.000/quarto	N.D.	12.000-25.000	4.000/quarto	
Luanda cidade	Novo	5.500-9.400	5500 - 6500	9.500-17.000	4.000 a 5.000/quarto	N.D.	N.D.	N.D.	
	Usado	2.700-4500	1850 - 2500	2.500-12.000	3.000 a 4.000/quarto	2.500-5.500	8.000-20.000	4.000/quarto	
Viana	Novo	1.900-2.750	1315 - 1900	1.500-3.000	400 a 700/quarto	2.000-3.000	2.500-3.500	N.D.	
	Usado	N.D.	800 - 1200	N.D.	200 a 350/quarto	N.D.	1.000-2.500	300 a 500/quarto	
Zona Norte	Novo	2.000-3.500	1500 - 1900	2.500-4500	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	
	Usado	N.D.	N.D.	N.D.	800 a 1.100/quarto	N.D.	N.D.	300 a 500/quarto	
Cunhama e Benfica	Novo	1.500-3.500	900 - 1500	2.000-4.000	800 a 1.100/quarto	2.000-4.500	3.000-4.500	500 a 700/quarto	
	Usado	N.D.	600 - 1200	N.D.	600 a 1.000/quarto	N.D.	N.D.	400 a 500/quarto	

## 6.10 Programa sectorial responde objectivos

*Jornal Economia e Finanças*  
4 De Março de 2016

O ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, afirmou que o programa multisectorial executado pelo Executivo angolano responde aos objectivos delineados pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (UN-HABITAT).

Em entrevista à Angop para uma abordagem sobre a participação do país na reunião de ministros da União Africana, responsáveis pelo desenvolvimento urbano sobre habitat III que decorreu até o dia 27, em Abuja, Nigéria, José da Silva frisou que Angola tem

cumprido as directrizes emanadas pelo programa da ONU.

"É bastante satisfatório o resultado alcançado até ao momento por Angola no que diz respeito às metas estabelecidas pelo ONU-Habitat. Angola tem especificidades próprias de um país que recupera de uma longa guerra", referiu.

De acordo com José da Silva, o país tem estado a cumprir na íntegra os objectivos ligados à organização, acesso à habitação, combate à pobreza e à fome, igualdade do género e água para todos.

#### Desafios do sector

O ministro avançou que, para responder aos desafios do sector, foi criado, pelo Chefe do Executivo, o Comité Nacional do Habitat cuja missão é elaborar a política do urbanismo, tendo em conta as directrizes do UN-Habitat.

Sobre a participação no encontro, o ministro adiantou que foi uma oportunidade para debater e projectar novos caminhos para responder aos desafios da urbanização e às oportunidades que isso oferece para a implementação de objectivos de desenvolvimento sustentável.

"A conferência juntou diferentes actores, tais como governos, autoridades locais, sociedade civil, sector privado, instituições académicas e todos os grupos relevantes para revisar as políticas urbanas", disse o ministro.

A reunião teve como finalidade definir a agenda internacional em matéria de desenvolvimento urbano para as próximas décadas e a posição comum africana sobre o habitat III.

O evento juntou cerca de 50 participantes, dentre ministros, decisores políticos, especialistas e profissionais das áreas, sectores de assentamentos humanos e desenvolvimento urbano, bem como os principais parceiros da agenda habitat da África.

## 6.11 Projecto "Boa Vida" nasce na via expresso

*Jornal Economia e Finanças*

*4 De Março de 2016*

*Texto: André Sibi*

Um total de 730 apartamentos, com a tipologia T3, T4 e TS estão a ser construídos pela empresa angolana "Politec Investimentos", num projecto habitacional denominado "Urbanização Boa Vida", localizado na zona Sul de Luanda.

Segundo a gerente comercial e institucional da empresa, Gisela dos Santos, que falava à imprensa, durante a cerimónia que marcou a apresentação pública do projecto habitacional, a meta é colocar à disposição do consumidor angolano, mais uma "urbanização com um estilo de vida moderno e serviços à altura da necessidade dos clientes".

Com um investimento de 500 milhões de dólares (79 mil milhões de kwanzas), depois de concluída, explicou, a urbanização terá um total de 730 residências distribuídas em cinco condomínios fechados de 150 a 205 casas, com infra-estruturas sociais, culturais e financeiras.

Destes serviços destacam-se zonas comerciais, escritórios, hotel de 60 suites, ginásio, SPA, clínica, creche, quadra polivalente, supermercado, restaurante, dependências bancárias, salão de festas, bem como 102 lojas e uma escola do I e 11 Ciclos, respectivamente.

#### Projecto

A responsável assegurou que as dimensões das residências variam de acordo com a tipologia. Por exemplo, as casas T3 contarão com uma área de 150 metros quadrados, sendo que estarão num lote de 360 metros. Já as residências TS, as de alto padrão, possuem um total de 1.080 metros quadros.

Para ela, a "Urbanização Boa Vida" vem dar resposta a procura que este segmento tem tido.

"As residências em termos de estrutura e preço vão de encontro às necessidades dos nossos clientes e ao momento actual da economia", disse.

#### Preços

Durante a apresentação do projecto, a gerente informou que os preços variam entre 300 mil dólares norte-americanos ou o equivalente em kwanzas e até um milhão, tendo como principais clientes a classe média alta.

O pagamento pode ser feito em duas prestações ou a pronto pagamento. Segundo destacou, na modalidade de pronto pagamento, o cliente poderá beneficiar de cinco por cento de desconto.

Para os que pretenderem adquirir em duas prestações, os proponentes pagam, numa primeira fase 50 por cento do valor total da residência e o restante em 20 prestações mensais.

Até ao mês de Junho de 2017 será concluída a primeira fase das obras do projecto habitacional, que

espera "conferir conforto e bem-estar aos compradores de classe média alta".

#### Construção

Por sua vez, o vice-presidente da Politec Investimentos, Wojciech Dowbor, assegurou que os edifícios estão a ser erguidos com material de construção que garantem qualidade aos habitantes.

Quanto ao nível de execução das obras, o responsável assegurou que estão avançadas em 30 por cento.

A Politec Investimentos é uma empresa de capitais mistos, com sócios angolanos e polacos, e emprega um total de 700 trabalhadores, entre angolanos e expatriados.

## 6.12 Um período "difícil que tornará mais forte quem for mais flexível

*Jornal Expansão*

*4 De Março de 2016*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

O ponto da situação do mercado imobiliário levanta muitas dúvidas nos tempos que correm, considera Francisco Barros Virgolino, director da Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária.

Para o responsável, o problema dos preços no sector deriva do facto de a economia nacional continuar alicerçada nas actividades petrolíferas e na desvalorização da moeda nacional.

Estes factores, defende, num artigo publicado no portal Finanças Imobiliário, causaram uma "travagem no dinamismo do sector imobiliário", dada a falta de liquidez que atinge a economia de Angola.

Francisco Barros Virgolino lembra que, em 2015, a desvalorização da moeda nacional fez com que muitos particulares se "refugiassem" no sector imobiliário, como forma de se defenderem. Naquele contexto, as mediadoras imobiliárias fizeram negócios no centro da cidade de Luanda.

No segmento do arrendamento que, segundo Francisco Virgolino, continua ser a opção dominante, principalmente no acesso à habitação, os valores têm observado "alguma contracção", o que se deve, sobretudo, "ao aumento da oferta disponível, como resultado normal das leis de mercado e de equilíbrio entre oferta e procura".

O especialista considera, que em função do actual cenário, não se consegue antecipar como evoluirá o mercado imobiliário nos próximos tempos, dada a sua interligação com a evolução da economia, e, principalmente, com o que respeita ao "investimento público, investimento ex-terno e liquidez do próprio sistema financeiro".

Segundo Francisco Virgolino, 2015 foi "um ano difícil" para o mercado imobiliário angolano, mas também serviu para uma "correcta adequação de recursos". No ano passado, afirma, recorreu-se a novas ferramentas de investimento, "com o propósito de se encontrar soluções para atrair mais capital estrangeiro".

A intenção, defende, é "contribuir para o esforço nacional de diminuição da dependência das receitas do sector petrolífero".

De acordo com o director da Proprime, atravessa-se um período "difícil que tornará mais forte quem for mais flexível e capaz de se adaptar" à nova realidade. "Cautela é a palavra de ordem, neste momento", alerta.

## 6.13 Acto central na Huíla com entrega de casas

*Jornal de Angola*

*8 De Março de 2016*

*Texto: Gabriel Bunga*

A província da Huíla vai acolher o acto central das celebrações alusivas ao 15 de Março, data que assinala a Expansão da Luta Armada de Libertação Nacional, anunciou ontem, em Luanda, o ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Cândido Van-Dúnem.

Em declarações à imprensa, no final da reunião preparatória do evento, Cândido Van-Dúnem indicou que no âmbito da efeméride é inaugurado na Huíla um condomínio com 54 casas para os antigos combatentes. Na mesma altura também decorre, no Lubango, a reunião do Conselho Consultivo do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria.

Cândido Van-Dúnem lembrou que a visita que efectuou de 3 a 5 deste mês à Coreia do Sul permitiu a troca de experiências relativas a inserção dos antigos combatentes em vários projectos de reinserção social. As casas da comuna da Arimba fazem parte de um total de 200 que vão ser distribuídas para ajudar a minimizar uma das grandes carências com que se batem os antigos combatentes e

veteranos da pátria, que é de ter uma casa própria. No mês passado, Cândido Van- Dúnem visitou as obras e explicou que as casas vão ser entregues a antigos combatentes, viúvas, órfãos e deficientes físicos.

O Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, no âmbito da sua estratégia, definiu a construção de condomínios de até 200 habitações com pólo académico e integração de posto médico, clínica ou mesmo hospital. Os projectos têm abrangência nacional.

## 6.14 Imposto Predial Urbano

*Jornal Economia e Finanças*

*11 De Março de 2016*

Imposto Predial Urbano (IPU) incide sobre os imóveis, apartamentos, vivendas, edifícios, terrenos, estabelecimentos fabris, comerciais e construções móveis que permanecem num determinado local por um período superior a seis meses e podem estar arrendados ou não. No caso dos prédios arrendados, o imposto incide sobre o valor da renda e aplica-se uma taxa de 15 por cento e para os prédios não arrendados o imposto incide sobre o valor do património, aplica-se uma taxa de 0,5 por cento e pode-se fazer um pagamento único ou em duas prestações. A primeira em Janeiro e a segunda em Julho.

No caso de propriedades com regime de renda resolúvel, paga o imposto quem habita ou usa o imóvel. Ficam isentos do imposto predial urbano, o Estado (ministérios, governos provinciais, administrações municipais e comunais), institutos públicos, associações que gozem do estatuto de utilidade pública, as representações diplomáticas e consulares quando haja reciprocidade, imóveis das instituições religiosas legalizadas, que são destinados exclusivamente ao culto e os que tenham um valor até ou inferior a cinco milhões de kwanzas.

Quanto às isenções para representações diplomáticas, consulares e instituições religiosas, só é possível mediante um despacho do Ministério das Finanças, a requerimento das entidades interessadas e após o parecer do Ministério das Relações Exteriores e do Instituto para os Assuntos Religiosos.

Para efeito de imposto, o prédio urbano é toda a fracção do território abrangendo os edifícios e construções de qualquer natureza neles incorporados com carácter de permanência, desde que faça parte do património de uma pessoa singular ou colectiva, que, em circunstância normal, possa produzir

rendimentos e que tenha quaisquer fins que não sejam a prática da agricultura, silvicultura ou pecuária.

Para se considerar prédio, é preciso observar três elementos: aspecto físico, valor económico, aspecto jurídico e pertencer a uma pessoa singular ou colectiva.

Os prédios são urbanos quando estão numa área urbana, excepto os terrenos para efeitos agrícolas.

Os prédios são rústicos quando estão fora da área urbana, excepto os terrenos para a construção.

Os prédios são mistos quando estão numa área urbana e não urbana.

Provavelmente, as pessoas estarão a perguntar como é que saberemos o valor do imposto a pagar para aqueles imóveis ou construções que ainda não estão inscritas e avaliadas.

Os proprietários dos imóveis têm que inscrever os mesmos nas repartições fiscais e posteriormente o chefe de repartição fará um despacho a orientar a avaliação do imóvel para se saber o valor do mesmo. Em função disso, saber-se-á se está isento ou não do pagamento do imposto.

Para se fazer uma avaliação ou reavaliação do imóvel, tem que se seguir alguns critérios. Exemplo: valor base que é administrativo e corresponde ao valor médio do metro quadrado do imóvel e é em função de cada província.

Outro aspecto é a área de cobertura ou de construção que corresponde à dimensão total de cobertura do imóvel medida do limite exterior de construção e as áreas adjacentes (varandas, terraços, jardins e áreas mortas pertencentes ao imóvel). Outro aspecto é o coeficiente de localização.

No caso de um imóvel localizado no Talatona é mais caro do que o que se situa em Viana. O coeficiente de vetustez tem a ver com a idade do imóvel, desde a data de construção até à conclusão do imóvel.

O coeficiente qualidade e conforto combina com as condições mínimas no caso de o imóvel ter água, luz, piscina, garagem, escada rolante ou se for um condomínio.

O coeficiente de afectação tem a ver com um edifício para habitar, escritório, uma indústria ou um centro comercial.



## 6.15 Oferta habitacional aumenta em Malange

*Jornal Economia e Finanças*  
11 De Março de 2016

As obras da Centralidade de Malanje poderão arrancar dentro de três meses, com revisão de construção de seis mil apartamentos, no bairro Carreira de Tiro II a cargo empreiteira portuguesa Ingeniun.

A garantia foi dada, recentemente, na cidade de Malanje, pelo director-geral da construtora, Rui Belchior, à saída de uma audiência com o governador provincial, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", e o presidente do Conselho de Administração da Imogestim, Rui Cruz, que visou abordar questões preliminares sobre as obras.

Rui Belchior precisou que os meios logísticos e humanos, necessários para garantir o início da empreitada, estão assegurados, acrescentando que a construção deverá acontecer de forma faseada, devido à dimensão do projecto.

"Nesta altura, estão todas as condições criadas, está identificada a reserva fundiária e as informações que recebemos é e que o governo da província parte das referidas casas foram erguidas nas sedes comunais, de forma a abranger todos os cidadãos e atender as necessidades habitacionais, no interior da província fez de tudo junto do Executivo para trazer o projecto da centralidade", frisou.

O projecto de construção da centralidade, à semelhança de outras províncias, em Malanje, estará sob tutela da Imogestim na condição de empresa gestora das centralidades, novas urbanizações e vivendas do país.

A reserva fundiária da Carreira de Tiro II conta com uma extensão onde será erguida a centralidade e compreende outro espaço destinado à autoconstrução dirigida.

Casas concluídas

Um total de 1.083 residências, das 2.800 previstas, no âmbito dos 200 fogos habitacionais por municípios, está já concluído em 14 dos municípios da província de Malange, informou, recentemente, o governador, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa".

O governante falava na abertura da I sessão ordinária do conselho provincial de auscultação e concertação social de Malanje, que, entre outros assuntos, analisou a situação socioeconómica da província.

De acordo com o dirigente, numa primeira fase, grande parte das referidas casas forma erguidas nas sedes comunais de forma a abranger todos os cidadãos e entender as necessidades habitacionais, no interior.

Com a construção das moradias, frisou, o governo local cumpre com as suas obrigações relativas à melhoria da situação habitacional da população.

Segundo o responsável, o processo de comercialização das referidas residências já decorre desde 2015.

Concertação social

Orientada pelo governador provincial, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", na condição de presidente do referido conselho, nele participaram directores e delegados provinciais, administradores municipais, assessores e outros membros do governo, bem como representantes da sociedade civil, religiosos e partidos políticos.

O conselho de auscultação e concertação social é um órgão de consulta do governo da província, que participa na análise dos problemas da província e dos cidadãos, bem como na elaboração, sugestão e opiniões para a resolução dos mesmos.

## 6.16 Promete ajudar ultrapassar dificuldades económicas

*Novo Jornal*  
11 De Março de 2016

A China tem participado no desenvolvimento urbano em Angola, em particular em Luanda, podendo a sua experiência neste campo ajudar a diversificação económica de Angola, com mais investimento no imobiliário, assim superando as actuais dificuldades económicas.

No artigo "Oportunidades para o novo urbanismo de Angola depois do colapso da economia petrolífera", publicado pela ONG Development Workshop (<http://www.dw.angonet.org>), o investigador Allan Cain sublinha que em países "pós-socialistas" a conversão de terrenos detidos por monopólios estatais para uso urbanístico é uma "oportunidade única", que pode vir a desencadear uma vaga de investimento.

"Aplicar algumas das reformas há muito aguardadas no crédito à habitação, planeamento participativo e descentralização orçamental para municípios pode encorajar os próprios proprietários de habitação e o sector privado a investir no desenvolvimento urbano

e oportunidades de habitação", "estimulando o investimento estrangeiro no sector imobiliário", afirma Cain.

"Angola comprometeu-se a encontrar novas formas de diversificar e fazer crescer a sua economia no novo ambiente de baixos preços das matérias-primas. A experiência chinesa de desenvolvimento urbano, se partilhada, pode comprovar ser tão valiosa como os seus empréstimos", adianta.

Para o "rápido crescimento urbano e económico" na China a partir dos anos 1980, adianta, foi essencial a municipalização e descentralização da governação, a par da maior autonomia financeira das autoridades locais, que tiraram partido do valor dos terrenos arrendando-os ou vendendo direitos de construção a investidores particulares.

As receitas captadas pelas autoridades locais foram depois usadas para financiar habitação social e infra-estruturas urbanas, aumentando o valor imobiliário e gerando maior riqueza e crescimento urbano.

"Tal como na China, as origens da riqueza que faz crescer e sustenta estas cidades são as poupanças dos compradores de casa e dos investidores do sector privado e estes recursos estão por aproveitar em Angola", afirma Cain.

Com a "captura de parte do valor do investimento privado para benefício público", adianta, os municípios podem usar as receitas para "melhorar infra-estruturas e disponibilizar habitação social, promover um ciclo virtuoso e aumentar os valores que acompanham a transformação urbana." Uma das razões da relutância dos investidores até ao momento tem sido a "falta de um mercado de terrenos funcional" em Angola, sendo a resolução das questões relacionadas com a propriedade o "primeiro passo para estimular o envolvimento do sector privado" no financiamento de projectos habitacionais de que o País precisa.

Luanda recebeu o maior empreendimento habitacional da China em África, o projecto Kilamba, composta por 20 mil apartamentos, havendo projectos semelhantes planeados para as restantes 18 províncias, que prevêem 150 mil unidades habitacionais.

O recentemente divulgado "Plano operacional da linha de crédito da China" a Angola, elaborado pelo governo angolano com as obras a realizar pelas empresas chinesas, prevê a ligação eléctrica a 480 mil casas, a construção e recuperação de mais de 2200 quilómetros de estradas e a construção de 39 sistemas de abastecimento de água.

Com cerca de 155 projectos nos sectores da Saúde, Educação, Transportes, Agricultura, Indústria, entre outros sectores, o Plano tem um custo estimado em 5,2 mil milhões de dólares.

## 6.17 Sector quê aposta na construção de casas

*Jornal de Angola*

*16 De Março de 2016*

*Texto: Arão Martins*

O sector do Quê, no município de Chicomba, beneficiou da construção de 20 moradias da tipologia T3 e T2 no quadro do programa de 200 moradias por município, disse ontem o administrador do sector.

João Castro disse ao Jornal de Angola que o sector do Quê, com 55.521 habitantes, foi escolhido recentemente para ascender a comuna, daí a colocação de vários serviços.

As habitações destinam-se a funcionários públicos, antigos combatentes, comerciantes e autoridades tradicionais, explicou João Castro que acrescentou:

"Embora a região esteja a registar um certo crescimento, com a colocação de equipamentos sociais e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, é necessário que faça uma aposta no incentivo dos quadros, para não que abandonem a localidade."

João Castro disse que, no quadro do Programa de Investimentos Públicos e de Combate à Pobreza, já entrou em funcionamento o edifício da administração e foi construído um centro de saúde de referência. João Castro referiu que estão em funcionamento o posto de saúde de Viópio e de Mpulo, onde trabalham seis enfermeiros para cada unidade sanitária.

João Castro avançou que os níveis de crescimento naquela localidade são muito acentuados no sector da Educação, que tem 249 professores, que asseguram as aulas a mais de 10.500 alunos inscritos em 42 escolas do ensino primário ao segundo ciclo do ensino secundário. O processo de alfabetização, disse, também é dinamizado, numa altura em que os adultos estão a aprender a ler e a escrever.

A inauguração do posto policial no sector permitiu conferir maior dignidade aos efectivos da polícia, que aumentaram as suas actividades com vista a manterem a ordem e tranquilidade públicas, disse João Castro.

O sector do Quê, potencialmente agro-pecuário, aposta na produção do milho, feijão, massango e massambala, no âmbito das acções de diversificação da economia na região.

João Castro disse que os apoios que o Governo Provincial da Huíla dá às comunidades permitem dinamizar a actividade do campo. O responsável mostrou-se preocupado com estado das três pontes que dão acesso à localidade, principalmente a ponte sobre o rio Quê.

"A recuperação destes equipamentos deve ser prioridade na comuna, para permitir a circulação segura nos sectores do Viópio e Chicomba Velha."

Sinais de progresso

A administradora municipal de Chicomba, Lúcia Francisco, disse que actualmente são visíveis os sinais de progresso nas comunas e sectores daquela região da província da Huíla.

"A população do Quê e de outras localidades do município precisavam de escolas, hospitais, centros de saúde, residências para os técnicos e da melhoria de outros serviços, daí a aposta das autoridades na execução de programas para mudarem a situação."

Quanto à melhoria das vias de acesso, Lúcia Francisco explicou que os projectos são diferenciados, existindo programas municipais com o orçamento definido e direccionado e outros projectos de investimentos públicos, que são de nível central e provincial, por exigirem maior capacidade de solução.

## 6.18 Construção de casas sociais continua

*Jornal Economia e Finanças*  
18 De Março de 2016

O estado de execução das obras de construção dos projectos habitacionais das comunas de Nehone e Oshimolo, municípios do Cuanhama, foram radiografados, recentemente, pelo vice-governador para o sector Técnico e Infra-estrutura do Cunene, Cristino Mário Ndeitunga.

Falando à imprensa, à margem de uma visita de constatação da empreitada, referiu que, apesar da situação financeira que o país atravessa, os trabalhos decorrem a nível satisfatório, com um grau de execução acima de 65 por cento.

Disse que as residências, enquadradas no programa nacional de construção de 200 fogos habitacionais por município, vão minimizar as condições de

habitabilidade da população e quadros de diferentes organismos públicos.

Cristino Ndeitunga referiu que o projecto prevê a construção de casas da tipologia T3 por município.

Mais infra-estruturas

Por outro lado, o vice-governador do Cunene para o sector Técnico e Infra-estrutura avaliou a construção de uma escola de 24 salas de aula, na localidade de Onamayaka, do centro médico de Ondova, de projectos habitacionais e os sistemas de abastecimento de água.

Disse que o balanço das empreitadas é positivo pelo facto de as mesmas estarem a decorrer com normalidade.

Cristino Ndeitunga considerou os empreendimentos de grande relevância para o desenvolvimento socioeconómico da região, uma vez que os principais serviços básicos estarão junto das populações rurais.

Em relação ao abastecimento de água nas sedes comunais, referiu que os sistemas de captação e tratamento estão em pleno funcionamento devido às chuvas que se abateram nos últimos dias, permitindo o aumento do lençol freático.

Mais projectos

Ainda a nível da província, este ano, contará com 10 projectos socioeconómicos dos sectores da educação, energia e águas, saúde, construção e urbanismo, a serem implementados no quadro do plano, de investimentos públicos (PIP), informou, recentemente, o director do Gabinete de Estudo e Planeamento do governo local, Óscar Marcelino Kukeinge.

Segundo ele, constam do projecto a construção de quatro novos sistemas de abastecimento de água e bebedouros para o gado nas áreas rurais.

Sobre a agricultura e pescas, a fonte avançou que está assegurada a assistência em sementes e equipamentos de trabalho aos camponeses e aos pescadores.

Devido à situação económica que o país atravessa, não foi possível concluir alguns projectos de 2015; nesta senda, foi transferida para 2016 a conclusão da construção da Sé Catedral de Ondjiva, do edifício das direcções provinciais e das 600 casas nos seis municípios.

## 6.19 Imogestin premeia competência

*Jornal economia e finanças*

*18 De Março de 2016*

*Texto: Manel Barros*

A Imogestin, entidade gestora de projectos do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, anunciou, recentemente, em Luanda, os requisitos para os prémios "Projectos de Habitação Social Urbana" e "Concepção de Habitação Rural".

O director executivo da Imogestin, Amarildo Van-Dúnem, disse que os concorrentes podem apresentar as suas propostas, por fazerem o uso predominante de recursos locais, até ao dia 15 de Abri I do ano em curso, sendo que os vencedores em cada categoria receberão um prémio equivalente em kwanzas a 15 mil dólares e um certificado.

Amarildo Van-Dúnem falava durante uma conferência de imprensa sobre a apresentação do processo de candidaturas e os critérios dos referidos prémios, que têm periodicidade bienal.

"Podem candidatar-se aos prémios todos os arquitectos e engenheiros, independentemente da sua nacionalidade, desde que comprovem tal qualidade profissional e ainda Universidades com residência ou sede em Angola", adiantou Amarildo Van-Dúnem.

Os vencedores vão ser anunciados no dia 15 de Junho deste ano, por ocasião ao 18º aniversário da Imogestin. As candidaturas podem ser apresentadas em nome de uma pessoa singular ou colectiva, tendo sempre, qualquer delas, de ser subscrita pelo menos por um arquitecto.

Afirmou que cada universidade pode apresentar até um máximo de três candidaturas

## 6.20 Mais de um milhão de angolanos afectados pelas mudanças climáticas

*Jornal de Angola*

*22 De Março de 2016*

A posição foi sustentada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância em comunicado enviado ontem à imprensa, em Luanda, a propósito do Dia Mundial da Água, que se assinala hoje.

Entre os efeitos identificados pelo Unicef em Angola e que carecem de análise e de medidas concretas estão as secas prolongadas, mas também as fortes chuvas que se fazem sentir no país, levando a

organização e outros parceiros "a incluir o tema nas suas agendas de trabalho", cita a Lusa.

"Quando a água se torna escassa durante as secas, as populações recorrem a água de superfície que muitas vezes é insegura, colocando em risco a vida de muitas crianças e as suas famílias", recorda ainda a Unicef.

Igualmente sobre Angola, a organização das Nações Unidas sublinha a importância do investimento em curso, em parceria com a União Europeia, o Banco Mundial e o Governo angolano, na construção em curso de um centro de formação profissional para o sector das águas, em Onga Zanga, a 15 quilómetros de Catete, arredores de Luanda.

o centro deverá estar concluído em 2017 e permitirá formar os actuais e novos trabalhadores do setor, como forma de contribuir para sistemas de abastecimento de água potável e de tratamento das águas residuais "sustentado por técnicos devidamente qualificados e capazes de dar resposta as necessidades mais urgentes do país".

As secas em Angola afectaram desde 1981 mais de seis milhões de pessoas, segundo a actualização do Plano de Prevenção e Redução do Risco de Desastres. De acordo com o documento, entre 1981 e 2015 registaram-se 12 anos de cheias ou de seca, esta última especialmente grave nos anos de 1989, com 1,9 milhões de pessoas afectadas, e de 2012, quando mais de 1,8 milhões de pessoas sofreram as consequências da falta de chuva, essencialmente no Sul de Angola. "Em termos de impacto dos desastres, o país continua a apresentar uma situação marcada pela ausência ou excesso de água, com secas e inundações que causam danos substanciais anualmente", lê-se no documento.

No período entre janeiro de 2013 e Maio de 2014, a província do Bié sofreu especialmente o efeito das chuvas, com quase 15.000 famílias afectadas, logo seguida do Uíge, com perto de 14.000 famílias atingidas. No plano inverso, Angola vive "com alguma regularidade" ciclos de seca nas províncias do Namibe, Kwanza Sul, Huíla, Kuando Kubango e Cunene, afectando as culturas de massango, massambala, milho e feijão, respectivamente. "Esta situação leva a que as colheitas nestas áreas sejam negativas. Os pontos de água de escorrimentos superficiais não têm recebido quantidades suficientes de chuvas, antevendo-se uma grande escassez de água nos próximos anos", aponta a revisão do Plano Estratégico de Prevenção e Redução do Risco de Desastres em Angola.



## 6.21 “Nunca a Imogestin disse que havia dívidas da Sonip”

*Jornal O País*

*24 De Março de 2016*

*Texto: Milton Manaça*

Mário Guerra, o porta-voz da imobiliária Imogestin fala nesta entrevista do início da venda da segunda fase do Kilamba e de outras centralidades marcada para o próximo trimestre. A dado passo, considera que em Angola cometeu-se o erro de o problema da construção de habitações sociais a preços que não estão a alcance de todos os os bolsos, fazendo com que muitos se inscrevessem mesmo não reunindo condições para pagar as casas. Entretanto prefere não alimentar polémica, mas realça que me momento algum a sua empresa acusou a Sonangol Imobiliaria de ser a responsável por um alegado passivo nas centralidades.

Anunciou-se a venda de casas na centralidade do Dundo, como está nas restantes províncias?

Nós temos a expectativa de iniciar em Abril a comercialização das habitações de Cabinda, a cidade que está mais próxima de iniciar o processo comercial, caso não aconteça nada de anormal. Há outras províncias em que as centralidades estão bastante adiantadas mas que ainda não reúnem as condições de habitabilidade para se iniciar o processo de comercialização das habitações, como a centralidade do Kilemba (no Lubango), a centralidade do Lubito, cuja construção está bastante avançada e as centralidades da Catumbela e Baía Farta.

A execução física dos equipamentos que compõem as centralidades de Benguela e da Huíla está entre os 90 e os 96%, mas temos o problema com as infra-estruturas externas como o fornecimento de água e energia eléctrica e alguma dimensão do saneamento básico dessas centralidades. Essas tarefas não são da competência da gestora dos projectos mas das entidades que dependem do Ministério da energia e água. Da forma como estão desenhadas as coisas, a coordenação cabe ao Ministério do Urbanismo e Habitação e os projectos para a construção de linhas de abastecimento de energia e água existem. Agora, a forma como vão ser executadas e quando, essa resposta a Imogestin para já não as consegue dar. A informação que temos recebido é que no segundo trimestre deste ano teremos esse problema resolvido e começaremos a comercialização dos apartamentos.

Quanto custarão?

Não lhe posso para já adiantar os preços concretamente, é um pouco difícil. O que lhe posso

adiantar, são os critérios avançados pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, que são as seguintes: Os preços para as províncias do litoral serão mais baixos que os praticados em Luanda por causa do poder de compra, mas serão mais altos do que os praticados nas províncias do interior, ou seja, o preço de uma habitação no Dundo será inferior da que será vendida no Lobito...

Preço será indexado ao dólar?

Sim, inicialmente vai ser indexado. Tem que haver uma referência ao dólar porque parte dos materiais de construção que encontramos naquelas obras são importados, portanto, não faz sentido não fazer-se essa indexação porque temos materiais incorporados. Mas a partir do momento que se estabelece o preço, as pessoas assinam o contrato e o apartamento custa por exemplo o equivalente aos USD 60 mil da banca comercial, deixa de se indexar porque só faz sentido se há materiais importados incorporados na altura, mas depois já não se importa mais nada e deixa de estar indexado ao dólar e passa à taxa de inflação.

Para Luanda, quando está prevista ao arranque da segunda fase?

Também temos expectativas que inicie no segundo trimestre de 2016, porque o problema das infra-estruturas externas é o mesmo. Estamos a falar do Zango (Vila Pacífica).

Mário Guerra, fale-nos um pouco mais do grau de implementação das obras, é ponto assente que a Imogestin recebeu algumas obras inacabadas.

Parte desta pergunta já respondi quando me referia as infra-estruturas externas, agora, é claro que o ritmo foi afectado tendo em conta a situação económica e financeira que nós estamos a viver.

Os recursos estão mais escassos, mas onde já há obra iniciada estão a decorrer a bom ritmo como é o caso do Namibe. Estamos no processo de mobilização de recursos para o início de construção noutras províncias.

O passivo que a Imogestin herdou, de cerca de um milhão e meio, é ou não verdade?

Creio que já esclarecemos esta questão... Nunca o Presidente do Conselho de Administração da Imogestin afirmou que havia dívidas da Sonip. O próprio comunicado da Sonip não indica as circunstâncias em que o PCA da Imogestin terá proferido aquelas declarações. O normal, quando fazemos um comunicado a desmentir certo facto devemos nos referir às circunstâncias em que tal aconteceu. O dia tal, o sítio tal... e isso nem sequer foi

referido no comunicado. Agora, não vamos sequer alimentar essa polémica porque não é a postura da Imogestin alimentar guerras através dos órgãos de comunicação social e emitir desmentidos... Isso não abona a favor de ninguém. Se houver problemas a serem resolvidos a Imogestin prefere os meios institucionais para os resolver. De facto, há dívidas que não são imputáveis a Sonip, mas há dívidas dos empreiteiros, dos fiscais e de outros prestadores de serviços que reclamam, e o Estado assumiu este passivo que não são imputados a Sonip.

Muitos clientes dizem-se não estarem esclarecidos sobre as razões que terão levado a Imogestin a submetê-los a receber apartamentos inferiores às tipologias que pagaram?

Isso obriga-me a fazer uma retrospectiva... Como sabe, até certo momento, a gestão desses projectos esteve sob tutela de outra entidade e ocorreu uma série de percalços. Quando a Imogestin assumiu as centralidades e os projectos habitacionais do Estado naturalmente que encontrou apartamentos disponíveis que não eram aqueles que tinham sido previamente contactados, através de comunicados e por abordagem directa com os compradores em que declaramos o que havia disponível era esta tipologia inferior, mas a Imogestin não obrigou ninguém a receber. Pelo contrário, oferecemos outras hipóteses: aceitar a tipologia inferior ou então exigir o reembolso do capital adiantado.

Como está a questão dos clientes que alegadamente perderam os borderoux e que por esta via viram-se impossibilitados de receber os seus apartamentos?

Eu creio que se alguém diz que perdeu o borderoux sempre pode abordar a entidade bancária na qual fez o pagamento e solicitar a segunda via, porque este não é um problema insolúvel, mas as pessoas que dizem que perderam os borderoux e não "conseguem apresentar uma segunda via é difícil de acreditar que efectivamente perderam porque o processo de reclamações tarda a repetir-se. Há pessoas que estavam fora do país e que se aperceberam mais tarde e por isso nós estamos a considerar e a resolver a situação. Portanto, se alguém perdeu o seu comprovativo tem formas de resolver.

Há tempos numa entrevista à Rádio Luanda disse que existem cerca de mil apartamentos ocupados ilegalmente no Kilamba e no Sequele, aliás, uma posição reassumida pelo Dr. Rui Cruz em Dezembro último. Como anda esta situação?

Essa conclusão segundo a qual há mais de mil apartamentos, e para ser mais correcto são mil 234 apartamentos ocupados ilegalmente, é uma dedução.

Porque, o Kilamba tem 22 mil apartamentos e a base de dados que nos foi passada pela Sonip contempla apenas 18 mil 768 apartamentos. Se a Sonip nos diz que só vendeu 18 mil 768 apartamentos há essa diferença entre os apartamentos construídos e aqueles que foram vendidos. Significa que essas ocupações não ocorreram por via dos processos normais e nós partimos do princípio que não foram ocupados dentro dessas regras sendo óbvio que eventualmente também possamos admitir que há falhas de uma e outra parte, por isso, à partida não consideramos todos ilegais, vamos fazer abordagens para que as pessoas façam provas que têm do ponto de vista jurídico a titularidade dos apartamentos, porque há quem conseguirá provar e outros não.

A Imogestin já recuperou algum apartamento?

Estamos neste momento no processo de identificação, porque não sabemos quais são esses apartamentos ou a sua localização. Em simultâneo com o processo de notificação, estamos a fazer as pessoas pagarem o ano de 2015, e aos poucos vamos começar a perceber quais são os apartamentos que não foram notificados e posteriormente faremos a prova de titularidade.

Há esse problema das pessoas que entraram por via ilegal e outros que pelo contrário madrugaram, sacrificaram-se em filas mas ficaram sem casa. O que pensa disso?

Não gostaria de fazer especulações... O processo que aconteceu anteriormente coloca-me numa posição constrangedora e não quero fazer críticas a quem esteve antes. Por isso, queremos fazer esse trabalho de identificação para sabermos de facto se as pessoas ocuparam de forma ilegal, porque nós ouvimos, e certamente os senhores também, que mesmos depois de se ter anunciado a transferência para a Imogestin havia histórias de pessoas que continuavam a comprar apartamentos e provavelmente há pessoas nesta condição. É isso que no futuro vamos poder provar.

Qual será o procedimento a ser adoptado para detectar os supostos infractores?

É uma questão de tribunal, e o poder judicial que se pronuncie relativamente a essas matérias... Criou -se uma grande polémica à questão dos pagamentos mensais.

Os clientes estão a pagar?

Sim, estão a pagar. Inicialmente tinham a expectativa de que seria um processo mais difícil e ao contrário do que pensávamos é no Kilamba onde há o maior nível percentual de pagamento. Estive a falar com o

Director Financeiro e ele informou-me que percentualmente é no Kilamba onde se regista maior aderência.

Estamos convencidos que a maior parte das pessoas percebeu e vai pagar, mas eventualmente há cidadãos que não têm condições para fazer o pagamento, aquelas por exemplo que adulteraram os comprovativos de rendimento...

O que vai acontecer às pessoas que adulteraram os comprovativos?

Dos contratados também decorrem obrigações e não só direitos. Ninguém foi obrigado a assinar contratos, a grande obrigação do Estado é entregar o imóvel, o fez, e a obrigação de quem compra é fazer a sua parte pagando. O que nós vamos fazer é uma gestão mais pacífica possível oferecendo "timings" razoáveis para as pessoas cumprirem com as suas obrigações, mas ninguém pode ter um bem gratuitamente. Essa é a realidade aplicável a Angola ou a qualquer outro país do mundo. Eu, por exemplo, gostaria ter um apartamento super confortável aqui na baixa da cidade mas não tenho recursos e não me dedico a falsificar documentos para adquirir, mas não quero dizer que todos que têm dificuldades de pagar estejam nesta situação. Há muita gente que foi ao Kilamba e que pensou que aquilo seria uma confusão e não estaria organizada. Se alguém, por honestidade, assumir que não tem condições de pagar deve devolver, é o desejável. Fazemos mal as nossas coisas depois a culpa é do Estado e nunca é nossa. Nós cometemos um erro de Estado em resolver o problema da casa mas o preço não é para todos. Há cidadãos que resolveram não se inscrever porque entenderam que o preço das casas não é para todos, por isso, há muita gente a tentar sair do Kilamba para o KK5000 porque perceberam que o preço é mais baixo. O estado não pode levar todos ao colo, porque muita gente diz não ter possibilidades mas quando estamos fora do país pagamos.

Quanto se deve pagar concretamente?

Cada caso é um caso. Vamos especificar... Por exemplo, no Kilamba, na tipologia T3, os apartamentos já foram vendidos e o valor da prestação está em função do que já se pagou e da data da assinatura do contrato, por isso é que dois cidadãos a viver em casas com a mesma tipologia podem pagar preços diferentes porque pode haver um que pagou antes e mais. Por outra, há o período de duração, porque uns têm o contrato de 20 anos e outros têm o contrato de 15 anos, sendo que o contrato para os de período mais curto a prestação é

mais elevada. É difícil estabelecer um valor da prestação para todos...

A questão da dupla mensalidade ficou ultrapassada?

A cobrança aconteceu no final do ano o que não significa que não é para pagar. A Imogestin não esta a dizer as pessoas para pagarem num curto período de tempo. Façamos a seguinte reflexão: na maioria esmagadora dos contratos, o que as pessoas têm é o pagamento de uma prestação única, ou seja uma anual de uma só vez. Se a prestação estava fixada no valor de USD 6 mil que valia a 600 mil kwanzas, que as pessoas têm no contrato é a obrigação de pagar esse valor de uma só vez. O que estamos a fazer é dividir essa prestação de 600 mil por seis, pagando 100 mil por mês o que dá uma dupla prestação por mês. Mas ainda assim, é muito mais favorável do que aquilo que têm no contrato porque quem se recusa a fazer tem de cumprir com o que esta estabelecido no contrato que é o de pagar de uma vez.

É preciso que se diga que há pessoas que andam por lá de má-fé e outros que são agitados porque adquiriram de forma ilegal. A Imogestin deixou de indexar os valores à taxa de câmbio... Por isso é que há pessoas a pagarem o valor anual de uma só vez porque entenderam que é muito mais favorável. Aqui em Angola, as pessoas nunca mais vão adquirir habitação com qualidade como as do Kilamba a esse preço, são pessoas sortudas porque a renda resolúvel é subsidiada pelo Estado...

É o arrendatário ou o proprietário que deve pagar o Imposto Predial Urbano (IPU)?

Essa pergunta não deve ser feita a Imogestin, mas sim a quem gere as receitas do Estado, no caso a Agência Geral Tributaria (AGT).

Mas faça-lhe o seguinte esclarecimento: não há arrendatário nas centralidades porque são compradores, diz-se renda resolúvel mas não é renda porque no contrato de arrendamento quem paga a renda não fica com o bem. Está a se falar de contratos promessas de habitação com regime de propriedade resolúvel. Agora, eu tenho a minha opinião enquanto jurista mas prefiro não imiscuir-me numa matéria que é do outro órgão.

A responsabilidade da Imogestin nas centralidades termina com a venda dos imóveis?

Sim, e o processo de cobrança das prestações, porque não se pode confundir as centralidades com condomínios, embora cada prédio possa constituir-se nesta linha e é desejável porque os moradores têm que se interessar pelo bem que adquiriram. A nossa responsabilidade é construir, promover a construção

e comercializar, as receitas vão para a Conta do Fundo do Activo para o Desenvolvimento Habitacional, que é o fundo do Ministério das Finanças criado para o efeito.

E caso do Nova Vida? Há quem diga que a Imogestim faz mais pelo Nova Vida em relação as outras centralidades

O formato é o mesmo. Isso tem a ver com o passado: Houve uma experiência piloto com o Nova Vida que depois da construção da primeira fase foi constituído um consórcio Nova Vida integrado pela Imogestim e a Africon, uma empresa Sul Africana que fiscalizou essa primeira fase. Esse consórcio fez um contrato com o Estado nos termos do qual fazia a cobrança da energia, da água e de pequenas intervenções de tapa buraco, arranjos nas vias públicas, manutenção das águas residuais... O Estado pagava ao consórcio, por isso, até 2012 ela tinha uma imagem melhor do que existe actualmente, mas o consórcio terminou...

## 6.22 “Apesar de todos os esforços que o Estado faz em proporcionar habitação ao cidadão este produto não é acessível há uma boa franja da população”

*Jornal O País*

*25 De Março de 2016*

Essa pergunta como diriam os juristas é cavilosa (risos). Na condição em que eu me encontro de entidade gestora não posso me pronunciar nesta matéria porque sou parte interessada na defesa... Mas deviam colocar a ordem dos engenheiros, arquitectos e outros especialistas.

O que a Imogestim vai fazer quando acabarem as vendas nas centralidades?

Eu agradeço porque essa pergunta é realmente interessante, porque este é o reflexo da forma como a sociedade olha para nós. Nós somos uma empresa privada com accionistas privados que faz gestão de projectos de terceiros, mas temos projectos próprios e participados porque o risco na indústria imobiliária é muito grande, sendo certo que a Imogestim não faz apenas gestão de imobiliário. Temos hotéis no Lobito, Ndalatando e Luanda... a Imogestim não se esgota na construção das centralidades e foi por conta da nossa capacidade que o Estado confiou-nos.

O que o KK 5000 oferece?

É um projecto habitacional como outro qualquer com escolas, lojas de conveniência, farmácias e tem de haver a integração de serviços com o Kilamba...

Sequele não tem nenhuma loja de conveniência?

As lojas estão em comercialização. O processo de negociação começou em Março e estamos neste momento em processo de triagem de candidaturas existentes.

Muitos interessados reclamam dos preços?

Não é verdade. Nós tivemos de suspender porque ao cabo de dois dias havia mais de 500 pessoas interessadas em comprar as mais 150 lojas, temos de avaliar com a devida atenção porque o preço do comércio é diferente das habitações. Queremos evitar o que aconteceu no Kilamba em que muita gente comprou e não faz nada com as lojas.

Quais são os benefícios do prémio Kubico?

Parte-se da seguinte constatação. Apesar de todos os esforços que o Estado faz em proporcionar habitação ao cidadão, este produto não é acessível há uma boa franja da população por isso muita gente não tem capacidade de fazer o pagamento da renda resolúvel. É preciso dar resposta a isto, é preciso pensar no que é preciso fazer para dar uma habitação ainda mais acessível aos angolanos.

Ali é que surge a ideia do prémio. Chamamos os especialistas que trabalham com a matéria (engenheiros e arquitectos) para criarem projectos que permitam reduzir o custo da habitação com recurso a materiais locais aprimorando por exemplo, as técnicas de produção do adobe. Por isso é que ela está dividida em habitação social Urbana e rural para permitir que a maioria tenha capacidade. Há também a questão do emprego local e por esta via a geração de impostos. Para os melhores criadores além do prémio de USD 15 mil terão os direitos autorais e quando o Estado ou o privado tiverem interessados deverão pagar e ganharão ainda muito mais.

## 6.23 Prémios para engenheiros e arquitectos

*Jornal de Angola*

*25 De Março de 2016*

A Imogestim lançou a meio do corrente mês o "Prémio Inovação na Concepção de Projectos de Habitação Social", que tem por objectivo estimular a iniciativa e a criatividade de arquitectos, engenheiros e entidades técnicas ligadas ao urbanismo.



A iniciativa pretende contribuir para a inovação nas soluções a encontrar com apelo aos recursos locais, respeitadoras do ambiente, sustentáveis do ponto de vista energético e hídrico e com custos adequados ao nível de rendimento médio da população angolana urbana e rural.

O prémio, subdividido nos segmentos rural e urbano. Foi criado no âmbito da responsabilidade social da empresa, que foi designada em Dezembro de 2014 para gerir alguns projetos habitacionais integrados no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

A Imogestin criou então o "Prémio Inovação na Concepção de Projectos de Habitação Social Urbana" e o "Prémio Inovação na Concepção de Projectos de Habitação Social Rural", para os quais concorrem todos os arquitectos e engenheiros, independentemente da sua nacionalidade, desde que comprovem ter esta qualidade profissional. Podem ainda concorrer Universidades ou Departamentos Universitários com residência ou sede em Angola. O Prémio é atribuído em cada dois anos, segundo o regulamento, que foi aprovado e contou com a contribuição de representantes da Ordem dos Arquitectos e da Ordem dos Engenheiros de Angola.

Os concorrentes devem apresentar a sua proposta sobre o uso predominante de recursos locais, até 15 de Abril, e os vencedores em cada categoria recebem como prémio o valor em kwanzas equivalente a 15 mil dólares e um certificado. Os dois projectos com classificação seguinte ao primeiro lugar receberão um certificado de menção honrosa.

## 7. TERRA

### 7.1 Terra, um problema sensível

*Jornal Agora*

*4 De Março de 2016*

Foram apresentadas experiências de diversos pontos do País, onde não falta alteração pela posse de espaços, quer para a habitação ou para o cultivo e pasto.

João Francisco, natural de Benguela, fez saber que os seus pais têm terras herdadas dos seus antepassados antes da independência. "Hoje, dizem que a terra é do Estado, mas o cidadão a possui antes da Dipanda. O homem comum que vive lá atrás da montanha não foi tido na discussão primária da Lei de Terras", defendeu Francisco.

"O meu pai tem três a quatro lavras. Nestas condições, como é que ele vai legalizar a terra se é proprietário original desta? - Questionou, acrescentando que "o mais agravante é que, no dia seguinte, nos surge um governante com um documento em mãos também a reclamar do mesmo terreno, onde reside e trabalha o camponês".

Por isso, João Francisco entende que a questão da terra é muito sensível e não foi suficientemente discutida, sugerindo que o cidadão que tem e vive em determinada superfície há 50 ou 70 anos merece ser tratado com muita dignidade.

Referindo-se aos encontros da ADRA, o professor que diz ter origens da aldeia indicou que, nos debates, devem fazer parte membros do Executivo, a fim de ouvirem o clamor dos cidadãos e o que pensam para ultrapassar os 'factores de estrangulamento' nas respectivas comunidades.

"Os membros do Governo Central influenciam as políticas públicas, por isso, penso que governantes ou mesmo deputados devem participar desses encontros para saberem o que passa na aldeia", concluiu. JG

### 7.2 Cidadãs detidas ilegalmente pelo PCU já em liberdade

*Jornal O País*

*8 De Março de 2016*

*Texto: Ireneu Mujoco*

Trata-se de Luísa Pires, Helena João, Victória Miguel e Maria António Frederico, soltas 24 horas depois, a mando da procuradora junto da 24ª Esquadra Policial

do Benfica (Samba Sul), Sandra Kimonima, por inexistência de provas do crime de que foram acusadas, informou a O PAÍS, o seu advogado Sebastião Assurreira, da Associação Mãos Livres (AML).

Sob o processo número 1234/16, contra as referidas senhoras, sendo três de 60 anos, pendiam acusações de venda ilegal de terrenos do Estado, algures no Bairro Benfica, mas que não foram provadas pelos seus denunciante.

Segundo a fonte, a patrulha, composta por três viaturas de marca Toyota Land Cruiser, terá sido comandada pelo sargento-chefe, José Manuel de Brito, que alegava, na altura, estar a cumprir ordens do seu superior hierárquico tenente-coronel José Manuel, representante da Guarnição Militar de Luanda, junto da Administração de Belas.

"As velhas foram encontradas nas suas respectivas casas e foram levadas para a unidade policial sem qualquer mandado de captura, contrariamente o que a força militar alegou", afirmou Assurreira, para quem este comportamento "é uma autêntica violação à lei".

O causídico, reportando declarações das suas constituintes, informou que durante a detenção terão sido agredidas com porretes e bofetadas e levadas compulsivamente até à esquadra onde estiveram detidas durante 24 horas sem direito a alimentação.

A referida informação foi confirmada pelas respectivas senhoras, que disseram terem sido inclusive algemadas pelo sargento-chefe José Manuel de Brito, que consideram como sendo que lhes tem importunado várias vezes.

"O Zé (José) Manuel é quem está sempre a nos perseguir, caluniando-nos junto da Administração de estarmos a vender terrenos do Estado", desabafou a anciã Luísa Pires, acrescentando que no ano passado ela e as suas colegas foram raptadas e levadas a parte incerta pelo referido sargento, soltos depois de várias diligências feitas pelos seus familiares.

Com voz trémula e embargada por lágrimas, Luísa Pires, que falava à nossa reportagem em nome de mais de dez mulheres na sua residência no bairro do Benfica, disse estar a sofrer perseguições por parte do PCU sem motivo algum, e reiterou que nunca tinha vendido nenhum terreno da Administração e desconhece tais lotes.

A sexagenária contrariou dizendo existir elementos do PCU de Luanda, incluindo José Manuel de Brito, que em vez de exercer a sua actividade. "Eles aproveitam-se da farda e das armas que ostentam

para intimidar os camponeses" com ameaças de morte, recebendo-lhes as suas parcelas de terrenos que são depois vendidas a outras pessoas no valor 90 mil dólares.

Proprietárias de terreno Durante a conversa com O PAÍS, a fonte disse que elas e as suas colegas possuem lotes de terreno que eram campos de cultivo há 31 anos, altura em que ocuparam tais espaços e legalizado junto às autoridades competentes, assim como o pagamento de impostos.

Revelou que a ocupação e a sua consequente legalização ocorreu em 1985, sete anos depois de saírem do município da Quíbalá, Kuanza Sul, terra natal, para Luanda, na época da guerra, em busca de melhores condições de segurança.

Luísa Pires garantiu que, apesar de sofrer ameaças de morte, ela e as suas amigas vão lutar até às últimas consequências junto dos Tribunais para defenderem as suas propriedades.

"Quando havia guerra as pessoas fugiam cá e nós sempre estivemos aqui, mas agora reclamam o que não lhes pertencem", desabafou.

O PAÍS deslocou-se à Administração Municipal da Samba, para contactar o acusado, mas sem sucesso. Fomos informados de que o mesmo estava ausente

### 7.3 Governo deve impedir construções em zonas de risco

*Jornal O País*

*8 De Março de 2016*

Dom Gabriel Mbilingui salientou que o governo deve ter coragem de dizer "não", sempre que as populações adotem comportamentos que podem no futuro resultar em desastres.

" Assim como quando se quer requalificar uma determinada área a gente tem a coragem de dizer que aqui você não constrói, o lugar para você construir é lá, é isso que deve ser feito também às pessoas que querem construir em locais perigosos", frisou o prelado. Dom Gabriel Mbilingui e outros 29 clérigos católicos encontram-se na cidade de N'Dalatando a participar na primeira Assembleia Ordinária dos Bispos da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST).

O conclave dos católicos angolanos tem encerramento marcado para Quarta-feira, 9, altura em que os bispos apresentam as deliberações do

encontro e respondem às perguntas dos jornalistas em conferência de imprensa.

É daquela cidade capital da província do Kuanza-Norte que o arcebispo do Lubango reagia às diferentes tragédias que se abatem sobre as populações em consequência das chuvas, com particular realce para o corrido no Lubango, território sob jurisdição da sua província eclesiástica.

De acordo com o bispo, apesar de às vezes as populações desconhecerem o perigo de determinadas situações, as autoridades competentes devem agir sempre, pois é para isso que existem.

Além de sugerir a mão pesada do Estado, o prelado defende também o reforço das acções de sensibilização e de diálogo mostrando as populações os perigos inerente a esse tipo de comportamento. Disse esperar que a tragédia do Lubango e de outros pontos de Angola sensibilize o Governo a agir em conformidade com as suas responsabilidades de garantir a segurança às populações, convencendo-as a não construir em lugares de risco.

Recordar que nos últimos 10 dias, o transbordo do Rio Capitão na cidade do Lubango vitimou mortalmente pelo menos 24 pessoas e um número de desaparecidos ainda por determinar.

### 7.4 Huíla identifica zonas de maior risco

*Jornal de Angola*

*13 De Março de 2016*

*Texto: Arão Martins*

A nova catalogação das zonas de risco nas margens do rio Capitão destina-se a realojar mais famílias em situação de vulnerabilidade em locais seguros, disse ontem o administrador municipal do Lubango.

Francisco Barros afirmou que a iniciativa evita que se registem mais mortes, como as verificadas recentemente devido à cheias daquele rio. O registo, iniciado no ano passado, é permanente e já foram entregues mais de 1.500 lotes a famílias que viviam em zonas de risco, acrescentou.

O administrador municipal referiu que "o trabalho já desenvolvido permitiu identificar as zonas de maior risco", como são os casos das margens dos rios Capitão e Caculuar, bem como as do Só Frio e Comercial.

Requalificação de mercados

O administrador Francisco Barros recordou que está a ser requalificado o antigo mercado do Chioco, arredores da cidade do Lubango, para a instalação de vários serviços de impacto social, principalmente escolas, hospitais, centros de saúde, postos médicos e parque de estacionamento de viaturas de transporte público.

O administrador lamentou que "muitos vendedores daquele espaço a quem foram atribuídas bancadas no novo mercado do Mutundo" insistam em permanecer no Chioco e por isso prometeu o accionamento "de mecanismos legais "para as vendas serem feitas em zonas mais seguras".

Francisco Barros disse que "na cidade do Lubango funcionam dois grandes mercados, o de Mutundo e Rio Nangombe, com capacidade no total para três mil vendedores, com condições indispensáveis para comerciantes e público". A Administração Municipal do Lubango identificou nas áreas do Mutundo e Rio Nangombe espaços para a instalação de mais mercados e a população da região continua a ser sensibilizada no sentido de evitar as vendas em locais impróprios, como ruas e passeios, para não serem punidas ou verem os seus bens confiscados pelos fiscais.

## 7.5 Negócio de terreno em Luanda em que há logro ou trapaça

*Jornal O Crime*

*19 De Março de 2016*

*Texto: Salvador Freira dos Santos*

A maior parte das direcções das municipalidades de Luanda, se transformaram em lugares onde se fazem expedientes relativos a negociatas de comercialização de terrenos, que autorizam e legalizam aquilo que humildemente se diz contrário a lei ou ao princípio pelo foram constituídos, como órgãos de subordinação do Governo Provincial de Luanda. O pessoal que administra os municípios passa licenças de construção e ocupação de espaços públicos aos privados, para a alteração das estruturas arquitectónicas e topográficas da cidade capital, com um único objectivo de negócio em que há logro ou trapaça.

De quando em vez, essas pessoas que têm a seu cargo a administração de bens e serviços públicos, por condutas e comportamentos que causam desonra, são castigados contactos de dispensa dos cargos por entidade máxima do Governo Provincial de Luanda. Porém, volta e meia, os mesmos são outra vez chamados e reconduzidos para assumirem outras responsabilidades de maior ou igual importância,

como se tratassem de únicos angolanos com competências, num universo de 24 milhões de cidadãos que compõe a população angolana. O mais grave ainda é que no desempenho de novas funções que lhes são atribuídas pelo Governo de Luanda e não só, deliberadamente, voltam a cometer os mesmos ou pior erros, embaraçando algumas vezes o governo, em ir ao encontro dos métodos ou conjuntos de regras que se devem ser observados no tratamento, exploração e organização administrativa da cidade capital, que em tempo idos, deram elogios a urbe luandense, de ser uma das cidades mais belas de África.

Contudo, com comportamentos tidos como pouco inteligente; estúpido, ignorante, imbecil de muitos desses recém-nomeados dirigentes, às vezes me pergunto se estes camaradas não estão a prestar colaboração para o fracasso das metas preconizadas pelo partido que governa o país!? Que confiança terá o partido com dirigentes que assim pensam e agem, uma vez que, para se ser chefe em Angola, primeiro que tudo, tem-se que ser militante do partido no poder? Será que a estratégia definida pelo partido da situação, é de apenas basta ser militante mesmo sem qualquer formação ou qualificação profissional para se promovido? Que país estaremos a construir se nos acoplarmos que apenas os militantes do partido é que devem assumir cargos de responsabilidades, nesta Angola, onde todos são poucos, para o seu progresso e desenvolvimento?

Exemplos não faltam, e comportamentos indecorosos de funcionários das administrações municipais em Luanda que explanamos são vários. Basta adestrar pelo interior dos bairros Prenda (lotes), Cassenda, Maianga, São Paulo, Kinaxixi, Coqueiros, Sambizanga, Neves Bendinha, e tantos outros da circunferência da cidade de Luanda, se constatará emissões de autorizações passadas por funcionários ou mesmos os seus administradores sem competência para tal no sentido de alterar e construção nos terraços, edificação de casebres nas entradas principais dos edifícios, autorização do modo de erguer "cogumelos" de tanques subterrâneos de água potável junto das entradas dos prédios, que dentro da lógica e de princípios de organização administrativa, deviam ser prontamente proibidos ou imediatamente demolidos. Pois que estes locais construídos de forma anárquica, para além de criarem acumulados de lixo nas principais entradas e a volta dos prédios, trazem consigo benefícios de adaptação da delinquência juvenil (jovens que se curvam nessas passagens e becos inapropriados para anuírem em drogas, assaltos, prostituição etc.) tirando de certa forma a beleza estética da nossa cidade que todos nós amamos.



Ainda assim, os funcionários autorizam ocupação e construção nos espaços de lazeres, transformando esses lugares em recintos privativos. Outrossim, quando os funcionários das administrações são nomeados para as áreas de abrangência, fazem negócios consigo próprio, ou seja, criam empresa em seus nomes ou de alguns familiares seus e, acabam de registar os espaços em nome de empresas por eles criadas. Assim acontece em Luanda e ocorreu por exemplo, com o chamado mercado do Catinton, no Rocha Pinto em Luanda, que algum dia, o ex-administrador Municipal, no exercício das suas funções que lhe foram confiadas para aquela circunscrição, converteu o espaço da circunvizinhança da Força Aérea Angolana, junto por detrás do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, no seu mercado privado. As cobranças que são feitas aos vendedores por fiscais dos mercados, em nome do Governo Provincial de Luanda, não dão entrada para os cofres do Estado (Tesouro Nacional), para acudir a insofismável crise que vive o país, pois que os valores dão entrada para os bolsos destes indivíduos, ou seja, em nome dessas empresas prontamente criadas por alguns oportunistas que se julgam ser donos.

E, pois, urgente que as autoridades, sobretudo o Governo da Província de Luanda, tome medidas para poder disciplinar e reorganizar as administrações municipais e por fim as atitudes oportunistas de alguns cidadãos que se enriquecem sem causa justa. Expunha que é urgente que se exercite a fiscalização com rigorosidade responsabilizando os infractores, no sentido de se ver melhorada a imagem da cidade que nos últimos tempos apresenta-se com os inúmeros problemas de organização e disciplina. Pois que os oportunistas desses espaços tidos aparentemente como privados, fogem ao fisco, ou seja, não pagam os impostos que são devido ao Estado, e como resultado ninguém, ninguém mesmo diz nada, porque não há uma mão pesada para impor regras.

O mais grave é que as estruturas governamentais e do partido no poder, têm conhecimento dessas incoerências. Fingem ou preferem estar do lado dos espectadores para optarem pelo silêncio, mesmo com essas arbitrariedades que prejudicam as instituições e aos angolanos que se subentendem como actos de corrupção institucionalizada. Acabou-se a guerra agora é o momento de colocarmos as coisas nos seus lugares para funcionarem conforme a lei vigente.

Conforme a estratégia do Comando Geral da Polícia Nacional, que tudo faz para a criação de uma polícia de proximidade como fundamento a presença proactiva, descentralização e resolução de conflitos da polícia, cuja sua implementação objectiva é a de

promover a aproximação entre polícias e os cidadãos e reduzir os indicadores de criminalidade a partir da acção policial qualificada, penso, o mesmo devia ocorrer com as acções nas administrações municipais em Luanda e não só.

A questão que se coloca é de saber se há uma autoridade capaz de mudar o quadro para não atrapalhar a organização e o trabalho da Polícia Camarária que se prevê relançar brevemente, para o cerco dos actos das transgressões administrativas. Ainda digo que as administrações municipais deviam ser os primeiros a darem o exemplo de boa governação e da proximidade com a população não solução de casos evidente e não a criarem mais obstáculos para quem pretende organizar o território luandense.

## 7.6 Milhares de árvores foram plantadas na Huíla

*Jornal De Angola*

*29 De Março de 2016*

*Texto: Estanislau Costa*

Um total de 50 mil árvores de diversas espécies foram plantadas, em Fevereiro e Março, nos municípios do Lubango, Humpata, Gambos e Matala, pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), disse, ontem, Fernando Cassanga, do IDF nos Gambos.

Fernando Cassanga explicou ao Jornal de Angola que a plantação de árvores é permanente, com vista a favorecer o repovoamento de plantas nas zonas com risco elevado de desertificação e regular as constantes variações climáticas.

"A sociedade deve estar sensibilizada e mobilizada a participar na plantação de árvores, uma vez que este gesto fortalece as antigas florestas e favorece o surgimento de novas áreas arborizadas", disse Fernando Cassanga, que condena o comportamento de certos municípios que destratam as novas plantas. Considerou o município dos Gambos como a zona mais seca da província da Huíla, daí a seca e a escassez de água potável para a população e gado.

Em função disso, o coordenador da Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Cecílio Elindo, disse que "só a aposta forte na plantação de árvores pode inverter o actual quadro". Cecílio Elindo especificou que, no mês passado, foram plantadas em vários pontos dos Gambos cerca de duas mil árvores de fácil adaptação às condições climáticas da zona, uma vez que se trata de plantas

resistentes à ausência de água, enquanto estiverem no processo de crescimento.

Cecílio Elindo afirmou que as plantas indicadas para estas zonas são os eucaliptos, jacarandás, pinheiros, acácias, mulembeiras e cedros. Já na Matala, um município que regista um abate indiscriminado de várias espécies para a produção de carvão de cozinha e lenha, o IDF plantou acima de dez mil árvores, para reflorestar as áreas descampadas. O responsável do IDF local, Henriques Suquina, informou que são realizadas acções de acompanhamentos da evolução das plantações, numa altura em que a instituição dispõe ali um viveiro projectado para produzir 50 mil mudas. O IDF, referiu, está a capacitar fiscais florestais, para dotá-los de conhecimentos que visam controlar melhor as florestas da região.

Frutas na desertificação, combate à desertificação no município da Humpata, além da planta- ção de eucaliptos, cedros, acácias, são feitas com a criação de milhares de árvores de frutas diversas.

O Projecto Agro -industrial Laranjinha e outros levados a cabo por vários empresários agrícolas já conseguiu criar inúmeros hectares de espaços verdes.

Neste momento, estes projectos permitiram plantar mais de 400 mil laranjeiras, 450 mil goiabeiras, 120 mil tangerineiras, além de centenas de mangueiras, pereiras e macieiras na Humpata.

João Kalange, um dos maiores fruticultores do município da Humpata, disse que o clima apropriado e o facto de haver muita água na circunscrição favorecem o desenvolvimento das plantas. "É necessário incrementar as plantas de frutas diversas no combate à desertificação em vários pontos do país". Neste momento, as plantações de frutas são estendidas aos municípios da Chibia, Quipungo e Cacula e outras províncias.

O fruticultor João Kalange acredita que a árvore de fruta oferece vantagens na variação e melhoramento da dieta e ajuda no combate à desertificação. "O município da Humpata possui muitas árvores que ajudam a conter o aumento do deserto da vizinha província do Namibe", acrescentou João Kalange, que aconselha a população da região a participar nas campanhas de plantação de árvores e a evitar o seu abate indiscriminado, bem como as queimadas em áreas protegidas da província da Huíla.

## 7.7 Terreno fantasma custou a vida de quatro chineses

*Jornal O PAÍS*

*29 De Março de 2016*

*Texto: Domingos Bento*

A polícia Nacional apresentou ontem, em Luanda, um grupo de cidadãos angolanos envolvidos na morte de quatro indivíduos chineses. As Vítimas foram dizimadas à pancada e posteriormente carbonizadas num tanque de água onde permaneceram durante largos dias. Apesar do crime ter acontecido no passado mês de Janeiro, na zona verdade, município de Belas, somente no dia 18 deste mês é que o Serviço Nacional de Investigação Criminal conseguiu localizar os corpos das Vítimas que se encontravam em elevado estado de decomposição. A acção criminosa foi comandada e arquitetada por Nataniel Mingas, 31 anos de idade, na sequência da comercialização de um terreno de cerca de dois hectares ao grupo de 4 chineses.

O referido terreno pertence ao pai de Nataniel, que não autorizou que fosse vendido. Longe do conhecimento do progenitor, Nataniel recorreu a ajuda de João da Silva, conhecido também como "Kota do Bisno", que diante dos chineses se fez passar como o proprietário do espaço a fim de ilegalmente procederem à venda do imóvel, com preço combinado de 120 milhões de kwanzas. Mas por falta de documentação, o chinês havia adiantado 36 milhões kwanzas apenas, depositados numa das contas de Nataniel.

Acto contínuo, ficou acordado que o restante valor seria entregue assim que os documentos estivessem em ordem. Sem saída, pois sem legitimidade sobre o espaço, Nataniel, influenciado pelo "Kota do Bisno", achou por bem eliminar fisicamente os clientes. Para o cometimento do crime, o mandante recorreu à ajuda de um grupo de sete indivíduos supostamente ligados às Forças Armadas, tendo sido cerca de 400 mil kwanzas que Nataniel teria pago aos elementos para acabar com a vida dos chineses e abafar o caso. Depois de receber o dinheiro, o grupo recusou-se a praticar o acto alegando que os valores recebidos seriam poucos para o tipo de trabalho requerido por Nataniel.

Este, por sua vez, depois de alguns dias voltou a procurar o grupo afirmando que daria mais 1 milhão de kwanzas e uma viatura de marca Hyundai Tucson para a execução do crime. Diante dos valores, o grupo aceitou a proposta. Assim, Nataniel chamou os chineses por telefone.

O local combinado para o encontro era um terreno abandonado na zona verde, no Benfica. Logo que os quatro chineses chegaram, foram brutalmente torturados com recurso a ferros, paus e pedras até perderem os sentidos. De seguida, Nataniel pediu ao grupo que arrastassem as vítimas, já desmaiadas, para dentro de um tanque de água onde foram postos e aos quais posteriormente despejaram gasolina e atearam fogo.

Depois de toda acção criminosa, Júlio Laurindo, um dos executores, disse que Nataniel abriu o porta-bagagem do carro de onde tirou apenas 800 mil kwanzas e entregou ao grupo. De seguida, ofereceu a prometida viatura. Dias depois o grupo partiu para Benguela, onde comercializou o veículo por um milhão e trezentos mil kwanzas. Júlio, que diz ser segundo sargento das Forças Armadas, afirmou que só aceitara participar no crime porque Nataniel apresentou-se como filho de um influente general. "O Nataniel disse-nos que tínhamos que matar os chineses porque estes haviam burlado um terreno ao seu pai. E foi ele próprio que despejou a gasolina às vítimas. E um de nós acendeu o fosforo e o atirou às vítimas, causando enorme explosão".

Já Nataniel, disse que o terreno que pretendia vender era do seu pai e que quis comercializá-lo sem o consentimento do progenitor que estava alheio a toda a situação. Segundo explicou, apesar de receber o dinheiro, mesmo não tendo legitimidade para vender o espaço, em momento algum pensou em matar os chineses. Porém, teve a ideia porque o "Kota do Bisno" fez-lhe a cabeça por causa da pressão que estava a receber dos chineses que exigiam a documentação depois de terem recebido os 36 milhões de kwanzas.

"Tudo isso aconteceu porque o Kota do Bisno pressionou-me muito". Por seu lado, João da Silva, 51 anos de idade, conhecido como o "Kota do Bisno", frisou que conhecera Nataniel por intermédio de um compadre que lhe havia falado sobre a venda de um espaço na zona do Benfica. Mas que em momento algum se fizera passar como dono do terreno, nem como pai de Nataniel diante dos chineses, até porque no acto de negociações exibiu o bilhete de identidade. "Kota do Bisno" Assume ter recebido apenas 200 mil kwanzas por ter participado como testemunha de uma reunião entre Nataniel e os chineses. "Vi-lhe apenas uma vez. Não é justo o que ele está a dizer

porque eu não conhecia todos os meandros das negociações. Só me apercebi que o terreno era fantasma já depois de toda a acção criminosa. É que se eu soubesse que esse terreno custaria a vida de pessoas seria eu mesmo a denunciar à Polícia porque sou uma pessoa de bem.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 A chuva e os esgotos entupidos

*Jornal O País*

*1 De Março de 2016*

*Texto: Boducho Zinga*

Gosto muito do vosso jornal, espero que continuem com a mesma dinâmica na abordagem dos factos.

O jornal O PAÍS está sempre em cima dos acontecimentos, por isso continuem a dar espaço aos que não têm.

A forma como O PAÍS trata as matérias também me convence. A observância dos princípios que norteiam o exercício e prática desta profissão são tidos em conta. Apesar de estar há pouco tempo no panorama da comunicação social angolano, este título tem feito a diferença.

Deste modo, escrevo para dizer que o regresso das chuvas tem destapado a montanha de problemas que a cidade de Luanda e arredores enfrentam.

Os esgotos da cidade estão, quase todos, entupidos. Isto dificulta o escoamento das águas depois da chuva.

Por este facto, as principais vias da cidade de Luanda têm muitos buracos, o que dificulta a mobilidade do trânsito.

As operações de tapa buracos não têm cumprido o seu papel, mas a taxa de circulação é constantemente cobrada. Ainda assim, depois das chuvas a capacidade de evacuação das águas para os esgotos leva muito tempo.

O trânsito torna-se caótico, coisa que podia ser resolvida com máxima celeridade, se houvesse interesse das instâncias competentes.

Por outro lado, na periferia da província a situação é, então, mais crítica. Há zonas intransitáveis, porque às águas fazem morada.

Há bairros em que as casas ficam submersas e sem possibilidades dos moradores circularem.

Se houver maior intervenção das administrações comunais nos bairros, o problema pode ser resolvido. Gostaria de ver várias pás niveladoras nos bairros. As ruas precisam de ser niveladas, daí às águas iriam directamente para o esgoto principal na estrada.

Em muitos bairros, as comissões de moradores estão dispostas a cooperar com as administrações municipais.

Os munícipes querem ver -se afastados das águas das chuvas, sendo que evitará doenças como o paludismo, a malária e a febre-amarela.

Gostaria, insisto, que os órgãos competentes resolvessem os problemas na periferia, pelo facto de ser simples, embora haja crise económica e financeira no País.

### 8.2 UNITA diz que o surto veio do lixo

*Jornal Visão*

*5 De Março de 2016*

O maior partido da oposição considera que o lixo passou a integrar, "da pior maneira, a paisagem urbana dessas cidades, tendo a situação assumido contornos de uma calamidade pública, ante a total impotência das autoridades em restaurar o sistema" Acrescenta que, com o desabrochar da época chuvosa e o conseqüente acúmulo de águas pluviais, constituiu-se o cocktail necessário para desencadear, sem surpresas, surtos epidémicos que contribuem sobremaneira para a caótica situação sanitária que o país atravessa.

Segundo os serviços de saúde da UNITA, a campanha de vacinação, particularmente, tem sido pautada por uma estrondosa desorganização que leva a que, nos postos de vacinação, ocorram filas enormes onde as pessoas, na sua maioria mulheres e crianças' passam horas a fio, muitas vezes sob sol intenso ou mesmo chuva.

Para completar, ainda de acordo com a nota de imprensa, as falhas de comunicação já aludidas têm impedido que sejam suficientemente divulgados os locais de vacinação e os alvos a vacinar. Por esta razão, acrescenta, muitas pessoas têm percorrido distâncias enormes em busca de postos de vacinação e tem se assistido, nos postos de vacinação, a comportamentos menos dignos como o favorecimento de algumas pessoas em detrimento de outras que madrugam e até fenómenos de corrupção que podem comprometer o êxito da campanha.

"É importante esclarecer que há evidências científicas suficientes que atestam o elevado grau de protecção que a vacina contra a febre amarela confere por um período de pelo menos dez anos! considerou, recomendando que pelo facto de a vacina não estar disponível em quantidades que recomendem o



desperdício, deveriam ser devidamente identificados os alvos a vacinar, evitando vacinar pessoas que tenham sido vacinadas há pelo menos cinco anos, permitindo que seja imunizado o maior número possível de pessoas.

Por outro lado, avança a nota, as medidas de controlo do surto da febre-amarela não se devem circunscrever à campanha de vacinação e a melhoria do sistema de informação que permita uma notificação célere dos casos e, mais importante, o conjunto de acções individuais e colectivas tendentes a combater o vector da doença, o mosquito *aedes aegypti*.

"Quaisquer destas acções precisam estar acopladas a uma campanha dirigida, intensificada de informação, comunicação e educação para a saúde, a fim de promover a participação consciente das populações e das comunidades": sublinha.

Para o governo-sombra do partido dos 'maninhos, a fragilidade nas acções de luta anti-vectorial faz com que o presente surto de febre-amarela ocorra simultaneamente ao aumento sazonal na incidência de malária, dengue e chikungunya que têm sobrecarregado as já debilitadas estruturas sanitárias. Tem-se assistido a uma letalidade elevada, particularmente por malária, que certamente influirá negativamente nos já depauperados indicadores sanitários, essencialmente a mortalidade infantil e a mortalidade materna.

Refere que as condições actuais favorecem a propagação, no nosso meio, do vírus Zika, tendo por isso, a Organização Mundial de Saúde, OMS, Afro orientado já os Estados membros a reforçarem as medidas de luta anti-vectorial e a intensificarem a pesquisa para detecção eventual de casos de doença e de microcefalia bem como as acções dirigidas de informação e comunicação. Não se regista nenhuma acção do Executivo angolano neste sentido que prefere, como sempre, trabalhar depois sobre o joelho em vez de privilegiar acções preventivas.

Recomenda a adopção urgente de acções que resguardem o sector de saúde da crise económica presente, alocando atempadamente os recursos financeiros e outros, necessários para a prossecução dos diversos programas, em curso e a ser delineados, em virtude da presente situação crítica.

### 8.3 A saúde e o saneamento básico

*Jornal de Angola*

*6 De Março 2016*

*Texto: José Ribeiro*

O estranho surto de febre-amarela na cidade de Luanda e as doenças "desconhecidas" que estão a aparecer pelo país - e um pouco por todo o mundo - são reveladores dos graves problemas sanitários que a capital do país atravessa, esta imensa megalópole, e da importância que têm os sistemas de saúde.

Para reverter os níveis de degradação que atingiram a cidade de Luanda em termos de falta de saneamento básico e manutenção e conservação dos equipamentos sociais que são instalados pelo Estado, não basta que as empresas de limpeza procedam a uma recolha regular dos detritos sólidos, processo que tem sido levado a cabo, aliás, de forma pouco profissional e eficiente.

Aparentemente, os trabalhadores das empresas de saneamento e limpeza da cidade têm instruções para se limitarem apenas a recolher o lixo de contentores de rua.

Mas o que acontece frequentemente é que vão deixando atrás de si um rasto de detritos e restos de dejectos. No pior momento da sua actividade, entre o final do ano passado e o princípio deste ano, quando se queixavam da falta de pagamento pelo GPL, os operadores do lixo chegavam a abandonar animais mortos no asfalto. Se a acumulação diária sobre um mesmo local dos bairros de grandes quantidades de lixo mal acondicionadas já é, em si, perigosa, por ser um potencial foco de doenças e epidemias, mais se torna quando elas se espalham de forma intencional ou sob a força das águas das chuvas ou do vento.

Enquanto o trabalho das empresas de limpeza e saneamento for menosprezado e deixar de ser entendido como um serviço urbano integrado de grande seriedade, associado a práticas avançadas de protecção ambiental e com a participação obrigatória e responsabilização dos diferentes segmentos da sociedade utilizadores desses serviços, a qualidade da higiene pública estará comprometida.

O resultado imediato e quotidiano da actividade das operadoras de limpeza tem de ser visível em termos de uma evidente purificação do meio, o que não se tem verificado. Muita coisa há a fazer nesse campo.

O modelo de serviço em escala, preconizado pelo governador provincial cessante, e a filosofia de colocar o habitante e utente da cidade e produtor permanente de lixo a suportar e partilhar os custos do lixo que produz, defendida pelo governador em funções Higinio Carneiro, parecem caminhar já para a definição de uma solução eficaz, técnica e abrangente para o complexo problema do saneamento público.

As características dos bens de consumo actuais, em que o volume de material descartável é superior à matéria aproveitável, por causa da tendência para a plastificação e empacotamento dos artigos comercializados, explicam o motivo por que a produção de detritos sólidos tem vindo a aumentar no país. No entanto, na gestão desse resultado, está longe de ser justo que os contentores colocados nos bairros para a utilização pelas famílias de moradores fiquem a transbordar de lixo produzido por unidades comerciais e industriais, cantinas, lanchonetes ou quiosques cuja finalidade é a obtenção de lucro. Há que diferenciar um outro e produtor de lixo.

A questão da saúde está intrinsecamente ligada à necessidade do saneamento do meio. Uma vez mais estamos perante um problema com o qual as nossas autoridades sabem que temos de lidar aplicando soluções integradas, estruturantes e privilegiando a concertação com todos os sectores intervenientes. Esta tem sido a marca de gestão que o Executivo tem imprimido à sua administração e a que habituou as populações e esse aspecto foi reafirmado pelo novo governador provincial de Luanda.

O Executivo desenvolveu na cidade de Luanda um enorme trabalho de recuperação. Ao abrir as grandes estradas de entrada e saída da capital, evitou que o trânsito seja hoje um sufoco. Ao construir as enormes valas de drenagem, melhorou a rede de escoamento das águas pluviais.

Ao construir novas centralidades, provou que é possível dar qualidade de vida aos angolanos. Mas é preciso que as estruturas provinciais e municipais e as empresas se apliquem em identificar e solucionar os problemas de cada província, bairro e comunidade. Um desses problemas tem a ver com o lixo e o saneamento básico.

## 8.4 Água salobra afugenta moradores do bairro Hoji-ya-Henda

*Novo Jornal*

*11 De Março de 2016*

*Texto: Alexandre Lourenço*

Várias casas estão desocupadas na comuna do Hoji-ya-Henda. Os proprietários abandonaram-nas devido às constantes inundações vindas do subsolo. O grito de socorro das populações já leva mais de 20 anos, porém, sem reposta da administração, reclamam os moradores.

A administradora comunal, Branca Nunes, reconhece as dificuldades dos munícipes e garante que a requalificação da zona será a solução.

Dormir e acordar em cima da água tem sido a única opção dos que ainda resistem às "cheias" do bairro São José, na comuna do Hoji-ya-Henda.

As inundações remontam a 1992, como revelou ao Novo Jornal Pires Garrafa, morador da zona há mais de 20 anos. O cidadão lembra que tudo começou quando as valas de drenagem foram destruídas pelas correntezas das águas.

"De lá para cá, estamos nesta situação constrangedora. Muitos vizinhos abandonaram as suas casas devido a esta triste realidade. A chuva de Fevereiro de 1992 trouxe a desgraça ao nosso bairro", contou Pires Garrafa.

O interlocutor queixa-se do facto de, até então, não ver o problema solucionado por parte da administração municipal. "Apenas promessas e mais promessas", lamentou.

As águas escorrem de todo o lado, que deixa mais angustiada as populações, tal como presenciou a nossa reportagem no local. As zonas mais próximas têm sido o destino dos moradores, que, impotentes, vêem as suas residências submersas. A presente época chuvosa é a mais dramática, explicou João Pedro, antigo residente da zona, que há três meses abandonou a casa onde vivia com a mulher e filhos.

A residir actualmente no bairro Tira Pistola, o jovem apontou que teve de abandonar a sua residência por estar cansado de viver naquelas condições.

"Os meus filhos ficavam doentes constantemente. Agora estou bem melhor onde me encontro", desabafou João Pedro, que não faz fé na solução do problema com a requalificação do município.

"Não tenho fé nisto. Há muito que a administração promete dar solução ao problema das enchentes, mas nada. Agora dizem que a requalificação do Cazenga é que irá dar solução ao nosso problema. É tudo mentira ..." afirmou o jovem.

#### Lixo

O lixo é outro dilema que deixa angustiados os moradores do São José. As casas abandonadas viraram depósito dos resíduos sólidos produzidos pela própria comunidade. O mau cheiro toma conta da zona, facto que se agrava com o surgimento de doenças como paludismo e diarreia, decorrentes do débil saneamento básico.

Com um semblante triste, lida Santos, de 45 anos, metade dos quais a residir no referido bairro, disse estar cansada de ouvir "discursos baratos". "Senhor jornalista, estou cansada de vários discursos baixos dos responsáveis do País. Cansada da administração que nada faz para solucionar o nosso problema. Apenas promessas. Temos sido dizimados pelos mosquitos. Os ratos e as baratas tornaram-se nossos companheiros. Os nossos filhos adoecem devido a esta desgraça", reclamou a cidadã.

#### Mistura de águas

Maria Gustavo, outra residente, revela que, devido às frequentes inundações, muitos moradores passaram a consumir água salobra misturada com a água potável dos reservatórios construídos nos quintais. "Os tanques onde reservamos a água de consumo ficam encharcados e a água mistura-se com água salobra, o que deixa a água normal imprópria para o consumo. Devido à falta de condições, muitos vizinhos têm consumido estas águas, e isso está a deixar-me muito preocupada", manifestou a interlocutora, que lamenta de igual modo "o desleixo" da administração municipal quanto ao assunto.

"Estamos a falar de água proveniente do subsolo. Nem dá para lavar a roupa, quanto mais para beber? Lamento o facto de o administrador Municipal não mostrar interesse em resolver esta calamidade", lastimou.

Já a moradora Rosa Mendes critica duramente a administração de Tany Narciso, a quem acusa de estar mais preocupado em aumentar o número de armazéns no município do que solucionar os problemas das populações.

Para aquela cidadã, já era tempo de o Cazenga ter um novo administrador, pelo que apelou ao governador de Luanda, Higinio Carneiro, que pense na renovação da administração daquela localidade. "O administrador não faz nada. Continuamos com o problema das águas, estradas esburacadas e lixo. Ele só quer saber dos armazéns...", desabafou.

## 8.5 Escola "Nova" do Sambizanga cercada de lixo

*Jornal O País*

*14 De Março de 2016*

A acumulação de lixo e de águas residuais frente à Escola do 1º ciclo do ensino Secundário nº 4011 também conhecida por "Escola Nova", junto às imediações do mercado São Paulo, pertencente ao Distrito Urbano do Sambizanga, em Luanda tem agastado os estudantes, encarregados de educação e os moradores que por ali passam diariamente, tal como apurou a equipa de reportagem deste jornal. Uma estudante da referida instituição, que falou sob anonimato, disse a OPAÍS que sente-se triste por chegar a escola todas as manhãs e deparar-se com lixo e água suja bem como o cheiro forte resultante da sua junção.

Acrescentou que tal situação, despertou -lhe a intenção de reunir as colegas para juntas conversarem com o director da escola, apesar de que, por falta de "coragem", ainda não o fizeram.

Por sua vez, o encarregado de educação Miguel do Vale descreveu o cenário como perigoso para a saúde da comunidade estudantil, moradores e comerciantes da zona.

Prosseguiu explicando que frequentemente orienta a sua filha, estudante da 9ª classe, a calçar as botas plásticas quando sai de casa e só trocá-las pelos ténis quando chegar à escola, de modo a evitar que toque com a pele na água proveniente dos esgotos.

De acordo com Miguel do Vale, até ao momento, a instituição não convocou os encarregados de educação para qualquer reunião visando traçarem medidas de combate ao lixo, em prol da saúde da comunidade estudantil. Questionado sobre as medidas que deveriam ser tomadas para solucionar o problema, a fonte sugeriu que fossem criadas valetas e valas de drenagem para o escoamento da água quando chove. "Os nossos filhos estão expostos a doenças com o amontoado de lixo junto à escola", desabafou.

Quem também partilha desta opinião é a jovem Helena, cuja residência encontra-se a poucos metros daquela instituição de ensino. Segundo ela, não sai à rua sem calçar as botas plásticas, tendo o máximo cuidado de lavar as mãos sempre que pode para não contrair doenças.

Só a administração está apta a responder. Perante tais factos, O PAÍS contactou a direcção da Escola do 1º ciclo do Ensino Secundário nº 4011, pelo que, cordialmente, José Rodrigues, informou-nos que por ordens superiores não poderia prestar quaisquer esclarecimentos.

Entretanto, orientou-nos a contactar a Administração do Distrito Urbano do Sambizanga, por ser a entidade que responde pelas questões referentes ao saneamento básico local. Contactada a administração, foi-nos informado que o administrador adjunto para a Área Técnica, responsável indicado para nos atender encontrava-se ausente da instituição. Pelo que, em contacto telefónico, orientou-nos a enviar as questões por correio electrónico. Contudo, até ao fecho desta edição não obtivemos o seu pronunciamento.

## 8.6 Dias de lixo, quando acabará?

*Jornal O País*

*16 De Março de 2016*

*Texto: Janeth Sofia*

Venho por esta agradecer a oportunidade que este órgão me dá para esclarecer o que insistentemente tem acontecido no bairro Golfe 2, junto a empresa de transportes Macon, em Luanda.

O lixo no meu bairro está a cada dia que passa a ocupar a faixa de rodagem, facto que dificulta o trânsito naquela zona. Sinceramente! Todos os dias é uma luta, pois não se sabe quem vai ou deve entrar primeiro para a via principal.

Todos têm pressa, sem esquecer, claro, as responsabilidades individuais que cada um de nós tem no serviço e não só. Por esta razão, pergunto: quem de direito pode resolver isso? Penso que estamos a viver muito mal. Nos últimos dias, chove muito em Luanda e arredores, as águas da chuva levam o lixo e outros objectos para as casas dos moradores.

Apesar de se falar muito da crise económica e financeira que o país vive, o lixo não pode condicionar a vida dos moradores no meu bairro.

Espero que a Administração Distrital resolva a situação do lixo, porque está (indirectamente a afectar a saúde dos cidadãos. Com o surto de paludismo e

febre-amarela em Luanda, as instituições públicas devem ser mais responsáveis na sua actuação. Pois, não devem servir -se, mas sim servir os angolanos.

## 8.7 As precárias condições de saneamento básico e a produção e reprodução dos vectores de doenças

*Jornal Manchete*

*18 De Março de 2016*

*Texto: Amílcar Inácio Evaristo*

A proliferação na sociedade luandense em particular e angolana em geral, da epidemia de febre-amarela, vem uma vez mais demonstrar que é necessário que se tomem as medidas que se impõem para se evitarem males maiores neste momento crítico que o País vive. A grave situação económica que enfrentamos e concomitantemente o agravamento dos níveis de pobreza das populações, fazem com que estejam criadas as condições para o surgimento de doenças e outros eventos a elas associados, nomeadamente o aumento do índice de mortalidade, a diminuição do sistema imunológico das nossas populações, a redução da força de trabalho activa, resultante da exposição a estes factores permanentes de risco o que em última análise vai se reflectir nos índices de produtividade que se auguram cada vez mais elevados. Uma das consequências imediatas da baixa qualidade do saneamento básico e o pouco investimento na educação sanitária é o surgimento de parasitoses intestinais (SANTOS et al, 2007).

Para vários pesquisadores as parasitoses intestinais encontram-se nas condições de higiene ambiental e sanitária em que o homem vive, situações favoráveis a sua ocorrência, sendo este fenómeno tanto das áreas rurais quanto urbanas. As formas de transmissão podem ser autógenas ou seja, quando os homens infectam-se a si mesmos ou de forma exógena e nesta enquadram-se os veículos das fontes contaminantes tal como a transmissão dos parasitas no solo, pela poeira (domiciliar e da rua), pelo ar, água, moscas, alimentos, visto que a contaminação destes deriva do facto de manusearem objectos contendo ovos, cistos, e larvas dos parasitas intestinais.

Portanto a ausência ou insuficiência de condições mínimas de saneamento básico e inadequadas práticas de higiene pessoal e doméstica são os principais mecanismos de transmissão dos parasitas intestinais. Segundo PRADO (2001) um terço da população das cidades dos países menos avançados e de rendimento



médio vive em condições ambientais propícias a disseminação das infecções parasitárias.

As principais características de transmissão destas parasitoses são os maus hábitos de higiene pessoal e alimentar associando-se a estes as más condições de saneamento básico (incluindo os esgotos a céu aberto) nas proximidades das zonas residenciais (NEVES, 2005). Os helmintas causam infecções nos humanos através do seu contacto com os ovos ou com as suas formas larvares geralmente pela via fecal-oral, estimulada pela falta de condições de higiene, mas nem sempre resultam em episódios de diarreia. Os protozoários intestinais na maioria dos casos são transmitidos também pela via fecal-oral, contudo podem infectar o hospedeiro através da ingestão da água ou de alimentos contaminados com quistos. Portanto, a problemática da ocorrência das infecções causada por estes agentes patogénicos reflecte-se não só na qualidade de vida e saúde das crianças que são geralmente as mais afectadas no seio das populações, mas também no correcto desenvolvimento físico, cognitivo e intelectual das mesmas devido aos inevitáveis episódios de desnutrição (OMS and UNICEF, 2009)

Nesta perspectiva, a infecção por parasitoses intestinais constitui um sério problema de saúde pública porquanto a transmissão dos parasitas está relacionada com as condições de vida e higiene das comunidades, ocorrendo alta prevalência na população de baixo nível socioeconómico. Segundo o relatório sobre a saúde no mundo de 1997, da OMS, estima-se que o número de infecções por *ascaris lumbricoide* seja da ordem das 250 milhões de casos; por *Schistosoma*, 200 milhões, por *ancilostomídeos* 151 milhões de casos, por *vuchereria bancrofti*, 119 milhões, por *trichuris trichura* 45,5 milhões.

Anualmente segundo o mesmo relatório, ocorrem 300 a 500 milhões de infecções por malária, 48 milhões por amebíase, 2 milhões por leishmaníase, 500 mil de giardíase 300 mil de tripanossomiase americana e 200 mil de tripanossomiase africana além de numerosas outras parasitoses sendo que o nosso País é parte integrante desta macabra estatística.

## 8.8 Saneamento básico deficiente desemboca em calamidade

*Jornal Manchete*

*18 De Março de 2016*

*Texto: Moreira Mário*

Luanda é uma cidade com cerca de seis milhões de habitantes. O fraco saneamento básico e o retorno da época chuvosa, sempre influenciaram o crescimento das incidências de doenças causadas por vectores. O fardo é particularmente pesado nas zonas suburbanas, onde cerca de 71 % dos agregados familiares não tem acesso a equipamentos e saneamento adequados.

Nesta altura, Luanda vive a epidemia da febre-amarela que vem juntar-se a outras doenças infecciosas já existentes como o paludismo, dengue, chikungunya, diarreias agudas e respiratórias, todas elas, associadas pela má condição do saneamento básico. Em relação a febre-amarela, as autoridades sanitárias registaram até agora 765 casos suspeitos, dos quais 33 foram confirmados, com um saldo de 127 mortes desde o início da epidemia, no final de Dezembro do ano passado.

Além de Luanda - segundo as autoridades - o foco da epidemia teve também casos confirmados entre óbitos nas províncias do Bié (1), Benguela (1), Huambo (2), Cuanza Sul (1), Cabinda (1) e Huíla (2), todos com ligação a Luanda.

Entretanto, recentemente José Silva, presidente da Juventude Ecológica de Angola (JEA) lembrou que o lixo poderá fazer mais vítimas mortais se a situação não for resolvida brevemente.

"Já estamos na chamada época das chuvas e o quadro é preocupante. Em Angola, algumas das principais causas de mortalidade, sobretudo infantil, são o paludismo, a cólera e outras doenças diarreicas agudas. Com os amontoados de lixo há mais condições de se produzirem vectores para o surgimento destas doenças", referiu o mesmo na ocasião.

O ambientalista disse ser preciso, um combate cerrado ao lixo para se evitar uma "calamidade em termos de saúde pública". Silva nota que os hospitais não teriam capacidade para dar resposta ao aumento do número de doentes caso se registasse um surto de cólera.

Em condições normais, segundo ele, as unidades sanitárias já têm dificuldades em atender todos os pacientes. "Agora, imagine se houvesse um surto de cólera. Estaríamos diante de uma calamidade".

## 8.9 Novo modelo para a recolha de resíduos

*Jornal de Angola*

*19 De Março de 2016*

*Teto: Juliana Domingos*

Um novo modelo de recolha de resíduos sólidos para a cidade do Huambo começou a vigorar quinta-feira, com a mobilização das associações juvenis e efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), anunciou o administrador do município.

Irineu Sacala disse que, dada a extensão do município do Huambo, a administração repartiu o processo de recolha em duas fases, sendo a primeira no período matinal, em que as brigadas, com o apoio da empresa Resurb Ambiental, recolhem o lixo no casco urbano, e a outra à noite dirigida às zonas suburbanas e bairros periféricos.

O administrador municipal referiu que a nova recolha de resíduos sólidos ataca zonas estratégicas, para acabar de forma definitiva com os focos de lixo existentes por toda a cidade.

Irineu Sacala elogiou a postura e apoio das organizações juvenis, Forças Armadas Angolanas e de outros parceiros sociais neste processo, apelando para que mais forças vivas da sociedade se juntem à causa do saneamento. A participação da população, pois para além de ser o depositante do lixo também fornece informações importantes para localização dos focos, dados que contribuem para manter o saneamento da cidade, foi reconhecida por Irineu Sacala.

## 8.10 Mobilização geral contra as lixeiras

*Jornal de Angola*

*20 De Março de 2016*

A mega campanha para extinção dos grandes focos de lixo, anunciada sexta-feira, teve o seu início ontem em todos os municípios de Luanda, com excepção de Quiçama e Icolo e Bengo.

Numa ronda efectuada pelos municípios constatou-se a concentração desde as primeiras horas de ontem em vários pontos de Luanda e das novas centralidades de homens e máquinas, como camiões basculantes, pás carregadoras e dampers, para a remoção do lixo. No município de Belas, por exemplo, a concentração teve lugar no Calemba 2, em Cacucaco na administração sede e no kicolo, no Cazenga, no mercado do Asa Branca, no município de Luanda, no campo Mário Santiago, e em Viana os brigadistas estavam na estrada nacional número 30, Quilómetro 30 e Quilómetro 9.

A campanha decorre durante 45 dias, abrange todos os municípios e foi anunciada sexta-feira, numa reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil, presidida pelo coordenador executivo, Eugénio Laborinho, em que participaram, além de efectivos das Forças Armadas Angolanas, administradores municipais, líderes das igrejas reconhecidas e empresários da província de Luanda.

Na reunião, que teve lugar no anfiteatro do Governo da província de Luanda, Eugénio Laborinho explicou aos administradores que o plano de recolha dos resíduos sólidos é de cumprimento obrigatório até que se inicie o modelo que o Governo está a elaborar. "Vamos ajudar o Governo da província de Luanda a combater o lixo, um mal que afecta a todos e que causa várias doenças", disse, acrescentando que face ao actual quadro que a província vive, a Protecção Civil não podia estar indiferente. O Ministério do Interior e as Forças Armadas Angolanas colocaram à disposição homens e meios para trabalharem com o Governo da província de Luanda na recolha e limpeza dos focos de lixo já identificados nos municípios e transportados directamente ao aterro sanitário dos Mulenvos.

A nível dos municípios foram criados postos de comando que estão a estar em coordenação com o posto principal na sede do Governo da província de Luanda, para coordenar todas as acções desenvolvidas localmente durante a campanha.

Segundo dados avançados por Eugénio Laborinho, o município de Luanda tem 55 focos de lixo, Belas nove, Viana 27, Cacucaco 28, Cazenga 22, e Centralidade do Sequele dois focos.

O trabalho da Comissão criada pelo Presidente da República para este fim tem sido um sucesso e a situação tende a melhorar nos próximos dias. O "falhanço" a que nos referimos na edição de ontem dizia respeito ao método até então utilizado na recolha do lixo, e não ao trabalho meritório da Comissão, pelo que pedimos sinceras desculpas por qualquer mal entendido.

## 8.11 A guerra do lixo

*Jornal O PAÍS*  
21 DE Março 2016

Soldados, agentes policiais e munícipes estão, desde sábado passado, a enfrentar o lixo que se amontoou no território da província de Luanda, com realce para Luanda -cidade, Viana e Cacucaco, num problema que deixou há muito de ser exclusivo apontamento estético urbano para se transformar em gravíssimo foco de doenças letais, com tudo o que se sabe de subida das estatísticas da mortalidade.

Quem no fim-de-semana circulou por Luanda, sobretudo nos perímetros de maior criticidade (Sambizanga, Viana, Belas, Cacucaco, etc.), viu como grupos compactos de militares, elementos das forças policiais e munícipes voluntários deram corpo a uma acção gigantesca que, inevitavelmente, remeteram as gerações mais velhas à memória dos sábados vermelhos de outros tempos, quando se ia à apanha do café, do milho, do cacau, e ao corte da cana-de-açúcar.

Aquele tempo, o lixo acumulado nos meios urbanos obrigavam também às suas mobilizações, para que o ambiente permanecesse são e as doenças, afastadas.

Sabe-se que o que teve início no último sábado deverá estender-se por um período de seis semanas - quarenta e cinco dias concretamente -, numa tentativa de se acabar com os numerosos e ameaçadores focos de resíduos sólidos que tomaram literalmente o espaço habitável, reescreveram o roteiro de ruas e avenidas, mudaram a geografia de bairros e trouxeram, de repente, 'novas referências na eterna luta por uma toponímia menos confusa. Agora as

peças chegam aos lugares com a indicação de que a casa x ou y, o escritório z ou a sede da igreja w, localizam-se ao lado da montanha do lixo x, y, z ou w. Uma verdadeira cultura de familiarização com a imundice se apoderou dos luandenses, até que... Ainda é cedo para se aferir dos resultados de uma campanha com apenas dois dias executados de um total de quarenta e cinco. Não se sabe se a missão terminará com a cidade literalmente limpa e respirável ou se ao cabo do prazo estabelecido nos contentaremos com as montanhas de lixo reduzidas a um mínimo aceite como razoável. Será, certamente, difícil para todos, quer para as Autoridades como para a própria força - tarefa mobilizada, falar de cenários definitivos, até porque a extensão do problema apenas é conhecida numa avaliação visual sem que haja quem possa dizer, por exemplo, que o número A de homens e mulheres mobilizados removerá a quantidade B de resíduos amontoados.

Temos, para nós, que o problema de base da capital angolana em matéria de recolha do lixo (uma parte apenas dos desafios do saneamento, sendo que a bronca dos esgotos a céu aberto será outro perigo que, mais cedo ou mais tarde, precisará de ser aniquilado) começa precisamente na incapacidade de se estabelecer, em números mais ou menos exactos, aquilo que realmente se produz como detritos de que se deve desembaraçar a cidade. Um incisivo e certo trabalho de estudo terá de ser feito para que se saiba a ciência certa quantas toneladas de lixo atiram para o espaço público os quase sete milhões que habitam a cidade. Só desta maneira as outras contas poderão ser feitas, com vista ao dimensionamento sem falhas brutais de toda a logística subsequente: quantos homens haverão de ser empregues no trabalho de recolha diária, quantos camiões e de quê tonelagem, que pontos são os mais críticos, em quanto tempo os aterros sanitários se tornarão inservíveis, etc. etc.

O desafio tem, portanto, mais de científico que de voluntarioso. Por agora, que avancemos então com os quarenta e cinco dias, pesem todas as incertezas sobre o seu balanço no fim do prazo. Incógnitas à parte, esta é, indiscutivelmente, a medida mais realista no clima de caos e mortandade avulsa que se abateu sobre Luanda e que, no tempo futuro, terá de ser sempre lembrado como um capítulo negro da gestão do espaço urbano.

## 8.12 Dundo tem novo modelo de recolha de lixo

21 de Março de 2016

*Jornal de Angola*

Texto: Armando Sapalo

A administração municipal do Chitato promoveu no sábado, no Dundo, uma mega campanha de limpeza em todos os bairros e principais ruas da capital da Lunda Norte, numa iniciativa que envolveu os habitantes para melhorar o saneamento básico e prevenir doenças. A iniciativa marca também a entrada em vigor de um novo modelo de recolha do lixo e contou com a participação de funcionários públicos e de empresas privadas, membros das igrejas, associações juvenis e desportivas, efectivos dos órgãos de defesa e segurança.

As autoridades do município do Chitato reconhecem que o sistema de saneamento básico na cidade do Dundo é deficiente, carecendo de mais investimento e métodos eficazes de gestão, devido às grandes quantidades de lixo acumuladas nas principais ruas.

O director municipal do saneamento básico e espaços verdes, Alfredo Cafanda, referiu que os casos mais graves verificam-se nas valas de drenagem das águas pluviais, que estão a ser transformadas em áreas de depósito do lixo doméstico e comercial.

Alfredo Cafanda disse que, além da contratação de empresas especializadas na recolha e tratamento do lixo, com capacidade técnica, financeira e humana comprovada, uma das soluções para o problema prende-se com a necessidade de envolver a população nas campanhas de limpeza. O director elogiou o nível de mobilização que foi feito e realçou que o resultado da campanha realizada no sábado ultrapassou as expectativas, a julgar pelo número incalculável de pessoas que participaram.

Entre os participantes, destacou a presença massiva de jovens que, com a sua capacidade de organização e compromisso com a causa de manter a cidade limpa, criaram nove brigadas, que doravante vão estar empenhadas na manutenção da higiene da capital da Lunda Norte.

Alfredo Cafanda revelou que, movidos pela importância da realização periódica de campanhas de limpeza, os jovens propuseram à administração municipal a realização de campanhas de sensibilização da comunidade para a educação ambiental e a necessidade de depositar o lixo nos locais e em horários recomendados.

As campanhas de limpeza da cidade do Dundo envolvendo a comunidade, acrescentou, servem igualmente para reforçar as medidas de prevenção contra as doenças provocadas pelo lixo. "Todos nós beneficiamos com a campanha de limpeza, tendo em conta que é importante promovermos a mudança de comportamentos em relação ao lixo, no sentido de evitarmos doenças como o paludismo e outras", sublinhou Alfredo Cafanda, que apelou à participação de mais habitantes nas próximas campanhas de limpeza.

Alfredo Cafanda disse que a administração municipal do Chitato restabeleceu contratos com três empresas de saneamento básico que opera na recolha e tratamento do lixo na cidade do Dundo. A administração municipal dá prioridade, no seu programa para este ano, ao saneamento básico e limpeza da cidade, com vista a criar uma nova imagem e proporcionar um ambiente saudável, afirmou Alfredo Cafanda.

A direcção municipal do saneamento básico e espaços verdes está empenhada em acabar com as elevadas quantidades de lixo nas ruas da cidade, acrescentou, apontam como principais desafios para: operadores o reforço da capacidade técnica, sobretudo o aumento número de contentores, e definição de horários mais adequados à limpeza e remoção de resíduos.

A responsabilização dos estabelecimentos comerciais que produzem lixo e não cumprem com as normas de recolha e tratamento dos resíduos, gura também no conjunto de acções que vão ser implementadas no âmbito do novo modelo de gestão do sistema de saneamento básico.

Segundo Alfredo Cafanda, também está a vista a construção de um novo atenuário, uma vez que o único existente no Dundo já não corresponde a recomendações dos especialistas.

## 8.13 O regresso do líxo

*Jornal O PAÍS*

21 De Março de 2016

Texto :Diakumpuna Capiepie

Caros amigos do jornal OPAÍS, sou morador do bairro Rocha Pinto, na zona da Moagem, em Luanda. Aproveito este espaço para dizer que fiquei feliz com a nomeação de Higinio Carneiro como governador de Luanda. Muitos comentários positivos e negativos foram feitos ao novo inquilino do Palácio da Mutamba.

Para mim, eu disse que os problemas mais importantes da província seriam resolvidos, um deles



é o lixo. Nos primeiros dias, o lixo era constantemente recolhido e sem parar.

De um tempo a esta parte, as montanhas de lixo voltaram a fazer morada na Avenida 21 de Janeiro. Penso que o sistema de recolha tem estado a falhar, por isso o paludismo, a malária, a febre-amarela e outras doenças não terão travão. Nos últimos dias, os amontoados de lixo continuam a aumentar e a causar muitos embaraços aos cidadãos.

Gostaria que os serviços de recolha de lixo melhorassem, porque está em causa a saúde pública e consequentemente a vida dos cidadãos angolanos. Luanda, pelos problemas que apresenta, precisa da colaboração ou participação de todos, mas é preciso haver mais vontade de quem traça políticas públicas.

## 8.14 Cuidado vem ai a cólera vamos morrer todos

*Jornal A República*

*25 De Março de 2016*

*Texto: Kissanga Karinda*

Começaram, Indirectamente, as acusações sobre quem são os culpados desta terrível situação endémica de saúde pública que se regista no país, principalmente em Luanda.

Face à acusação de que muitos profissionais de saúde "abandonam as unidades hospitalares, para ir à China", os Médicos defendem-se dizendo que "os grandes causadores do estado calamitoso de saúde pública em Luanda são os políticos incompetentes, que deixaram que a situação se descontrolasse, por falta de limpeza, recolha e transporte do lixo em Luanda.

Os responsáveis políticos e governantes angolanos não têm capacidade de fazer a gestão do saneamento básico público em Luanda."

"Reparem que temos as obras das valas de drenagem há mais de 5 anos para serem executadas mas, até hoje, não conseguiram acabar as obras e, pelo que se ouve, roubaram o dinheiro das obras sem elas estarem concluídas. Como querem acabar com as doenças, sem retirarem as águas pluviais dos centros urbanos e suburbanos da província de Luanda? Toda a gente sabe que mais de metade do lixo que produzimos vai para o mar, de seguida, consumimos o peixe e demais "frutos do mar". Como é que agora dizem que os médicos é que são os culpados? Esta gente é louca", desabafou um profissional da classe médica de Luanda, que preferiu o anonimato.

O profissional de saúde disse ao Jornal A REPÚBLICA que, embora exista esta epidemia de febre-amarela e paludismo, morrendo centenas de pessoas, ainda assim "Deus é Angolano", e reside em Luanda, porque com estas águas paradas, lixo, com a mistura de fezes, está criado todo o possível componente para despoletar uma enorme epidemia de cólera. "Aí sim, vamos morrer todos, se não se fizer nada" Importa salientar que a transmissão de cólera é fecal, oral, e se dá basicamente por meio de água e alimentos contaminados pelas fezes ou pela manipulação de alimentos por pessoas infectadas. A infeção pela bactéria costuma acontecer após uma pessoa consumir água, frutos do mar, frutas e legumes crus e alguns grãos contaminados, como arroz e milho, por exemplo.

A cólera pode surgir em ambientes que não disponham de condições sanitárias e higiénicas adequadas, com ausência de saneamento básico e de abastecimento de água potável, por exemplo. Essas condições são comuns em acampamentos, mercados, escolas, óbitos e em outros locais de grande aglomeração humana, como campos de refugiados e em áreas pobres e devastadas pela fome, por guerra ou por desastres naturais.

## 8.15 “Desconseguiram” chamaram os chineses

*Jornal A República*

*25 De Março De 2016*

Luanda - A recolha dos resíduos sólidos e, com destaque para a extinção dos grandes focos será intensificada doravante, com a inclusão de empresas chinesas na operação, orientou hoje (quarta-feira), o ministro de estado e chefe da casa militar da Presidência da República, Manuel Hélder Vieira Dias, Kopelipa.

O responsável prestou a informação durante um encontro que orientou no Governo Provincial de Luanda, em que estiveram o governador provincial, altas patentes das Forças Armadas Angolanas, representantes de empresas e administradores municipais, com o objectivo de transmitir orientações tendentes na melhoria da limpeza e manjo dos resíduos sólidos na capital. "A orientação vai no sentido de se integrar as empresas chinesas no esforço de limpeza regular, feita atacando o passivo", explicou.

De acordo com o ministro, a operação de limpeza deve continuar a ser efectuada de forma regular pelas empresas do Estado e as contratadas e com a

contribuição voluntária, aos fins-de-semana, da população e associações.

Com vista a operacionalizar as orientações, solicitou ao governador para que este se reunisse com os responsáveis de empresas e em função do número dos focos de lixo poder atribuir as distintas responsabilidades.

"Temos 45 dias para acabar com o lixo passivo e mais 45 dias para normalizar a recolha daquilo que é depositado diariamente", disse.

O ministro orientou igualmente os órgãos da fiscalização no sentido de vistoriarem a recolha do lixo, quer o cidadão que recolhe mal quer as empresas que não cumprem com a sua missão.

Por sua vez, o governador provincial de Luanda, Hígino Carneiro incentivou os cidadãos para participarem e apoiarem as campanhas de limpeza, usado para o efeito, o utensílio caseiro, que ajude na recolha e varredura.

Eugénio Laborinho, o secretário de Estado do Interior, ao intervir em jeito de balanço do arranque da campanha iniciada sábado, disse que a mesma iniciou com cerca de cinco mil efectivos dos diferentes ramos e considerou-a de satisfatória.

Disse que apesar de alguns constrangimentos com as pás carregadoras, basculantes e combustível, a actividade tem sido positiva pós quer os administradores municipais, quer os munícipes têm-se engajado na mesma. Garantiu haver condições para a intensificação da campanha e, para tal, serão indicados municípios com maiores quantidades de focos para que sejam os primeiros.

## 8.16 PR põe ordem no cerco e desactiva posto comando de Hígino

*Jornal Manchete*

*25 De Março de 2016*

*Texto: Jorge Neto*

Ao criar a referida comissão liderada por Eugénio Laborinho, gente entendida em gestão urbana entendem que o PR terá passado um atestado de incompetência ao recém-nomeado Governador Provincial de Luanda Hígino Lopes Carneiro.

Ao tomar posse o actual governador terá dito que uma das suas lutas seria o combate ao lixo que tomou conta da capital a mais de um ano.

Hígino Carneiro ao que os factos indicaram terá mesmo iniciada a luta contra os resíduos sólidos de Luanda, mais mostrou-se impotente, pois o lixo da capital parece disposto a desafiar quem quer que seja que se disponibiliza a remove-lo.

O responsável havia criado um posto de comando urbano para fazer face ao problema que existe do passivo em relação aos resíduos sólidos, um modelo que de acordo com o governante que deveria prevalecer enquanto se estudava uma nova modalidade de recolha e tratamento do lixo na cidade capital.

"Vimos imagens que a todos tocam. A continuar assim, seremos obrigados a declarar calamidade pública.

Temos que evitar isso, por causa de aspectos epidemiológicos, que podem provocar desaires na sociedade", profetizara, Hígino carneiro, em Janeiro passado aquando da sua primeira visita a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda. Eugénio Laborinho coordenador executivo da referida comissão, que contará para esta empreitada de a mobilização de forças de defesa, segurança e ordem pública, para melhorar no prazo estabelecido, o saneamento da cidade, esclareceu que "a mega campanha surge em apoio ao trabalho do governo da província de Luanda, para extinguir os grandes focos de lixo, um pouco por toda a cidade, provocando elevados casos de febre-amarela, diarreia e paludismo, com mortes nas unidades hospitalares".

A comissão criada pelo PR é coordenada pelo ministro do Interior, Ângelo da Veiga Tavares e integra o segundo comandante do Exército, Gouveia de Sá Miranda, os administradores municipais e distritais e os presidentes das centralidades de Kilamba e da Sequele.

PESGRU fracassou?

Governo havia aprovado em 2012 Plano Nacional Estratégico de Gestão de Resíduos Sólidos (PESGRU), que previa um investimento de cerca de 136,3 milhões de kwanzas (1,4 milhões de dólares) até 2020. Esta informação havia sido avançada pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, em 2014, aquando da realização do II congresso internacional sobre gestão de resíduos em África.

"Com este investimento, o Executivo angolano pretende que no futuro haja separação na recolha do lixo e a criação de aterros sanitários em todo o país, assim como a recolha imediata do lixo que se produz diariamente", dissera a governante.

Fátima Jardim elucidara que "para a implementação com êxito do programa, o Ministério do Ambiente constituiu uma comissão que trabalhará nas 18 províncias para avaliar os locais onde serão instalados os aterros e as formas de colocação dos resíduos, assim como realizarem em primeira instância a elaboração de estudo do impacto ambiental, licenciamento e auditorias aos locais que servirão de aterro na implementação do projecto".

A ministra do Ambiente dissera que "até 2025, as orientações estratégicas previstas na projecção futura à produção de resíduos em Angola, atinjam em 8,6 milhões de toneladas por ano, equivalente a uma captação diária de 0,81 quilogramas habitante por dia, valores que representam um aumento de 150 por cento, face a 2012 que foi de 75".

#### Lixo negócio milionário

A redução do orçamento para a limpeza da cidade, atribuído ao Governo da Província de Luanda, desde o princípio do ano passado, levou várias empresas a desistirem das suas actividades e retirarem das ruas os seus meios como contentores e outros.

O novo orçamento levou com que o governo da província adoptasse desde Agosto do ano passado um novo modelo de recolha dos resíduos sólidos, facto que não teve sucesso de se ter em conta os avolumados de lixo 'na Capital.

O Manchete sabe que para a limpeza de toda a província, o Ministério das Finanças disponibiliza ao GPL uma verba de cerca de 10 milhões de dólares por mês, que representa um terço do montante atribuído há cerca de quatro anos.

### 8.17 Governador quer Luanda limpa

*Jornal de Angola*  
26 De Março de 2016

O governador da província de Luanda disse ontem esperar por uma participação em massa de profissionais da Saúde na mega campanha de limpeza denominada "Limpa o teu hospital", que vai decorrer na manhã de hoje em todos os estabelecimentos hospitalares públicos. Higinio Carneiro sublinhou que todos os funcionários do sector da Saúde, incluindo os médicos e enfermeiros, devem participar na campanha, como forma de mostrar à população a necessidade da higiene nos espaços públicos, nos bairros e residências.

"Com esse gesto, os profissionais da Saúde vão estar a colaborar, com o seu saber e espírito de humanização, na prevenção de doenças e ajudar a

deixar a cidade mais limpa", declarou Higinio Carneiro.

Com a iniciativa, disse, o Governo Provincial de Luanda pretende consciencializar os moradores a manter a cidade limpa. Em seu entender, a esar de a limpeza urbana ser da responsabilidade dos órgãos públicos, a conservação da higiene é uma obrigação da população.

O governador de Luanda afirmou que certas doenças, como a malária, dengue e febre-amarela, podem ser evitadas se todos cuidarem da limpeza de Luanda. As áreas adjacentes às unidades sanitárias também vão ser abrangidas pela mega campanha de limpeza, tendo o Governo Provincial, para o efeito, apelado também à participação dos moradores.

### 8.18 Campanha de limpeza é fiscalizada

*Jornal de Angola*  
27 De Março de 2016

A megacampanha de recolha de resíduos sólidos iniciados há uma semana em Luanda foi ontem alvo da fiscalização do ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, Manuel Hélder Veira Dias, e do governador provincial Francisco Higinio Lopes Carneiro.

Os responsáveis, que se fizeram acompanhar do secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, efectuaram uma ronda por todos os municípios de Luanda, com excepção da Quiçama e de Icolo e Bengo, para aferirem o grau de execução das orientações do Presidente da República relativas à eliminação dos grandes focos de lixo em 45 dias.

Manuel Hélder Vieira Dias anunciou, recentemente, a inclusão de empresas chinesas na recolha do lixo, sobretudo com a responsabilidade de eliminarem os grandes amontoados existentes na cidade.

A recolha massiva do lixo é feita diariamente, mas com maior intensidade aos fins-de-semana, e conta com o apoio de igrejas e da sociedade civil. Os municípios foram beneficiados com camiões basculantes, compactadores, tractores com reboque, pás carregadoras, pás, "dumpers", vassouras e máscaras. Estão envolvidas na campanha as empresas Bel, Encib,Elisal e as unidades técnicas municipais, a que se juntaram as empresas chinesas. Efectivos das Forças Armadas, da Protecção Civil, da Polícia, dos Serviços Penitenciários e a sociedade civil apoiam a campanha. A vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Mara Quiosa,

disse ser importante que os municípios apoiem a campanha para se manter a salubridade do meio e evitar a contaminação por doenças.

Nos últimos dias Luanda registou amontoados de lixo por toda cidade e em virtude da situação o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou uma comissão para dentro de 45 dias acabar com os focos de lixo. Em cada município foi criado um posto de comando para coordenar os cidadãos envolvidos voluntariamente na recolha de lixo.

Ontem, a campanha teve como foco principal os hospitais da capital, com a participação em massa de profissionais da Saúde. O município de Belas registou uma das maiores mobilizações no conjunto de toda a campanha.

O administrador do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, João Domingos Lourenço, referiu que a campanha ajuda a minimizar os problemas de Saúde de Luanda. Neste distrito, onde foram identificados vinte grandes focos de lixo, cada igreja limpou em redor do seu templo, num perímetro de cinco metros, e os moradores limparam porta a porta.

### 8.19 Ministro de Estado e o governador de Luanda acompanham campanha de limpeza

*Jornal O PAÍS*  
28 De Março de 2016

Os responsáveis, que se fizeram acompanhar também pelo secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, efectuaram urna ronda por quase todos os municípios de Luanda, com excepção da Quicama e do Icoló e Bengo, com vista a aferirem o grau de execução das orientações relativas a extinção dos grandes focos de lixo na província.

No dia 23 do corrente mês, Manuel Hélder Vieira Dias anunciou a inclusão de empresas chinesas na recolha do lixo, sobretudo com os os grandes amontoados na cidade, com vista a melhorar o estado da saúde pública já caracterizada como crítica.

A recolha massiva de lixo está a ser feita diariamente, mas com mais intensidade aos fins-de-semana. Conta com o apoio de igrejas e da sociedade civil, para, no prazo de 45 dias, determinados pelo Governo, se eliminar os grandes acumulados.

Para o efeito, meios diversos foram alocados aos municípios, nomeadamente, camiões basculantes, compactadores, tractores com reboque, pás

carregadoras, pás, dumpers, vassouras e más- caras. Na empreitada participam empresas como a Bel, Encib Elisal e unidades técnicas municipais que se juntam às empresas chinesas. Nesta campanha regista-se o apoio de diversos órgãos sectores da vida nacional, nomeadamente, as Forças Armadas, a Protecção Civil, a Polícia, Serviços Penitenciários e a sociedade. De acordo com a vice-presidente da Comissão Administrativa Cidade de Luanda, Mara Quiosa, encontrada pela comitiva do ministro de Estado no local de distribuição de meios, no Sambizanga, é importante que os municípios apoiem a campanha para se manter a salubridade do meio e evitar a contaminação de doenças.

### 8.20 Lixo" ataca" Bairro da polícia

*Jornal O PAÍS*  
29 De Março de 2016  
Texto: Manuel M. P. Dias

Obrigado pela oportunidade que o O PAÍS me dá. Sou morador do Bairro da Polida, distrito da Maianga, em Luanda. Escrevo estas pequenas linhas para dizer que a minha zona está cercada de lixo e de mosquitos. O mesmo está a preocupar os moradores devido o paludismo' a malária e a febre-amarela que se faz sentir em Luanda e um pouco por todo o país. O que me admira é que no meu bairro, ali próximo da igreja católica Santíssimo Nome de Jesus, há um estaleiro da Empresa de Lixo de Luanda (ELISAL) com meios técnicos. Deste modo, as pás niveladoras e ancinhos não servem para limpar as cercanias do estaleiro e conseqüentemente o bairro. Gostaria de saber se é ou não missão deles manter limpo o local onde estão instalados. Quando chove, a situação agudiza-se, sendo que a água e outros dejetos chegam até a residência dos moradores.

Os últimos dias foram difíceis para" os moradores, porque foram invadidos com todo o tipo de insectos. Ainda assim, a empresa de lixo, ai ao lado, não moveu nenhuma palha, o que deixou muitos cidadãos agastados com a a situação.

### 8.21 Sistema de distribuição é ampliado no Huambo

*Jornal de Angola*  
12 De Março de 2016  
Texto: Tatiana Marta

Mais de três mil ligações domiciliare são efectuados, a curto prazo, na cidade do Huambo, com a reabilitação e ampliação da rede de captação, tratamento e distribuição de água em curso há três



anos, informou ontem a chefe de secção de Controlo e Mobilização Social da Direcção Provincial da Energia e Água.

Alda Paulo disse que a cidade do Huambo tem mais de 19 mil ligações domiciliare e as novas ligações domiciliare constam do programa do Executivo para o alargamento da rede de distribuição e abastecimento de água potável às populações. No mesmo âmbito foi instalado um tanque de 200 metros cúbicos, no bairro Benfica, para fornecer água à população.

Os moradores do bairro Benfica eram abastecidos antes com um tanque de 90 metros cúbicos, que se revelou insuficiente, tendo em conta a grande procura provocada pelo crescimento demográfico do bairro.

A chefe de secção de Controlo e Mobilização Social da Direcção Provincial da Energia e Água disse que os habitantes do bairro conhecem dias melhores com o novo tanque de água potável.

"O Governo continua a fazer estudos de viabilidade para melhorar as nascentes e ampliar as redes domiciliare. Os técnicos estão a envidar esforços 'para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das populações na província", disse Alda Paulo.

## 8.22 Água potável chega à comuna de Cavunga

*Jornal de Angola*

*16 De Março de 2016*

*Manuel Fontoura*

*Silvino Fortunato*

Mais de 500 habitantes da vila-sede da comuna de Cavunga e de aldeias vizinhas passaram a consumir água potável, desde segunda-feira, com a entrada em funcionamento de um sistema de captação, tratamento e distribuição, disse ontem o vice-governador provincial de Cuanza Norte para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas. Construído no quadro do Programa "Água para Todos", o novo sistema do município de Ngonguembo foi inaugurado pelo vice-governador provincial de Cuanza Norte para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Erlindo Lidador.

A infra-estrutura está equipada com quatro reservatórios, sendo dois de 37 metros cúbicos a nível da sede comunal e igual número destes no bairro Nexe, com capacidade de 32 metros cúbicos.

O sistema dispõe de quatro chafarizes e quatro quilómetros de rede de tubagem, para além da linha adutora.

O projecto visa a instalação de furos artesianos, uma vez que a localidade carece de nascentes ou de rios com águas permanentes.

Esta situação dificulta a colocação de meios para o fornecimento de água potável.

Além do sistema de abastecimento de água, o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas inaugurou, na comuna de Cavunga, uma escola primária de quatro salas, no quadro das acções de expansão da rede escolar em toda a província do Cuanza Norte.

### Energia eléctrica

A capacidade de distribuição de electricidade aos arredores das cidades de Ndalatando e Dondo foi reforçada com a entrada em funcionamento, ontem, de três estações, com capacidade para atender entre mil a 1.200 consumidores, disse o vice-governador provincial para a área Económica, Manuel de Abreu Perreira da Silva.

Manuel de Abreu Perreira da Silva inaugurou a estação do bairro Sassa, em Ndalatando, e considerou que o projecto tem impacto positivo para a vida das populações, tendo recomendado rigor na manutenção e manuseamento dos equipamentos, para a sua durabilidade.

O director regional da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, Alcides da Rosa, disse que as estações cobrem um terço das necessidades eléctricas das regiões beneficiadas, que já são sustentadas por outras unidades maiores.

Foram construídas duas estações no Sassa, com quatro postos de transformação e um outro em Catome-de-Baixo com seis PTs. A estação do Dondo tem 21 postos de transformação de média e baixa tensão.

As unidades foram entregues à gestão da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE).

## 8.23 Trabalhadores da EPAL ameaçam outra greve

*Jornal O País*

*16 De Março de 2016*

*Texto: Romão Brandão*

Depois da greve do dia 18 de Fevereiro, que durou seis dias, onde pelo menos 1500 trabalhadores da EPAL paralisaram porque tinham salários em atraso, a referida empresa pública, responsável pela

distribuição de água, poderá registar uma segunda greve este ano.

O motivo dessa greve não é o atraso salarial, mas sim um possível desconto que a empresa fará, "de forma inadmissível", tal como dizem os trabalhadores, às próximas remunerações. Os seis dias que estiveram em greve serão descontados, pelo que o secretário-geral da comissão sindical da EPAL, António Gaspar, acha ser justo, uma vez que não trabalharam, mas o inadmissível começa a partir do momento em que a empresa não paga a dívida de aproximadamente 190 milhões de kwanzas que tem com os trabalhadores.

"A lei diz que quem deve, paga, só depois é que faz descontos. O que queremos é que a empresa pague a dívida e só depois desconta os dias que estivemos em greve", disse, em exclusivo a O PAIS, António Gaspar.

A dívida que querem ver paga provém dos subsídios de transporte e alimentação que desde Junho de 2015 a Fevereiro de 2016 os funcionários não vêm nas suas contas.

Os trabalhadores estiveram reunidos em assembleia, informaram ao governador de Luanda e ao ministro da Energia e Águas que, caso a empresa insista em descontar sem antes pagar o que deve, vão parar novamente. "Vamos esperar os títulos de vencimento, se constatarmos desconto, voltaremos a reunir, faremos chegar a informação à entidade empregadora e, caso não responda depois de 72 horas, anunciaremos a greve. Os títulos normalmente caem no dia 19 de cada mês", finalizou.

Recorda-se que na anterior reivindicação, para além do salário, que estava três meses atrasado, e das melhores condições de trabalho, os trabalhadores também pediam que a actual direcção fosse demitida, uma vez que "tem gerido mal a empresa", apontaram.

Para os funcionários, continua a ser também motivo de tristeza o facto de lhes ter sido retirado, sem qualquer explicação, diz, o subsídio de turno, o equivalente a três por cento do salário.

Quanto às condições de trabalho, de que também reclamam, os trabalhadores afirmam que tem havido rupturas que a EPAL leva muito tempo a reparar por falta de material. Abaixo citamos alguns trabalhadores antigos da EPAL que falaram a O PAÍS, no dia da greve de Fevereiro.

## 8.24 Torneiras voltam a jorrar água potável

*Jornal de Angola*

*17 De Março de 2016*

*Texto: Lino Vieira*

A alegria e a emoção foram muitas para uma população que depois de 33 anos volta a ter água canalizada e deixa para traz um longo período em que dependia unicamente dos "préstimos" de São Pedro quando a chuva caía e aproveitava a água para muitas tarefas.

O grito de socorro por parte da população foi ouvido pelo Governo Provincial que ensaiou vários mecanismos para acudir a estes cidadãos que há mais de três décadas se debatiam com problemas sérios da falta do precioso líquido.

O rio mais próximo está a 15 quilómetros, no passado um carreiro trazia água para a sede da comuna, mas a guerra que assolou a região destruiu tudo deixando os habitantes entregues à sua sorte.

Para devolver a alegria e a dignidade a este povo, o Governo Provincial construiu um sistema de captação e tratamento com cinco chafarizes, duas lavandarias e três ligações domiciliárias que a partir de agora solucionam o problema de escassez de água a esta população.

O governador da província, João Ernesto dos Santos "Liberdade", inaugurou o sistema e disse que tudo o que "o Governo prometeu em 2012 é realizado, como o fornecimento da água é uma realidade para os habitantes de Cangumbe. Satisfeito com os aplausos, dos habitantes, João Ernesto "Liberdade" prometeu mais trabalho com os parceiros, no sentido de continuar a solucionar os problemas que ainda afligem as populações da região.

João Ernesto dos Santos afirmou que além do Programa "Água para Todos", o Governo Provincial trabalha para garantir o fornecimento de energia eléctrica e melhorar os serviços dos sectores de Educação e Saúde até 2017. "Vamos continuar a trabalhar para proporcionar o bem-estar no seio das populações, com a construção de mais equipamentos sociais tendo em conta o programa de desenvolvimento que Governo Provincial traçou", garantiu.

## Trabalho e desafio

O director de Energia e Águas, Celestino João, disse que foi com muito trabalho que, depois de um ano de ensaios, foi possível ter água na localidade de Cangumbe.

O furo com 150 metros de profundidades e 70 metros de caudal dinâmico, segundo o parecer técnico do engenheiro, representa uma quantidade enorme de água para o consumo da comuna. Ainda no âmbito do Programa "Água para Todos" o Governo Provincial instalou em Outubro do ano passado três sistemas de captação de água nas comunas de Mussuma Mítete, Ninda e Tchume, no município dos Bundas.

O administrador comunal de comuna Cangumbe, Nito Franco, disse que a inauguração do sistema captação e fornecimento água potável é a resposta aos pedidos que tornou possível hoje o fornecimento de água ser uma realidade na região.

Nito Franco disse que a população não vai mais percorrer longas do recente, para ter água, tinha que distâncias ou depender das chuvas para ter água, porque o sistema montado resolveu definitivamente sinto-me satisfeito e agradeço ao Governo Provincial por

O regedor de Cangumbe, Miúdo Calema, agradeceu em nome da da população, população e disse que a construção de chafarizes e lavandarias na uma realidade na comunidade, deixa para atrás o sofrimento de um povo que no passado tinha que percorrer mais de dez quilómetros. "Com chafarizes próximos das nossas casas, temos água para beber, problemas lavar a nossa roupa, cozinhar e fabricar adobes para construir nossas casas", realçou com emoção.

Na comuna foram construídas várias escolas e postos médicos e outras infra-estruturas começam a surgir devido a implementação de programas estruturantes que contribuem na melhoria de vida da população. Localizado a 100 quilómetros da cidade do Luena, Cangumbe é uma das três comuna que compõem o município do Moxico.com uma população estimada em mais de sete mil habitantes que se dedicam essencialmente à agricultura e apicultura.

Apesar de estar perto da linha do Caminho de Ferro de Benguela, a localidade enfrenta problemas de falta de quadros, energia eléctrica e degradação das principais vias de acesso.

## Diversificação da economia

O governador provincial do Moxico convidou a população a participar nas tarefas de reconstrução em curso na província e defendeu a diversificação da economia como a única via para se ultrapassar momento actual que o país vive.

"A população tem de produzir bens essenciais para o seu autosustento e deve aproveitar o potencial que cada região oferece, como por exemplo, a prática da agricultura, a pesca, apicultura e outras actividades que podem trazer êxitos para a segurança alimentar das famílias", disse João Ernesto dos Santos "Liberdade".

Os habitantes de Cangumbe, principalmente os pequenos agricultores, ouviram atentamente o apelo de João Ernesto dos Santos "Liberdade", e disseram estar disposto a trabalhar mais. Ferraz André é um pequeno agricultor e disse à reportagem do Jornal de Angola que sempre viveu da agricultura. "Eu e os outros queremos apenas apoios como enxadas, catanas e sementes. Vontade não nos falta mas estamos a contar com o apoio do Governo Provincial, porque estamos apostados no fomento da agricultura". Palavras que mereceram aplausos dos seus companheiros de enxada.

## 8.25 Retomado abastecimento de água potável

*Jornal de Angola*

*19 De Março de 2016*

*Texto: Armando Sapalo*

Mais de 12 mil habitantes do bairro Camatundu, no Chltato, voltaram a ter água nas torneiras, com a Instalação de uma nova fonte de fornecimento de energia na captação do Cassamba, disse ontem o director municipal da Energia e Águas. Domingos Gregório explicou que além do sistema de captação de Cassamba, que abastece de água o bairro do Camatundu, estão em curso acções que visam retomar o abastecimento do líquido no bairro 4 de Abril, a partir da captação do Cambemba.

As duas captações estão em avançado estado de degradação, o que requer trabalhos de reabilitação para também aumentar a capacidade de produção. O sistema de captação e tratamento de água de Cabemba tem capacidade de produção de 500 metros cúbicos por dia e o de Cassamba produz 320 metros cúbicos para um universo de cerca 18 mil habitantes.

Os dois sistemas vão ser reabilitados na totalidade depois da conclusão de estudos de viabilidade, feitos por uma empresa especializada.

Após de serem reabilitados, esclareceu Domingos Gregório, os dois sistemas são reforçados com a construção de novos chafarizes e centros de distribuição, tendo como maiores beneficiários os moradores da vila urbana do Chitato, bairros 4 de Abril, Camatundu e Ritenda. O responsável da Energia e Água explicou que o projecto de reabilitação e ampliação dos sistemas de captação do distrito urbano do Chitato tem como suporte financeiro o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza, que visa assegurar a criação de condições sociais básicas a nível das municipais idades. Depois da conclusão dos estudos e afectação de recursos financeiros, disse Domingos Gregório, é contratada uma empresa para a execução do projecto de melhoria de abastecimento de água no Chitato.

A par do aumento da capacidade de bombagem, tratamento e armazenamento, o projecto prevê a construção de infra-estruturas de apoio e abertura de novas condutas. No quadro do Programa de investimentos Públicos do Ministério da Energia e Aguas está em curso, no município do Chitato, o projecto de alargamento e expansão da rede de distribuição e instalação de ligações domiciliárias. Domingos Gregório admitiu que a reabilitação das infra-estruturas de captação, tratamento e abastecimento de água à população da região surge no momento oportuno, uma vez que há cerca de três anos os habitantes dos bairros 4 de Abril e Camatundu não beneficiavam de água potável.

## 8.26 Reforçado abastecimento de água

*Jornal de Angola*

*21 De Março de 2016*

*Texto: Estanislau Costa*

Mais de três mil habitantes do bairro Comandante Cowboy, arredores da cidade do Lubango, passaram a consumir água potável, com a Inauguração sábado de um sistema de captação e tratamento, pelo governador provincial da Huila, João Marcelino Tchippinge.

O sistema, construído com fundos do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Aguas (PDISA), orçou em dez milhões de kwanzas e está projectado para fornecer 60 metros cúbicos por hora. A infra-estrutura possui um reservatório de dez mil litros e uma bomba eléctrica alimentada por um placa

solar. O director provincial de Energia e Aguas da Huila, Abel João da Costa, aconselhou a população a fazer o uso racional da água potável, uma vez que o desperdício deste bem é prejudicial aos outros municípios que vivem em outras zonas da província.

Abel João da Costa citou como exemplo o caso da sede provincial, o Lubango, onde o abastecimento de água diminuiu em consequência da baixa significativa dos níveis freáticos. O director provincial explicou que a normalização natural das chuvas pode favorecer o aumento do caudal dos rios e fazer com que haja mais água para abastecer. A outra fase do PDISA, realizada pelo Executivo, em parceria com o Banco Mundial, prevê a implantação de 60 quilómetros de rede de distribuição de água potável.

O director provincial considerou que o programa, com duração de dois anos, representa uma mais-valia para a região, uma vez que vai permitir 4.600 ligações domiciliárias, para beneficiar mais de 32.200 famílias dos bairros Agostinho Neto, Lucrecia, Hélder Neto e Comercial.

Abel João da Costa salientou que no ano transacto foram empregues mais de 667.760.000 kwanzas na execução das acções da primeira fase do programa.

## 8.27 Distribuição de água abrange mais zonas

*Jornal O PAÍS*

*25 De Março de 2016*

*Texto: Estanislau Costa*

A execução da segunda fase do Programa Água do Lubango vai contempla, desde Fevereiro último, mais de 250 mil residentes nas zonas urbanas e periféricas da cidade, segundo dados avançados pelo director nacional das Aguas e Saneamento, Lucrecio Costa.

Num encontro com a imprensa local, promovido por ocasião do Dia Mundial da Agua, celebrado a 22 de Março, o director anunciou para breve mais 18 mil ligações domiciliárias à rede de distribuição. "Levar a água canalizada a diversas casas é um bem muito esperado pelas famílias, pela sua importância na vida dos seres humanos", sublinhou.

O programa financiado pelo Banco Mundial compreende a construção de sistemas de captação e tratamento de água, instalação de condutas com uma extensão de 60 quilómetros e ligações domiciliárias.

Mais de dez mil habitantes dos bairros Comandante Cow-boy, Mitcha, Nanguluve, assim como da comuna da Arimba, já recebem água potável. Os três



mil residentes do bairro da Mapunda são, doravante, abastecidos por um sistema inaugurado no Dia Mundial da Água. O sistema de captação e distribuição, orçado em dez milhões de kwanzas, possui um reservatório de dez mil litros, e é alimentado por placas solares que geram energia para as bombas eléctricas. O director de Energia e Aguas da Huíla, Abel João da Costa, sublinhou que a distribuição de água potável passou de 250 metros cúbicos por hora para 540 com a instalação dos novos sistemas.

"Os projectos que estão em curso visam o aumento permanente da capacidade de produção e correspondem ao crescimento demográfico", explicou. Abel João da Costa anunciou que os sistemas de captação e distribuição de água potável dos municípios de Cacula, Caconda e Chicomba vão ser remodelados.

Mais de 140 centros de distribuição de água potável equipados com reservatórios, painéis solares e lavandarias, orçados em cerca de 470 milhões de kwanzas, servem a população do município do Lubango. "Muitos serviços estão agora perto das comunidades, o que evita que as pessoas se desloquem à cidade", comentou Alberto Sapalo, morador do bairro de Nduva.

O Programa "Água do Lubango" em curso desde 2011, contribuiu até ao momento para a instalação de 57 quilómetros de tubagem, seis reservatórios com capacidade de 60 mil metros cúbicos de água e 700 ligações da rede de distribuição a residências.

## 8.28 Fornecimento de água potável cumpre metas

*Jornal Economia e Finanças*

*25 De Março de 2016*

*Texto: Xavier António*

A melhoria do fornecimento de água potável é um dos grandes desafios do Executivo angolano, segundo fez saber o titular da pasta, João Baptista Borges.

O governante sublinhou que, nos últimos anos, o subsector tem recebido fortes investimentos em 14 das 18 províncias, que resultaram na construção de novos sistemas nas respectivas cidades capitais.

"Neste momento, estamos a realizar obras de conclusão em sistemas nas províncias do Namibe, Cuanza Sul (Sumbe) e temos a situação de Luanda que é a grande prioridade onde é necessário duplicar

a capacidade de abastecimento de água", disse o ministro.

Informou que, para Luanda, estão projectados dois novos sistemas no Bita e no Kilonga, que vão permitir a curto e longo prazo adicionar mais 500 mil metros cúbicos de água.

Além disso, frisou, existe o programa das 132 sedes municipais, onde estão a ser implementados novos sistemas de água, além de outros projectos de obras, em toda a extensão do território nacional.

### Metas

Até final de 2017, fruto do programa "Água para Todos", perspectiva-se cobrir 80 por cento em abastecimento às zonas rurais, atingindo cerca de sete milhões de pessoas, com acesso à água potável.

O ministro referiu também o combate que está a ser levado a cabo para "mitigar" os efeitos da seca no Sul de Angola, principalmente na província do Cunene.

Na região, está em curso um conjunto de acções, para melhorar a distribuição da água, com a construção de diques e outras obras de carácter estruturantes.

"Estamos a concluir os projectos que vão permitir construir pelo menos três barragens de retenção de água na província do Cunene, transferindo os caudais dos rios Cubango e Cuvelai, permitindo que as populações que vivem ao longo destes rios possam ter acesso à água potável", pontualizou.

Ainda no domínio das águas, revelou que o país conta com cinco laboratórios construídos, para testar a qualidade do produto e a perspectiva é que cada capital de província tenha um.

Dados disponibilizados pelo Ministério da Energia e Águas apontam que, até ao momento, um total de 3.4 de habitantes de todo o país beneficia de água potável, através do programa "Água para Todos".

A fonte refere ainda que estão já concluídos cerca de 2.704 pontos de água (furos) e 344 em construção, perspectivando-se fazer mais 490, logo que as condições técnicas permitirem.

### Declaração

Por ocasião do Dia Mundial da Água, data instituída pelas Nações Unidas, comemorado no dia 22, o Ministério da Energia e Águas divulgou uma declaração, onde refere que o Executivo continua empenhado nos objectivos estratégicos.

A nota destaca que a estratégia visa assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos, visando a protecção dos ecossistemas e da biodiversidade, bem como a salvaguarda da satisfação da sua procura.

O documento sublinha que o programa se traduz também na melhoria do emprego, decorrente da adopção de uma política nacional de promoção e de valorização dos recursos humanos nacionais.

## 8.29 Água potável chega as zonas rurais do Lubango

*Jornal de Angola*

*27 De Março de 2016*

*Texto: Estanislau Costa*

A cidade do Lubango regista mudanças substanciais no fornecimento de água potável, fruto do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas, que abrange todos os municípios da província da Huíla, com destaque para as zonas rurais.

Carlota, Ngueve e Tchipula são três donas-de-casa que dão especial atenção à limpeza do vestuário da família. Os poucos recursos que auferem com a venda ambulante de mandioca eginguba não lhes permitem ter uma lavadeira. Por isso, elas próprias reservam a tarde de sábado para lavar.

Exercem as tarefas muito animadas. As três, em acto que parece premeditado, cantam enquanto dão o devido tratamento às roupas. O som é da Nany. "Vale a pena ser mulher... Vale a pena ser mulher..." O bater da peça a lavar no tanque do chafariz e o movimento da água, toma a canção ritmada.

As três mulheres, residentes no bairro Comandante Cowboy, reconhecem o valor de um chafariz instalado nas comunidades. Carlota recorda que antes percorriam cinco a sete quilómetros até um riacho. No Cacimbo, o fio de água desaparecia, o que criava dificuldades à manutenção da higiene do lar.

As três reconhecem que a higiene corporal e da casa registaram melhorias substanciais, fruto da água potável que jorra nas torneiras do chafariz. "Todos os utilizadores estão empenhados nos cuidados necessários para que o nosso sistema de abastecimento de água dure muito tempo", afirmaram em uníssono.

As famílias residentes em diversos bairros do Lubango sem água canalizada são abastecidas por fontanários com lavandarias. Pelo menos 300 furos equipados com bombas, painéis solares e reservatórios funcionam nas zonas rurais. A

construção de outros 64 furos, para mais de 44 mil pessoas e animais está em curso.

O Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA), avaliado em 572,6 milhões de kwanzas, vai instalar 50 quilómetros de rede de distribuição, com tubagem de vários diâmetros, e efectuar mais de 4.500 ligações domiciliárias em diversos bairros. O propósito, disse, director provincial da Energia e Aguas da Huíla, Abel João da Costa, além da instalação de sistemas de captação e distribuição, é levar água canalizada aos bairros. "Vamos interligar a rede da periferia com as condutas de 200 milímetros de água dos sistemas de capacitação da Tundavala, Nossa Senhora do Monte e Humpata", explicou o director. Acrescentou que o PDI-SA, financiado pelo Banco Mundial, prevê realizar 20 mil ligações ao domicílio.

Estão também abrangidos os bairros Joaquim Kapango, Dr. António Agostinho Neto, Benfica, Machiqueira, parte do Só Frio, Ferrovia e Santo António. O responsável de Energia e Aguas disse que 40 mil contadores vão ser instalados nas residências e empresas contra os actuais 6.500.

Abel da Costa qualificou a instalação de contadores modernos nas moradias das terras da Chela como uma mais-valia para o consumidor pela vantagem de haver fiscalização adequada, pagamento justo e poupança da água.

Além de um número considerável de furos, a cidade do Lubango possui duas condutas nas nascentes da Tundavala e Nossa Senhora do Monte, que tinham o equipamento degradado devido ao tempo de utilização. As obras executadas com fundos de uma linha de crédito alemã, orçaram em 90 milhões de dólares, e incidiram nas condutas que percorrem da linha que parte de Nossa Senhora do Monte para as áreas da Boca da Humpata, bairro da Lage e atingiu a zona do Prédio Quatro. Foram ainda abrangidas as zonas da Casa Verde, Bispado, Arco-íris até às imediações do Banco Nacional de Angola. Um técnico explicou que a substituição de tubos da antiga conduta de fibrocimento por tubagem dupla do tipo PAD, instalada em paralelo com outro condutor, favorece o transporte de dois metros cúbicos de água por hora.

A construção de sete reservatórios capacitados para armazenar 60.750.750 metros cúbicos de água potável, superando a cifra dos quatro reservatórios que alimentavam a cidade do Lubango e armazenavam cada um 4.500 litros foi também realizada.

Dois novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, localizados na Nossa Senhora

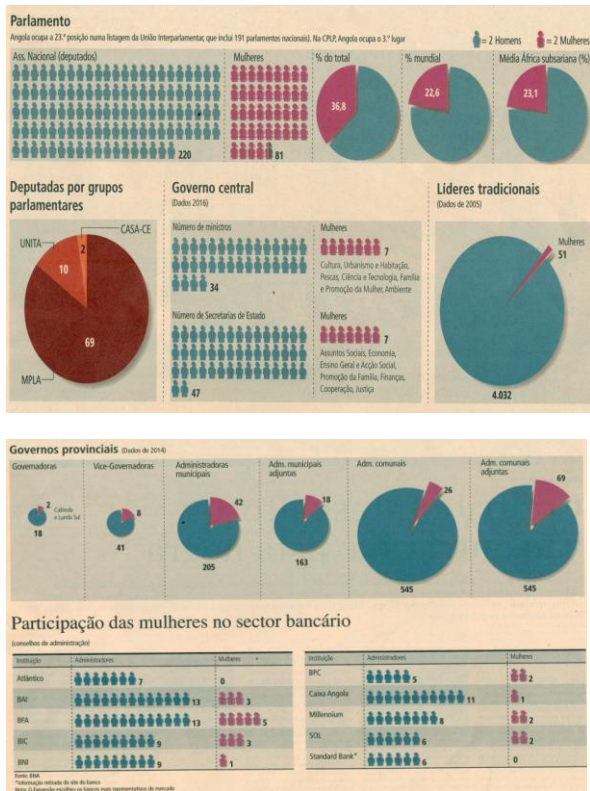
do Monte e no bairro da Arimba, arredores da cidade do Lubango, foram entregues pelo director nacional de Aguas e Saneamento, Lucrecio Costa.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 participação das mulheres nos órgãos da administração pública

*Jornal Expansão*

11 De Março de 2016



### 9.2 Hospital sanatório assegura tratamento

*Jornal de Angola*

20 De Março de 2016

Texto: André dos Anjos

O Hospital Sanatório de Luanda tem medicamentos nas quantidades necessárias para o tratamento de pessoas com tuberculose e VIH/Sida, garantiu ontem director-geral Afonso Wete.

"Temos medicamentos e reagentes específicos comprados com verbas do Estado e outros doados pelos parceiros do Ministério da Saúde", disse Afonso Wete, que falava sobre o Dia Mundial de Luta contra a Tuberculose, que se assinala na próxima quinta-feira.

Em alusão à data, o hospital realiza palestras para doentes e seus familiares e debates clínicos, além de actividades culturais e desportivas.

O Hospital Sanatório de Luanda tem 300 doentes internados e presta cuidados médicos a quatro mil pacientes, 400 dos quais com tuberculose multi-resistente e oito mil com tuberculose associada ao VIH/Sida. O director-geral lamentou a situação de abandono a que muitos doentes são votados pelos familiares, mesmo depois de receberem alta. Neste momento, 15 pacientes com alta continuam internados por terem sido rejeitados pelos familiares e não dispõem de meios de subsistência.

Afonso Wete propôs aos sociólogos um estudo sobre a situação que, na sua opinião, "não faz parte da cultura africana" e lançou um apelo às famílias para acolherem os parentes curados. "A tuberculose é uma doença que afecta profundamente o doente e é constrangedor abandoná-lo", sublinhou. Construído em 1968, o Hospital Sanatório de Luanda regista alguns sinais de degradação, apesar de ter beneficiado de obras de reabilitação nos últimos anos.

O Ministério da Saúde prevê a construção a médio prazo de um novo edifício com financiamento da China. O Dia Mundial da Tuberculose foi instituído pela União Internacional contra a Tuberculose e Doenças Pulmonares, em colaboração com a Organização Mundial de Saúde (OMS). A data foi adoptada em 1982 em homenagem ao médico Robert Koch que, cem anos antes, descobriu o bacilo causador da tuberculose. A descoberta revolucionou a luta contra a doença, que na época dizimou milhões de pessoas em todo o Mundo.

De acordo com a OMS, um tuberculoso pode infectar entre 10 a 15 pessoas por ano, se não for tratado. A pobreza, a desnutrição, as más condições sanitárias e a alta densidade populacional são factores que contribuem para a disseminação da doença.

Os principais sintomas da doença são o emagrecimento, cansaço, febre baixa no final do dia, suor noturno e tosse com expectoração.

### 9.3 Marginais tomam conta do município

*Novo Jornal*

25 De Março de 2016

Texto: Isabel João

Os moradores dos bairros da Nocal, Cuca, Mabor, Vila da Mata e do bairro Angolano reclamam do



aumento da criminalidade e culpam os efectivos da divisão do Cazenga "por nada fazerem para melhorar a situação da segurança".

De acordo com os moradores, na noite de domingo passado, no bairro Angolano, foi morta a tiro a cidadã Brígida Kilembo, de 49 anos, e um dos filhos também foi atingido.

Dorca Kilembo, uma outra filha, disse que os marginais entraram na residência por volta das 23h00 para exigir dinheiro. "Eles eram quatro e estavam todos armados.

Exigiram dinheiro, e nós dissemos que não tínhamos, foi quando um deles fez dois disparos na sala. Os tiros atingiram a minha mãe, que teve morte imediata", explica a filha. E acrescentou que, mesmo depois de verem a mãe no chão, sem vida, os marginais desarrumaram todas as coisas, acabando por encontrar alguns valores que estavam no quarto do casal.

Até ao fecho desta edição, segundo uma fonte da Investigação Criminal da Divisão do Cazenga, a polícia ainda não sabe do paradeiro dos elementos que assassinaram Brígida Kilembo. "Nós estamos a trabalhar na investigação, já há pistas, é urna questão de tempo e é também preocupação da polícia esclarecer este crime", adiantou.

Afonso José, vizinho da vítima, disse que nos últimos meses os marginais assaltam as residências onde há cantinas de estrangeiros.

"Eles pensam que os malianos que vendem nas cantinas também lá vivem. Eles comercializavam os seus produtos e vão-se embora", conta o município, que denuncia igualmente que "os agentes policiais têm conhecimento disso e nada fazem, porque a maior parte dos marginais que actua aqui no bairro já passou pela Polícia".

Bary Kílilu, proprietário de uma cantina no bairro da Vila da Mata, disse à nossa reportagem que é a sexta vez que a sua cantina é assaltada por marginais e que já participou à Polícia, mas ninguém foi detido. "Ontem a minha cantina foi novamente assaltada, já não apresentei queixa à Polícia porque, mesmo apresentando, não resolvem nada. É a sexta vez que sou assaltado. Na primeira vez, o comandante do Cazenga ainda era o comandante Massala, cheguei a falar com ele, mas também nada foi feito", conta.

Esse comerciante, de nacionalidade senegalesa, conta ainda que, no segundo assalto, tinha reagido e foi brutalmente espancado pelos marginais, que levaram dinheiro e outros bens que se encontravam na cantina. "Eu reagi porque são jovens que moram aqui

próximo e não admiti a falta de respeito. No mesmo dia fui conversar com os pais dos jovens, e estes disseram-me que não tinham conhecimento de que os filhos eram marginais. O que mais me tira do sério é que a polícia tem conhecimento das acções desses miúdos". Acrescentou ainda que diariamente se verificam no bairro as várias acções do mesmo grupo de marginais, mas "a polícia só aparece depois de acontecer o pior".

Maria Paulo, moradora do bairro Mabor, disse à nossa reportagem que é difícil ver a polícia fazer patrulhamento no interior do bairro. E, durante as duas horas em que a equipa do NJ esteve no local, não se viu um único carro de patrulha nem polícias à paisana.

Jorge António, mecânico de profissão e morador do bairro Nocal, reconheceu o trabalho desenvolvido pela polícia, mas considera que o que não ajuda na actuação são as vias de acesso.

"Esta estrada que liga o bairro da Nocal à Comarca Central de Luanda está toda degradada. Como é que a polícia vai trabalhar? Por mais vontade que as pessoas tenham, não há como acabar com a delinquência", observa.

## 9.4 Polícia perde batalha

*Jornal Agora*

*18 De Março de 2016*

A Forças Armadas Angolanas (FAA) manifestaram, recentemente, a intenção de controlar as armas de guerra as mãos de particulares, empresas privadas de segurança e as utilizadas pela Polícia, face à falta de informação actual e, obviamente, ao aumento da delinquência com recurso a elas.

O chefe da Direcção Principal de Armamento e Técnica das FAA, tenente-general Afonso Neto, que revelou esta intenção à margem de uma reunião metodológica, em Luanda, sobre armamento, acrescentou: "Nós, Forças Armadas, utilizamos armas e há outros operadores, outras organizações que utilizam armamento. Pensamos que este trabalho que estamos a fazer (registo de armas) necessariamente terá de evoluir para os outros sectores. Para isso, teremos, obrigatoriamente, de encontrar uma modalidade que permita que tudo quanto é armamento de guerra que não esteja nas FAA seja controlado por nós", explicou.

O objectivo deverá traduzir-se na redução dos níveis de criminalidade, considerando que a Polícia admite um número crescente de assaltos e de outros crimes violentos, com recurso a armas de guerra, sobretudo

metralhadoras AK. Aliás, no último fim-de-semana, e apenas na província de Luanda, as autoridades policiais apreenderam 16 armas de fogo envolvidas em diversos crimes.

A estes dados, junta-se, igualmente, o facto de a legislação não andar a ser cumprida: apesar de a lei proibir a utilização de armas de fogo, continua a ser comum avistar seguranças privados munidos de metralhadoras e outras armas de guerra.

A Polícia angolana tem, ao mesmo tempo, vindo a admitir o crescente número de assaltos e de outros crimes violentos utilizados com recurso a armas de guerra, sobretudo metralhadoras AK.

A Lei sobre as Empresas Privadas de Segurança, aprovada em Maio de 2014, impunha um plano gradual de substituição de cerca de 30 mil armas de guerra, na posse destes elementos, por outras de autodefesa, mas a medida não passou de um 'nado-morto'. Aliás, de acordo com o coordenador da Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil, comissário-chefe Paulo de Almeida, era suposto que a lei deveria entrar em vigor logo após a sua promulgação pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, mas, de lá para cá, são centenas de vítimas de armas de fogo, muitas das quais perdem a vida.

O AGORA questionou, na altura, de onde vinham as munições e as armas em posse dos marginais, tendo avançado que a população desconfia que têm sido alguns dos seus efectivos e guardas de segurança privada quem fornece aos assaltantes. Esta informação foi contestada pelo comissário Paulo de Almeida, tendo imputado a responsabilidade às empresas de segurança, por alegada falta de preparação dos seus homens. Em contrapartida, não se compreende como é que, de entre as armas que têm sido apresentadas, por vezes, aparecem as de marca mini Uzi, que são de uso exclusivo dos efectivos da Polícia Nacional. O ministro do Interior, Ângelo da Veiga Tavares, considerou normal o processo de registo e de controlo das armas de fogo por parte das forças armadas, afirmando que existe uma comissão de desarmamento, que já está a trabalhar na definição do tipo de arsenal que deve ser utilizado pelo exército, pela Polícia e pelas empresas de segurança.

Os últimos dados prestados pela Polícia Nacional sobre a campanha de recolha de armas de fogo em posse da população civil são animadores, mas, no contrapólo, os relatos acerca dos assaltos e mortes provocadas com recurso aos artefactos de guerra, sobretudo nos bairros da cidade de Luanda, são alarmantes.

A Polícia alega que a situação está controlada e houve um abrandamento de crimes desta natureza em comparação com os anos anteriores, mas, na prática, todos os dias, os meliantes matam cidadãos com recurso a armas de fogo proibidas por lei.

Por via da própria Televisão Pública de Angola, têm sido exibidas, com frequência, imagens de armas de guerra recuperadas das mãos de malfeitores, mas não há sinais de abrandamento dos crimes cometidos com recurso a elas.

Há pelo menos três anos, senão mais, Paulo de Almeida informou, em conferência de imprensa realizada no edifício do Ministério do Interior, que as armas de guerra em posse das empresas de segurança seriam substituídas pelas de defesa pessoal ou pelo menos pelas de menor calibre, adequadas à natureza do serviço prestado por estas empresas. Em contrapartida, a intenção não passou disso, pois a cada dia que passa, como diz o tenente-general das FAA, Afonso Neto, são vistas, nas ruas de Luanda, viaturas com elementos afectos a empresas de segurança, garbosamente equipadas com armas de guerra, cartucheira, coletes an-ti balas, fazendo lembrar o verdadeiro cenário de guerra que felizmente já terminou há mais de 13 anos.

De igual modo, a Polícia garante que continua em curso a campanha de recolha compulsiva de armas, mas, mesmo com estas operações, elas proliferam nas mãos de marginais que vão espalhando luto e dor às famílias.

#### Silêncio nos Tribunais

Em geral, sempre que são detidos em posse de armas de guerra proibida e encaminhados aos tribunais, quando questionados sobre a origem das mesmas, os meliantes nunca identificam o seu fornecedor e quase todos usam o mesmo subterfúgio: "é do meu amigo que fugiu", e assim se fica quase sempre sem saber a origem dela.

Diante deste facto, segundo entendidos na matéria, a Polícia há muito perdeu esta bata-lha, embora em acções esporádicas apreenda algum armamento.

Juristas da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, ouvidos pelo Agora, sugerem a alteração da legislação sobre o uso e porte ilegal de armas de guerra proibida, agravando-a em contrário da actual que prevê apenas seis meses de prisão convertível em multa actualmente em vigor.

Silva Albano, jurista, que 'também é advogado, entende que o uso e porte de arma de fogo, quando não autorizado, deve ser punido severamente, porque

o seu uso ilegal provoca danos directos à vítima, à família e ao próprio Estado que perde um cidadão.

Avança que deveria ser agravada pelo menos para oito anos de prisão maior, embora, segundo o mesmo, os crimes não abrandem com o agravamento das penas, mas com acções sociais e moralização da sociedade.

#### Cepticismo

A maior parte dos cidadãos ouvidos pelo Agora está céptico quanto ao trabalho da Polícia e congratula-se com a entrada em cena das FAA.

#### Responsabilizar o Estado

Populares afirmam, igualmente, que as consequências das mortes com recurso a armas de fogo deveriam ser assacadas também ao próprio Estado, que tem a obrigação do controlo de todo o material de guerra. "Se há armas nas ruas e nas mãos de malfeitores, é porque o Estado ou pelo menos os seus agentes falharam no seu controlo e, em virtude disso, a culpa não deve também ser assacada a ele (Estado). As unidades militares das FAA e da Polícia têm responsabilidades," diz Benedito José Maria, coordenador do Bairro Augusto Ngangula, sublinhando que, através da tipologia da arma usada na prática do crime, é possível identificar a sua proveniência.

A Polícia usa a metralhadora de tipo mini UZI, enquanto as demais são usadas pelo Exército. Deste modo, se a bala que matou o cidadão pertence a uma arma da Polícia, deve esta ser chamada a responder por ter falhado no controlo dela e, se for uma AKM, a responsabilidade é das FAA, porque as usa.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Angola cria unidade de crimes ambientais

*Jornal de Angola*

*20 De Março de 2016*

*Texto: Manuel Gomes*

A Comissão Interministerial dos Crimes Ambientais criou uma Unidade de Crimes Ambientais, para reduzir e eliminar a caça furtiva, fortalecer a fiscalização, planificar e gerir melhor a forma de acabar com o abate das espécies importantes para ecossistema.

A ministra do Ambiente, que falava ontem na abertura da III reunião da Comissão Interministerial contra os crimes ambientais, disse que a unidade vai combater o abate de elefantes e a caça de espécies nacionais como a Palanca Negra Gigante, papagaios, tartarugas e outras, bem como acabar com o comércio ilícito de espécies protegidas.

A ratificação da Convenção Internacional das Espécies em Extinção, em 2013, permitiu a Angola iniciar a implementação de programas e mecanismos tendo em vista a criação de legislação e de uma estrutura institucional para certificação e criação de sistemas de base de dados e uma fiscalização mais efectiva. Desta forma, por despacho presidencial, foi criada a Comissão Interministerial dos Crimes Ambientais e após a sua regulamentação, o grupo técnico da Comissão criou a Unidade de Crimes Ambientais que já tem preparados documentos como o Projecto de Lei dos Crimes Ambientais, Projecto do Decreto Presidencial sobre Transgressões Ambientais e o Plano de Acção, Educação e Sensibilização para o ano 2016/2017.

Este Plano, sublinhou a ministra do Ambiente, prepara as bases de incorporação da caça furtiva e protecção das espécies em extinção no Plano Estratégico de Formação e Educação Ambiental 2030, bem como o Plano Estratégico de Ampliação das Áreas de Conservação. A ministra do Ambiente considerou, igualmente, que a questão da caça furtiva não só representa um grande desafio em preservar as espécies no mundo, mas também um objectivo que se insere na segurança dos Estados.

A ministra Fátima Jardim referiu que hoje o ambiente está ligado ao desenvolvimento e que o nosso país, particularmente o Governo, dá grande importância aos serviços de gestão dos recursos naturais e continua a estudar e impor mecanismos para melhor

coordenar a sua gestão. Essa gestão, frisou a ministra do Ambiente, passa pelo combate a práticas ilegais, em particular a caça furtiva. A III Reunião da Comissão Interministerial Contra os Crimes Ambientais apreciou igualmente os projectos que vão valorizar a natureza e os ecossistemas que visam a protecção das espécies como a Pai anca Negra Gigante, tartarugas, gorilas e papagaios.

A reunião serviu também para apresentação das actividades em alusão ao Dia Mundial do Ambiente, que se comemora a 5 de Junho, que este ano decorre sob o lema "A Luta contra o comércio ilegal da fauna e da flora selvagens", cujas celebrações decorrem em Angola.

O Dia Mundial do Ambiente é celebrado todos os anos a 5 de Junho. É um evento que tem como objectivo assinalar acções positivas de protecção e preservação do ambiente e alertar as populações e os governos para a necessidade de salvar o ambiente.

As celebrações desta data em Angola têm como objectivo estimular o Executivo a dar continuidade aos seus projectos de protecção e conservação das áreas de conservação nacional, que busca "defender" a sobrevivência da população de elefantes e outros animais e reduzir a caça furtiva, através da implementação e execução de diferentes diplomas legais.

### 10.2 ONU no Combate á seca na província do Cunene

*Jornal de Angola*

*20 De Março de 2016*

O coordenador da ONU em Angola, Pier Paolo Balladelli, apresentou quinta-feira, em Ondjiva, a representante residente das Agências das Nações Unidas no Cunene, Angeli Lisa, que vai trabalhar junto do Governo Provincial na luta contra os efeitos da seca que assola há quatro anos consecutivo a região.

Pier Paolo Balladelli disse que a presença da representante da ONU no Cunene tem como objectivo criar uma parceria com a FAO, UNICEF e OMS na implementação de projectos na região em articulação com o Governo Provincial, Angeli Lisa disse que a sua presença no Cunene prende-se com a implementação de um projecto a ser lançado em Abril, financiado pelo organismo, para ser desenvolvido em seis meses nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe.



O projecto, disse Angeli Lisa, pretende atingir 585 mil pessoas nas três províncias. As acções são desenvolvidas em quatro vertentes. A primeira está ligada à agricultura, a ser implementada pela FAO através de acções de produção agrícola e a parte veterinária, enquanto a OMS está encarregada da assistência sanitária, com foco na reabilitação de centros de saúde, distribuição de vacinas e anti-palúdicos.

Da acção consta ainda a componente de água e saneamento, em que a UNICEF vai trabalhar no aumento da disponibilidade de água, através da reabilitação de furos ou bombas manuais, distribuição de meios de saneamento básico e capacitação das comunidades para as boas práticas de higiene. O projecto engloba igualmente a parte nutricional que abrange a distribuição de alimentos para 337 mil crianças malnutridas e mulheres grávidas. O governador em exercício do Cunene, José de Nascimento Veyelenge, agradeceu o gesto da ONU, referindo que o valor disponibilizado é de grande valia para a solução dos problemas fundamentais que afectam a população. A província conta com mais de 750 mil pessoas que carecem de alimentos e água potável, apesar do grande trabalho que o Governo Provincial está a fazer.

Dados da Comissão Provincial de Protecção Civil indicam a existência de 755.678 pessoas afectadas pela fome e 508 mil cabeças de gado que se encontravam ameaçadas por falta de água e pasto a nível dos seis municípios. O vice-governador afirmou que, actualmente, as chuvas no Cunene se fazem sentir, o que trouxe um outro panorama na flora e alguns poços naturais de água encontram-se com um nível razoável de água, mas que não será suficiente para acudir as populações no meio rural.

### 10.3 Efeitos da seca

*Novo jornal*

*25 De Março de 2016*

*Texto: David Filipe*

A representação da Organização das Nações Unidas em Angola (ONU) despachou para a província do Cunene um funcionário que vai ajudar as autoridades locais na luta contra os efeitos da seca que devasta a região.

O coordenador da ONU em Angola, Pier Paolo Balladelli, referiu que o Seu representante no Cunene, Angeli Lisa, vai trabalhar junto do governo local para auxiliar a solucionar o problema da seca que afecta mais de 750 mil pessoas.

"A presença da representante da ONU no Cunene visar criar uma parceria entre a FAO, UNICEF e OMS, que irão implementar o projecto na região de modo a criar uma maior parceria e articulação com o governo do Cunene", disse Pier Paolo Balladelli.

Referiu que a nova figura vai representar as Nações Unidas na província, de modo a ter um contacto directo com a governação e fortalecer o trabalho que a província vem desenvolvendo' no âmbito dos planos de resposta e contingência para poder mitigar os efeitos destas emergências naturais como seca e cheias.

"A minha presença no Cunene prende-se com a implementação de um projecto que será lançado no mês de Abril, financiado pelo organismo, para ser desenvolvido em seis meses nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe", acrescentou.

Angeli Lisa disse que o projecto pretende atingir uma população de 585 mil pessoas entre as três províncias e tem quatro vertentes:

A primeira vertente está ligada à agricultura, que será implementada pela FAO através de acções de produção agrícola e a parte veterinária, enquanto a OMS vai encarregar-se da assistência sanitária que prevê o trabalho de reabilitação de alguns centros de saúde, distribuição de vacinas e medicamentos anti-malária.

Consta ainda a componente de água e saneamento na qual a Unicef irá trabalhar para o aumento da disponibilidade de água através da reabilitação de furos ou bombas manuais, distribuição de kits de saneamento hídrico e capacitação a nível comunitário de práticas de higiene.

De acordo com a coordenadora, o projecto engloba igualmente a parte nutricional, que irá abranger a distribuição de produtos para 337 mil crianças malnutridas e mulheres grávidas e formação, de modo a aumentar a resiliência da população.

A província do Cunene enfrenta há três anos consecutiva uma condição de seca, situação que Angeli considerou "difícil", mas não de desespero.

Recentemente, o governador provincial, António Didalelwa, disse que, apesar das dificuldades económicas que o País atravessa, as autoridades governamentais estão a tentar minimizar os efeitos da seca, quase generalizada por toda a província e que afecta milhares de pessoas.

Segundo o governante, os esforços do Governo vão no sentido de "evitar que haja vítimas humanas e que mais cabeças de gado continuem a morrer de sede".

A organização não-governamental World Vision considerou recentemente que a ajuda do Governo não chega para as cerca de 500 mil pessoas com falta de comida no Cunene.

A agência chama à atenção para a dimensão do problema, que afecta 70% dos cerca de 800 mil habitantes do Cunene, uma região que enfrenta as consequências da má colheita do ano passado por causa da seca, a que se junta a reduzida disponibilidade financeira do Estado por causa da crise do petróleo.

O esforço que o governo está a fazer para dar rações de emergência "é insuficiente para o alto nível de procura", considera a World Vision.

## 10.4 Prevenção de calamidades em seminário

*Jornal de Angola*

*31 De Março de 2016*

*Texto. Venâncio Victor*

Efectivos dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros de Malanje, participam, desde ontem, num seminário sobre prevenção de contingência e calamidades, informou instituição em comunicado.

Durante a acção formativa, promovida pela Comissão Nacional de Protecção Civil, são abordados temas relacionados com o Plano Nacional de Preparação, Resposta e Recuperação de Calamidades e Desastres referente ao período 20. 01.20 16.

Os participantes no encontro, que termina amanhã, analisam o planeamento provincial, conceito de preparação e planificação de contingência, identificação de desastres, históricos, entre outras questões.

Ao intervir no acto de abertura, o representante da Comissão Nacional de Protecção Civil, comissário bombeiro Francisco Bumba, disse que acções idênticas foram realizadas nalgumas províncias do país, como Cunene, Huila, Namibe, Luanda, Uíge e Cuanza Norte.

A formação tem o objectivo de preparar a Comissão Provincial de Protecção Civil de forma a corresponder às exigências de gestão de desastres na província. Francisco Bumba pediu aos participantes para aplicarem os conhecimentos adquiridos para melhor desempenho das suas actividades.

O coordenador da comissão provincial, António José Bernardo, disse que os desastres têm causado muitas mortes e a destruição de cidades, aldeias e bairros.

## II. MIGRAÇÃO

### II.1 Comércio entre Angola e China cai quase 50%

*Jornal O País*

*3 De Março de 2016*

*Texto: Luís Faria*

As trocas comerciais entre a China e Angola caíram 46,84% em 2015 em relação a 2014, revelam as estatísticas dos Serviços de Alfândega da China, publicados pelo Fórum Macau.

No último ano, as trocas comerciais entre os dois países atingiram USD 19,7 mil milhões, tendo Angola exportado para a China USD 15,98 mil milhões e importado da potência asiática produtos no valor de USD 3,7 mil milhões.

A quebra no valor das exportações chinesas para Angola foi de 37,71% e o recuo no valor das importações provenientes da China de 48,6%.

Em 2014, as trocas comerciais (exportações mais importações) entre Angola e a China haviam ascendido a mais de USD 37 mil milhões.

No contexto dos países de língua portuguesa, Angola foi aquele que registou a maior quebra nas respectivas relações comerciais com a potência asiática.

Angola é o segundo maior parceiro da China entre os países que falam português. Seguem-se Portugal, Moçambique, Timor Leste, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

O Brasil, o principal parceiro económico da China naquele grupo de países, registou uma redução de 17,37% nas suas trocas comerciais com a potência asiática. Se em 2014 o valor das trocas comerciais entre Brasil e China ascendera a USD 86,9 mil milhões, no último ano ficou-se por USD 71,8 mil milhões (um recuo de 17,37%).

As exportações da China para o Brasil atingiram USD 27,42 mil milhões, refletindo uma quebra de 21,47%, enquanto as importações chinesas totalizaram USD 44,38 mil milhões, o que representa um recuo de 14,61% em termos anuais.

Com Portugal - terceiro parceiro da China no universo de países de língua portuguesa, o comércio bilateral ascendeu a USD 4,37 mil milhões, o que traduz um recuo de 8,99%. A China vendeu a Portugal bens no valor de USD 2,89 mil milhões,

menos 7,61% que em 2014, e comprou produtos avaliados em USD 1,47 mil milhões, menos 11,59%.

No seu conjunto, no último ano, as trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa caíram 25,73%, tendo as exportações chinesas para este grupo de países recuado 21,62% e as importações que a China faz desses países quebrado 27,92%. No total, as trocas comerciais entre a potência asiática e aqueles países atingiram, no último ano, USD 98,47 mil milhões quando, em 2014, tinham superado USD 131,5 mil milhões.

Registe-se que esta foi a primeira vez desde 2010 que o comércio bilateral entre a China e os países de língua portuguesa fica abaixo de USD 100 mil milhões.

### II.2 Menos trocas comerciais com a China

*Jornal de Angola*

*3 De Março de 2016*

As trocas entre a China e os países de língua portuguesa caíram 25,73 por cento em 2015, para 98.474 milhões de dólares (15,7 triliões de kwanzas), uma perda real de 34.106 milhões de dólares (5,9 triliões de kwanzas), informam os dados oficiais publicados terça-feira.

As únicas variações positivas no valor das trocas comerciais ocorreram com Timor-Leste, 106,67 milhões de dólares, um aumento de 76,48 por cento, e São Tomé e Príncipe, com 7,9 milhões de dólares, mais 37,99 por cento.

As trocas com o Brasil, o principal parceiro comercial da China em termos mundiais, caíram 17,37 por cento para 71.808 milhões de dólares, com a China a vender ao Brasil bens no valor de 27.482 milhões de dólares (menos 21,47 por cento) e a comprar mercadorias cujo valor ascendeu a 44.380 milhões de dólares (menos 14,61 por cento). O comércio da China com Portugal registou uma contracção de 8,99 por cento para 4.370 milhões de dólares, valor que reúne exportações chinesas para Portugal no montante de 2.898 milhões de dólares (menos 7,61 por cento) e importações de produtos portugueses no montante de 1.471 milhões de dólares (menos 11,59 por cento).

As trocas comerciais com Moçambique caíram 33,95 por cento, para 2.393 milhões de dólares, com a China a vender a Moçambique produtos no valor de 1.941 milhões de dólares (menos 1,47 por cento) e a comprar bens que ascenderam a 451 milhões de dólares (menos 72,66 por cento).

Com os restantes países de língua portuguesa, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe, as trocas comerciais com a China cifraram-se em 196 milhões de dólares. Em Dezembro de 2015, o comércio entre a China e os países de língua portuguesa atingiu 7.573 milhões de dólares, mais 12,66 por cento, em resultado de exportações chinesas no valor de 2.770 milhões de dólares (mais 22,12 por cento) e importações no montante de 4.802 milhões de dólares (mais 7,85 por cento).

### 11.3 Angola tem uma política migratória nacional

*Novo Jornal*

*4 De Março de 2016*

*Texto: David Filipe*

A problemática da imigração ilegal em Angola não é por falta de política migratória nacional, mas deve-se às dificuldades de execução integral das leis e programas migratórias por todos os seus destinatários.

A afirmação é do deputado do MPLA, Tomás da Silva, que argumenta que "as políticas contra a imigração ilegal têm a ver com as medidas jurídico-legais que num determinado País condicionam a entrada, a permanência, a saída e o afastamento dos estrangeiros ilegais".

"Angola tem políticas migratórias claras não distintas de qualquer estado democrático e de direito consubstanciado num conjunto de disposições legais consagradas, fundamentalmente, na lei nº2/2007 de 31 de Agosto e no Decreto Presidencial nº108/2011 de 25 de Maio relativas a aprovação e regulamentação, respectivamente, do regime jurídico do estrangeiro", acrescentou.

Para o político, "as referidas disposições legais alteraram não apenas a tipologia dos vistos de entrada admitidos no ordenamento jurídico angolano, como consagram também um regime jurídico diferenciado de infracções de natureza administrativa e penal contra aqueles que directa ou indirectamente praticam ou auxiliam a imigração ilegal".

"Relativamente aos direitos humanos, Angola, tal como a maioria dos estados democráticos e de

direito, não criminalizou a entrada ou permanência ilegal dos estrangeiros, nomeadamente, a falta de visto de trabalho ou a falta de alojamento, o estrangeiro indocumentado ou com falta de renovação do cartão de residência, o passageiro indocumentado ou a falta de comunicação de mudança de domicílio", frisou.

"O estrangeiro que for encontrado sob quaisquer uma das condições apontadas poderá ser administrativa ou judicialmente expulso ou convidado a abandonar o país, conforme o caso", assegura Tomás da Silva, que refere nesse âmbito que o cidadão estrangeiro contra quem tenha sido proferida decisão de expulsão será colocado no Centro de Detenção de Estrangeiros ilegais até à execução da expulsão para o seu país de origem, e os direitos inerentes à dignidade humana desse cidadão são mantidos invioláveis e respeitados."

As leis que regem as políticas migratórias incidem sobre o estrangeiro de modo diferente do que acontece com cidadão nacional, ou seja, um estrangeiro em situação irregular será punido com a simples medida migratória de expulsão, mas o mesmo não acontece com o cidadão angolano ou com estrangeiro legal que facilite a imigração ilegal.

"Por configurarem crimes nos termos da legislação aplicável, são puníveis com pena de prisão e/ou multa estas condutas: a promoção e auxílio a entrada ilegal, a utilização de mão-de-obra ilegal e o emprego de estrangeiro ilegal", explicou.

Contrariamente à perspectiva da imigração ilegal, que tem na expulsão o seu ponto fundamental, o político afirma que na política migratória nacional se discutem políticas que têm a ver essencialmente com "o modelo de integração dos imigrantes, as formas como o estrangeiro e seus descendentes podem ter acesso à nacionalidade, política, a cidadania social, a cidadania económica, entre outros aspectos".

Essa perspectiva da cidadania económica tem, inclusive, respaldo na Constituição, particularmente na lei nº02/2007 de 31 de Agosto e o Decreto Presidencial nº108/2011 de 25 de Maio, que consagraram pela primeira vez a estreita relação entre os vistos de entrada e as necessidades do mercado de trabalho.

#### Visto de trabalho

De acordo com o político angolano, os estrangeiros não podem exercer quaisquer actividades remuneratórias, no interesse do estado ou por conta própria, sem o visto de trabalho pelas autoridades competentes.



"Angola deixou de ser um país emigrante para ser actualmente um país imigrante. Assim, a migração a níveis estatal e empresarial não está somente na base do aumento do número de imigrantes legais em Angola, como também tem contribuído com o valor acrescentado no crescimento do produto interno bruto do nosso país", precisou.

Referiu que "o artigo 25º da Constituição da República de Angola, apesar de estabelecer uma paridade entre angolanos e estrangeiros no exercício e gozo dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, bem como da protecção do Estado, consagra um conjunto de limites aos imigrantes ao acesso do exercício da cidadania política".

"Aos estrangeiros e apátridas são vedados a titularidade de órgãos de soberania, os direitos eleitorais, a criação ou participação em partidos políticos, o direito de participação política, o acesso à carreira diplomática, às Forças Armadas, à Polícia Nacional e aos órgãos de inteligência e de segurança", explica a fonte, com base na lei.

São ainda vetados aos estrangeiros o exercício de funções na administração directa do Estado nos termos da lei, e os demais direitos e deveres reservados exclusivamente aos angolanos pela Constituição e pela lei.

#### 11.4 Protecção legal analisada em seminário

*Jornal de Angola*  
9 De Março de 2016  
Texto: João Salvo

Os direitos e obrigações dos refugiados e dos requerentes de asilo são estudados, desde ontem, em Saurimo, por técnicos da Procuradoria Provincial da República, agentes dos órgãos do Ministério do Interior e da sociedade civil.

O seminário, promovido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), em parceria com o Ministério da Família e Promoção da Mulher, aborda as medidas de prevenção do VIH/Sida e de protecção e de combate à violência doméstica.

A oficial de Protecção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Esther Benizri, disse que o objectivo do seminário é capacitar os oficiais com novas competências, para garantirem um tratamento especializado aos refugiados, tendo em conta que a província é fronteira.

Esther Benizri salientou que o combate ao VIH/Sida e à violência doméstica, sobretudo nos grupos vulneráveis, deve continuar a merecer uma abordagem específica e multi-sectorial. A governadora provincial da Lunda Sul, Cândida Narciso, disse que a realização do seminário é de grande importância e enquadra-se nos objectivos do Executivo no quadro da protecção das famílias, sobretudo as mais vulneráveis.

Cândida Narciso disse que a problemática da violência contra os grupos vulneráveis é complexa e por isso merece um tratamento que produza resultados concretos de protecção às potenciais vítimas. A família é a base da educação da sociedade, daí que deve estar suficientemente estruturada dentro dos princípios morais, cívicos e no respeito à lei, concluiu Cândida Narciso. "A Protecção dos Refugiados", "Direito de Asilo" e "Direitos dos Refugiados à Luz da Nova Lei sobre o Estatuto do Refugiado em Angola", bem como "Os Direitos da Mulher e o seu Empoderamento" e o "Impacto da Violência Doméstica na Saúde" são alguns temas analisados no seminário

#### 11.5 Angola alberga trezentos mil imigrantes ilegais

*Jornal Grandes Noticias*  
11 De Março de 2016  
Texto: António André

O também general reformado das Forças Armadas Angolanas reconheceu que a imigração ilegal para Angola é bastante nefasta. «Há o garimpo de diamantes, o garimpo de madeira, e há uma série de riquezas que são explorados de formas ilegais, mesmo o garimpo de pedras preciosas fazem com que os estrangeiros tenham mais apetite em entrar no nosso território.

Hoje quem é que tomou conta do pequeno comércio? Infelizmente, nós angolanos talvez não temos a tradição de realizarmos o pequeno comércio, então quem é que tomou conta do pequeno comércio?

Eles vieram para Angola com dinheiro para poderem tomar conta das pequenas cantinas. Este pequeno comércio é um negócio que dá muito dinheiro, que cria riquezas e em contrapartida não dá riqueza para o país. Cria riqueza que não fica no país, vai para o exterior e nem paga nada», reconheceu.

O jornal *Grandes Noticias* conversou com alguns oficiais do SME que falaram na condição do anonimato, afirmando que o número de imigrantes ilegais é muito mais do que se tem controlado, ou seja, muito mais de trezentos mil, porque existem municípios no país que na sua maioria são controlados por cidadãos estrangeiros, como são os casos das Lundas e do Moxico. As autoridades conhecem, mas não tomam medidas e talvez alguém se beneficie com isso.

«Quando os estrangeiros atingem Luanda, já não tem como os mandar expulsar, porque na capital tem um grupo de oficiais, comissários e generais que se diz pertencerem à Casa Militar para tomarem conta dos estrangeiros ilegais e estes para além do comércio prestam também outros serviços a estes oficiais. O SME está proibido de fazer rusgas aos estrangeiros em Luanda, mas nas restantes províncias podem fazer, sem qualquer problema. Quando muitas vezes prendemos estrangeiros com situação migratória ilegal, os oficiais superiores e dos serviços secretos vão buscá-los, quer dizer que os imigrantes ilegais são protegidos por altos funcionários do Estado, violando a lei que decreta que quem dá guarida a estrangeiro é criminoso», recordou.

A fonte diz ainda que a zona da capital aonde vivem muitos imigrantes ilegais são os bairros do Mártires de Kifangondo, Cassenda, Cassequel do Lourenço, Maianga, Neves Bendinha, PaIanca, Cuca, Mabor, Bairro Uíge, Hoji-Ya-Henda, Sapú, Bitá e outros. Para além do comércio, sobretudo de cantinas, também fazem lavagem de dinheiro, tráfico de seres humanos e a venda de todo o tipo de drogas. Especula-se também que, muitos estrangeiros ilegais são conhecidos da polícia e não são expulsos, porque gozam da protecção das altas patentes, militares e policiais.

A direcção do SME para além de não poder efectuar rusgas em Luanda, apenas fiscaliza a entrada e saída de estrangeiros nos principais postos fronteiriços, como o aeroporto, porto e outros locais.

A fonte esclarece que a comunidade de imigrantes ilegais que vive em Angola é liderada pelos congolenses democráticos' cidadãos da Guiné Conackry, do Mali, da Eritreia, da Somália, do Burundi, do Burkina Faso, da Etiópia, do Sudão, da Guiné - Bissau, dos Camarões, do Gabão, da Nigéria, do Senegal, da Gâmbia e da Ásia, como chineses, libaneses' filipinos, coreanos e tantos outros, que são cidadãos identificados, mas o SME não pode actuar porque por trás tem sempre uma superior a ordenar a sua soltura.

Imigração ilegal encoraja tensões políticas

Traduzindo o sofrimento de populações atingidas pelos conflitos políticos que agitam o seu país, os motivos políticos alimentam uma parte crescente das migrações. Trata-se frequentemente de êxodos maciços de «refugiados». O termo foi definido pela Convenção de Genebra de 1951; pessoa fora do seu país de origem «devido a um fundado receio de perseguições rei accionadas com a sua raça, a sua religião, a sua nacionalidade, a sua pertença a um grupo social ou as suas convicções políticas, e que não pode ou não quer, devido a este receio, reclamar a protecção desse país». Mas a definição é objecto de duas interpretações.

Uma, restritiva, apenas inclui as pessoas ameaçadas pelo seu Estado e necessitando de assistência e protecção (aplicação do direito de asilo e do estatuto jurídico de refugiado). A outra, mais ampla, engloba o conjunto das populações 'fugindo a uma situação de conflito. A maior parte dos imigrantes que entram em Angola não são refugiados, mas sim entram com objectivo comercial. O nosso país não tem feito distinção entre refugiados e exilados. A maior parte dos refugiados no mundo provém de África, da Ásia e da América Latina.

O continente africano foi particularmente atingido: um refugiado em cada três africanos. O contexto presta-se a isso: os Estados são frágeis, existem numerosos conflitos fronteiriços frequentemente saídos das partilhas coloniais, sem relação com as realidades geográficas e culturais dos países, as economias não conseguem «descolar», existem fortes restrições climáticas, etc.

## 11.6 Muitos Portugueses não regressam a Portugal por orgulho e vergonha

*Jornal A República*  
11 De Março de 2016

Em destinos tradicionais como Suíça, França e Luxemburgo, portugueses trabalham sobretudo nas obras, restaurantes, limpezas e agricultura.

Há décadas que os portugueses procuram França, Suíça, Canadá e Luxemburgo para conseguirem uma vida melhor. No entanto, são dos que vivem de forma mais precária nestes destinos mais tradicionais da emigração. Muitos, por vergonha, recusam regressar, divulgou o Jornal I.

De acordo com os dados oficiais provisórios, publicados em Setembro de 2015, residiam na Suíça 278 034 cidadãos portugueses, o que representa um aumento de mais de 2,5% face a 2014. os sectores

onde a comunidade portuguesa está mais empregada continuam a ser a construção civil, a hotelaria e restauração e a agricultura.

Esta realidade explica a manutenção de uma elevada taxa de desemprego entre a comunidade, maioritariamente sazonal. O desemprego nos meses de inverno é normalmente superior em 50% face ao "pico" de emprego de Junho, julho e agosto. Neste sentido, em 2015, o desemprego na comunidade portuguesa radicada na Suíça atingiu o seu máximo em Janeiro, com 14 774 desempregados.

No total, no final de 2015, cerca de 9% dos desempregados eram portugueses - um número que aumenta para cerca de 18,8% se considerarmos apenas os desempregados de nacionalidade estrangeira naquele país. De acordo com dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os cantões com mais desemprego encontram-se, na sua maioria, na Suíça francófona, coincidindo com os cantões onde se verifica um maior número de portugueses.

No Luxemburgo vivem cerca de 100 mil portugueses, que representam 19% da população. Mas as condições precárias têm dificultado a vida a muitos, que não regressam por "orgulho". De acordo com José António de Matos, dirigente da Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo, a falta de formação e de conhecimento de línguas como o francês, o alemão e o luxemburguês fazem com que a mão-de-obra portuguesa seja absorvida maioritariamente pela hotelaria, construção civil e serviços de limpeza. "As pessoas vêm à procura de contratos, mas agora é muito difícil. O que encontram são trabalhos precários. Tanto podem trabalhar um dia, uma semana ou um mês", explica, acrescentando que um terço dos desempregados no Luxemburgo é de origem portuguesa. "Há um outro problema: as pessoas que estão cá há mais tempo estão numa idade que já não permite a reconversão profissional quando as empresas em que trabalhavam fecham", sublinha.

José António de Matos não esconde que existem casos de sucesso, mas frisa que a falta de conhecimento da língua não ajuda sequer aqueles que dominam as áreas nas quais pretendem trabalhar. "Na saúde é preciso muita mão-de-obra. Mas existem casos de enfermeiros portugueses a trabalhar nas limpezas por falta de conhecimento das línguas que se falam aqui no Luxemburgo", exemplifica.

As dificuldades de alguns portugueses neste país são conhecidas. No início deste mês, várias notícias denunciavam que os portugueses são os que mais recorrem às cantinas sociais no Luxemburgo.

Charlotte Marx, assistente social da Voz" da Rua, indica ao que o perfil dos portugueses que mais utilizam este tipo de ajuda não está apenas ligado aos que nem sequer têm casa. "Há sem-abrigo que têm problemas de toxicod dependência, mas também pessoas que trabalham e têm dificuldade em fazer face às despesas e aproveitam para vir comer aqui. E pessoas idosas que recebem pensões de reforma muito baixas e não têm dinheiro suficiente para viver."

Para José António de Matos, o problema é sério porque muitos, a trabalhar precariamente, não ganham sequer para fazer face às despesas. "Tudo aqui é caro. Um café são dois euros", explica, acrescentando que, sem saberem por quanto tempo têm trabalho, muitos não conseguem garantir sequer o ordenado mínimo.

No final do ano passado, os trabalhadores portugueses no Luxemburgo eram, aliás, os mais expostos ao risco de cair na miséria, com um quinto a ganhar menos que o limiar de pobreza, segundo o relatório "Coesão Social e Emprego".

#### Em França por menos dinheiro

As dificuldades também se verificam há anos em França, onde se estima que existissem 509 mil pessoas com nacionalidade portuguesa em 2012. Muitos emigrantes estão a deparar-se com um problema: trabalham por menos dinheiro, mais horas e sem vínculo. Segundo um trabalho de investigação da AFP publicado em 2013, os portugueses eram dos trabalhadores estrangeiros subcontratados por agências de trabalho temporário que chegavam a ganhar 785 euros para trabalharem 60 horas por semana. A Direcção-Geral do Trabalho francesa registava 145 mil destes trabalhadores subcontratados, enviados pelos empregadores para outros países para realizarem prestações de serviço. Mas de acordo com a agência francesa, o número real poderia ser duas vezes superior.

#### Portugueses no Canadá

Também no Canadá, os sectores que mais receberam mão-de-obra nacional foram a agricultura e a construção civil. Segundo dados avançados ao i pela Embaixada de Portugal em Otava, há essencialmente "pessoas de uma faixa etária avançada, originários dos Açores, que migraram para o Canadá nos anos 60 para trabalhar na construção civil e agricultura. Os seus descendentes - luso-canadianos - têm procurado trabalho noutros sectores (mormente serviços)".

A comunidade portuguesa encontra-se localizada, na maioria, nas proximidades de dois centros urbanos: Toronto, em Ontário, e Montreal, no Quebec.

## I2.EXPLORAÇÃO MINEIRA